

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO – PUC-SP

FERNANDO DE CASTRO ABDALLA PEREIRA

SUBDESENVOLVIMENTO E DEPENDÊNCIA

**A construção e revisão da Teoria do Subdesenvolvimento de
Celso Furtado à luz do debate com a Teoria da Dependência**

MESTRADO EM ECONOMIA POLÍTICA

SÃO PAULO

2009

FERNANDO DE CASTRO ABDALLA PEREIRA

SUBDESENVOLVIMENTO E DEPENDÊNCIA

**A construção e revisão da Teoria do Subdesenvolvimento de
Celso Furtado à luz do debate com a Teoria da Dependência**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de MESTRE em Economia Política, sob a orientação da Prof^a. Dra. Rosa Maria Marques

SÃO PAULO

2009

Banca Examinadora:

Prof.^a Dra. Rosa Maria Marques
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Prof.^a Dra. Rosa Maria Vieira Berriel
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Prof.^a Dra. Vera Alves Cepêda
Universidade Federal de São Carlos

AGRADECIMENTOS

Sou especialmente grato aos meus pais, Tânia e Alaor, aos meus irmãos, Ana e Rafael, e a meu cunhado, Sergio Martinho que, como meus familiares e educadores, são parte fundamental na formação de meu caráter, personalidade e forma com que me relaciono e vejo o mundo. À Maria Helena Chira, pelo apoio durante esta jornada, com quem pude dividir angústias e alegrias. E à Ana Rodrigues, por estar ao meu lado e por ter contribuído muito para que a reta final deste trabalho fosse mais suave.

À minha orientadora, Rosa Maria Marques, devo os mais sinceros agradecimentos, por ter me conduzido de maneira precisa, sempre incentivando o pensamento crítico e deixando claro sobre a importância de se trabalhar com um tema de que se goste, e pelo qual se tenha bastante interesse. Isto foi fundamental para que o trabalho tomasse a forma que tomou.

Ao professor Raphael Bicudo que, provavelmente sem ter total conhecimento, foi a pessoa que incitou meu interesse em Celso Furtado, a partir de suas aulas sempre bastante instigantes e muito interessantes.

Ao amigo de faculdade e mestrado Luis Alberto de Jesus, que me emprestou o ouvido e atenção em momentos importantes da redação e conclusão deste trabalho. A ele, sou também muito grato.

E aos colegas da empresa em que trabalho, em especial a Leif Duwel, Maria Tereza Lima da Costa, Roberto Marques e Paulo Grassmann. No período em que cursei o mestrado, tive direito a uma redução em minha carga horária de trabalho, fato este que foi crucial para a conclusão desta dissertação. A estes e a todos os outros colegas, sou bastante grato.

RESUMO

Esta pesquisa visa evidenciar os elementos constitutivos da Teoria do Subdesenvolvimento e mostrar como ela foi revista frente ao debate com a Teoria da Dependência e aos acontecimentos políticos e econômicos de meados de 1960 em diante. Para isso, parte-se da análise das primeiras obras de Celso Furtado com o intuito de ressaltar sua avaliação estrutural da economia brasileira e sua crítica à teoria econômica quanto ao estudo do desenvolvimento. Além disso, procura-se indicar as principais críticas da Teoria da Dependência contra Furtado, à luz dos acontecimentos ocorridos no período. Dentre elas, destacam-se a crítica sociológica de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto; a idéia de Ruy Mauro Marini de que a dependência deve ser estudada no âmbito das relações internacionais entre economias e a forma através da qual se inseriram as economias da América Latina no contexto Pós Revolução Industrial; e a contribuição de Theotônio Dos Santos, que diferencia dependência e subdesenvolvimento, alegando que a Teoria da Dependência busca compreender as restrições de um desenvolvimento baseado na hegemonia dos grupos e das forças imperialistas. Indica-se também como Furtado reviu sua teoria a partir do debate com esta corrente, mediante a mudança de regime de governo país e da idéia de que a industrialização estava sendo conduzida por um Estado que atuava em regime político sempre criticado pelo autor. Esses últimos fatos fizeram com que Furtado mudasse o tom de seu discurso, identificando, inclusive, o desenvolvimento como mito.

Palavras-chave: Subdesenvolvimento, Dependência, Celso Furtado, Teoria da Dependência

ABSTRACT

This research has the objective to show the elements that constitute the Underdevelopment Theory of Celso Furtado, and also to indicate how it was revised after the debate realized with the Theory of Dependence and the political and economical facts of middle 1960's on. In order to achieve this objective, the research starts with the analysis of the first main writings of Celso Furtado, with the objective to highlight his structural evaluation on the Brazilian economy, the critics made to some authors of the economic theory when regarding the study of development. Besides that, the study indicates the main critics realized by the Theory of Dependence to Furtado. Among them, there are the sociological critic from Fernando Henrique Cardoso and Enzo Faletto; the idea from Ruy Mauro Marini, which indicates that the dependence must be studied on the context of international relations between economies and how the Latin American economies inserted themselves on this scenario after Industrial Revolution. And the contribution of Theotônio dos Santos, that differentiates dependence and underdevelopment, with the argument that the Theory of Dependence aims to comprehend the restrictions of a development based on the hegemony of the groups and imperialist forces. This research also indicates how Celso Furtado revised his Theory after the debate of the Theory of Dependence and according to the change of regime in the country and to the idea that industrialization was being conducted by a State that acted on a political regime always criticized by this author. Facts that have made Furtado revise his speech, and even identifying the development as a Myth.

Key-words: Underdevelopment, Dependence, Celso Furtado, Theory of Dependence

LISTA DE ABREVIATURAS

BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
BP	Balanço de Pagamentos
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina
CEBRAP	Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
CESO	Centro de Estudos Socioeconômicos da Universidade do Chile
EUA	Estados Unidos da América
FAO	Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FMI	Fundo Monetário Internacional
IPES	Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
ISI	Industrialização por Substituição de Importações
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
SELA	Sistema Econômico Latino-Americano
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNCTAD	Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1.0 A CONSTRUÇÃO DA TEORIA DO SUBDESENVOLVIMENTO E DESENVOLVIMENTO DE CELSO FURTADO.....	17
1.1 Contexto histórico.....	17
1.2 Formação Econômica do Brasil: uma avaliação estrutural da economia brasileira.....	20
1.3 A crítica à teoria econômica e o subdesenvolvimento como processo histórico..	28
1.4 Subdesenvolvimento e Desenvolvimento: da teoria à ação reformista.....	32
1.4.1 O Subdesenvolvimento.....	32
1.4.2 O Desenvolvimento.....	34
1.4.3 Políticas para o desenvolvimento.....	39
1.4.4 Sistema de governo e produção.....	42
1.4.5 Subdesenvolvimento e dependência.....	44
1.5 O otimismo furtadiano na “pré revolução” brasileira.....	46
1.6 Considerações finais.....	50
2.0 O DEBATE DOS ANOS 1970: A TEORIA DA DEPENDÊNCIA.....	53
2.1 Contexto histórico.....	53
2.2 O pensamento de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto: A “opção” dos países periféricos.....	55
2.3 A contribuição de Ruy Mauro Marini: A superexploração do trabalho.....	79
2.4 Theotônio dos Santos: Balanço e perspectivas da teoria da dependência.....	87
2.5 Considerações finais.....	104
3.0 A INFLEXÃO E REVISÃO DO PENSAMENTO FURTADIANO.....	108
3.1 A inflexão furtadiana e um projeto para eliminação da estagnação.....	108
3.2 O desenvolvimento como mito.....	113
3.3 Considerações finais.....	117
CONCLUSÃO.....	119
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	129

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa visa evidenciar os elementos constitutivos da Teoria do Subdesenvolvimento, e mostrar como ela foi revista frente ao debate com a Teoria da Dependência e aos acontecimentos políticos e econômicos de meados de 1960 em diante. Para isso, parte-se da análise das primeiras obras de Celso Furtado, com o intuito de ressaltar a sua avaliação estrutural da economia brasileira, a crítica que faz à teoria econômica quanto ao estudo do desenvolvimento, e como Furtado a partir daí elabora a teoria do subdesenvolvimento e desenvolvimento. Além disso, procura-se indicar as principais críticas contra Furtado proferidas pela Teoria da Dependência, à luz dos acontecimentos ocorridos no período. Dentre elas, destacam-se a crítica sociológica de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto; a idéia de Ruy Mauro Marini, de que a dependência deve ser estudada no âmbito das relações internacionais entre economias e a forma através da qual se inseriram as economias da América Latina no contexto Pós Revolução Industrial; e a contribuição de Theotônio Dos Santos, que diferencia dependência e subdesenvolvimento, alegando que a Teoria da Dependência busca compreender as restrições de um desenvolvimento baseado na hegemonia dos grupos e forças imperialistas. Indica-se também como Furtado reviu sua teoria a partir do debate com esta corrente e também mediante a mudança de regime de governo país e da idéia de que a industrialização estava sendo conduzida por um Estado que atuava em regime político sempre criticado pelo autor. Fatos estes que fizeram com que Furtado mudasse o tom de seu discurso, tendo inclusive identificado o desenvolvimento como mito.

Para Furtado, o subdesenvolvimento seria o resultado de um quadro estrutural derivado da: heterogeneidade sócio-econômica; dependência externa; tendência ao desequilíbrio; escassez de poupança; problemas regionais, dentre outros fatores; Esses fatores, presentes em suas análises, o destacaram dentre as correntes teóricas defensoras da tese de que o subdesenvolvimento é uma consequência da situação de dependência dos países periféricos em relação aos países centrais. A importância e a atualidade do estudo desse tema decorrem da necessidade de se aprofundar a avaliação das causalidades e das ações propostas para reversão do subdesenvolvimento, característica peculiar às economias brasileira e latino-americanas.

Celso Furtado (1920-2004) dedicou sua vida, trajetória política, intelectual e acadêmica¹ à luta pelo desenvolvimento do Brasil e por melhores condições para seu povo. É considerado como o quarto demiurgo brasileiro² – em referência à expressão de Antonio Cândido, que nomeou assim a tríade clássica Freyre, Buarque de Holanda, Prado Júnior³ (OLIVEIRA, 2007: p. XIX) – sendo também um dos autores nacionais mais citados no País e no exterior⁴. Mas, devido ao movimento neoliberal das últimas três décadas, o pensamento e obra deste importante intelectual brasileiro foram desautorizados e considerados desatualizados no mundo em que teorias feitas para as especificidades da América Latina eram consideradas obsoletas. Nas palavras de Francisco de Oliveira:

O desastre neoliberal estendeu seu manto de desprezo por toda *Nuestra América* na forma de políticas econômicas nefastas, desregulamentadoras, privatizantes e anti-sociais e de um pensamento único que desqualificou todos que não rezavam por esta absurda cartilha falsamente liberal. O pensamento e a obra de Celso Furtado, assim como a de Raúl Prebisch, o grande líder da inesquecível Cepal (Comissão Econômica para a América Latina), foram desautorizados e considerados desatualizados para um mundo e uma economia que se globalizavam; teorias feitas para recortes nacionais pareciam, pois, obsoletas (OLIVEIRA, 2007: p. XVII, grifos do autor)

Corroborar com esta afirmação Vieira (2007), que diz que neste mesmo período as fronteiras nacionais foram consideradas obsoletas e as vantagens da liberdade comercial e de capitais foram apresentadas como a única forma de progresso, tendo sido o Estado “satanizado”. Sua única função foi restrita ao controle da moeda e das taxas de câmbio, com o fim de garantir estabilidade aos mercados. Diz que o “Milagre Brasileiro” do início da década de 1970 “arrefeceu as discussões sobre as profundas contradições da

¹ Celso Furtado foi Ministro do Planejamento no governo João Goulart, Ministro da Cultura no governo Sarney, Superintendente da SUDENE e da Comissão mista Cepal/BNDE, membro de destaque na Cepal, dentre outras atividades que o marcaram como importante homem público. Publicou inúmeros livros e artigos relacionados à questão do desenvolvimento e do subdesenvolvimento, além de ter lecionado em centros de excelência como Cambridge, Inglaterra e Panthéon-Sorbonne, França. No Brasil, é professor *honoris causa* do Instituto de Economia da UFRJ.

² Entrevista concedida por Francisco de Oliveira para o documentário “O longo amanhecer – Cinebiografia de Celso Furtado”. Ver Mariani, 2007.

³ Para maior conhecimento das principais obras dos ‘três demiurgos brasileiros’, ver Freyre, G. (2006), Holanda, S.B. (1995) e Prado JR. C. (1991)

⁴ Ver Azzoni (2000) *apud* Erber (2007, p. 41). Este estudo, elaborado a partir de publicações nacionais, constata que Furtado aparece como o terceiro mais citado no Brasil e, entre os mais citados no país, o mais citado no exterior.

organização capitalista do Brasil e de sua interação subordinada com o capitalismo internacional” (VIEIRA, 2007, p. 23). A década de 1980 teria revelado o predomínio de questões que mais afligiam o país - inflação e crises cambiais - o que circunscreveu os debates da época ao teor dos “pacotes econômicos”. Sobre o fim da década de 1980 e início da década de 1990, Vieira afirma que houve o ressurgimento do debate acerca de questões estruturais e mais amplas, mas que estas reapareceram sob a ótica do *Consenso de Washington*, que afirmava que os problemas da periferia do sistema capitalista desapareceriam mediante a adoção de um conjunto básico de medidas: disciplina fiscal, e orçamentária, corte em programas sociais, abertura e liberdade de mercados e de capitais. Sobre esta época, Vieira diz que:

Confrontado com a instabilidade crescente dos mercados financeiros globais, com a concentração gigantesca de capitais, com o desemprego, com as baixas taxas de crescimento econômico e com a reprodução a níveis insustentáveis da miséria e da exclusão social, o pensamento econômico brasileiro encontrou-se frente a frente com uma realidade que exigia algo mais que respostas circunscritas aos movimentos de conjuntura. Questões estruturais, silenciadas por mais de duas décadas, começaram a demandar reflexão e a cobrar respostas do pensamento econômico brasileiro que, com raras exceções, deu mostras de estar desarmado perante os novos desafios (*Ibid*, p. 25)

Portanto, dentre outras questões, o fracasso de tais políticas neoliberais recupera a força da obra de Celso Furtado. Sobre isso, João Sabóia e Fernando Cardim Carvalho dizem que Furtado não foi apenas um homem de sua época, mas que “também deu contribuições permanentes ao estudo da operação das economias periféricas, muitas das quais são tão atuais e férteis hoje quanto o foram no século XX” (SABOIA & CARVALHO, 2007: p. 22). Atualmente vê-se a multiplicação de seminários sobre Celso Furtado⁵, a criação de cátedras com seu nome, a criação do Centro Internacional Celso Furtado Políticas para o Desenvolvimento (Nov.2005), dentre outros exemplos do resgate do pensamento cepalino e de Celso Furtado. Para Francisco de Oliveira, “a obra de Furtado tornou-se uma ideologia [...], uma forma de pensar o mundo latino-

⁵ Como um dentre vários exemplos, tem-se o XVIII Encontro Nacional de Economia Política, organizado pela Sociedade de Economia Política, ocorrido em 2008, que teve como tema “Celso Furtado: diálogos desenvolvimentistas”.

americano e informar a ação reformadora” (OLIVEIRA, 2007: p. 16).

O tema sobre os quais se debruçou Furtado e as mazelas que apontou não poderiam ser mais latentes e atuais na sociedade brasileira. Segundo o próprio Furtado,

O desafio que se coloca no umbral do século XXI é nada menos do que mudar o curso da civilização, deslocar o seu eixo da lógica dos meios a serviço da acumulação, num curto horizonte de tempo, para uma lógica dos fins em função do bem estar social, do exercício da liberdade e da cooperação entre os povos. Devemos nos empenhar para que essa seja a tarefa maior dentre as que preocuparão os homens no correr do próximo século: estabelecer novas prioridades para a ação política em função de uma nova concepção do desenvolvimento, posto ao alcance de todos os povos e capaz de preservar o equilíbrio ecológico. O objetivo deixaria de ser a reprodução dos padrões de consumo das minorias abastadas para ser a satisfação das necessidades fundamentais do conjunto da população e a educação concebida como desenvolvimento das potencialidades humanas nos planos ético, estético e da ação solidária. A criatividade humana, hoje orientada da forma obsessiva para a inovação técnica a serviço da acumulação econômica e do poder militar, seria dirigida para a busca da felicidade, esta entendida como a realização das potencialidades e aspirações dos indivíduos e das comunidades vivendo solidariamente (FURTADO, 1992, p. 76-77)

Por este motivo, Oliveira (2007) acredita que um grande esforço teórico deve ser empreendido para questionar as novas condições das nações nesse capitalismo globalizado – ou mundializado, como prefere Chesnais. Sobre a ideologia da globalização, Batista Jr (1998) afirma que esta funciona como uma cortina de fumaça. Alega que os governos aproveitam-se desse termo para se isentarem de qualquer aspecto negativo que ocorre na economia. Para Vieira (2007), as conseqüências desta ideologia para o pensamento social brasileiro foram nefastas e a energia intelectual de diversos economistas voltou-se para análises sobre o câmbio, inflação, contas públicas, dentre outros assuntos de menos importância para a questão nacional. Muito pouco se produziu na área do pensamento que possui heranças e contribuições teóricas bastante amplas e originais.

Explicitados os motivos da escolha da obra de Celso Furtado como objeto de pesquisa

deste estudo, é obrigatório mencionar o fato de que seria falho estudar este importante teórico brasileiro sem fazer referência a sua teoria do subdesenvolvimento, a qual tenta demonstrar - a partir do quadro de divisão internacional do trabalho -, que a existência do fenômeno do subdesenvolvimento é parte do próprio processo de desenvolvimento, não sendo apenas uma etapa pela qual passaram todas as economias centrais, contrariando a hipótese formulada por Rostow⁶. Seria falho também se não se apresentasse outras visões sobre o subdesenvolvimento e/ou dependência, tais como os desenvolvidos por Cardoso e Faletto na obra *Desenvolvimento e Dependência na América Latina: ensaios de interpretação sociológica* (1970); Ruy Mauro Marini e sua *Dialética da Dependência* (1973) e; Theotônio dos Santos em *A teoria da dependência: Balanços e Perspectivas* (2000). Desta forma, um dos objetivos, além dos aqui já explicados, é mostrar as principais críticas contra Furtado proferidas pela Teoria da Dependência, à luz dos acontecimentos ocorridos no período, e como Furtado reviu sua teoria tendo demonstrado claramente um ponto de inflexão em seu pensamento, após as críticas dependentistas, bem como mediante acontecimentos históricos do período. Esses autores, tal como Furtado, trataram de temas que, pelos mesmos motivos expostos acima, são fundamentais para a superação do quadro em que se inserem os países da América Latina no sistema de divisão internacional do trabalho.

Niemeyer Almeida Filho diz que “com o desempenho medíocre das economias latino-americanas desde os anos 1980, o debate em torno do *status* teórico da Dependência tem sido recuperado” (ALMEIDA FILHO, 2005, p. 1). Diz ainda que, devido à heterogeneidade metodológica desta escola, houve um debate interno inconcluso a respeito do alcance teórico da mesma. Daí decorre a importância de se apresentar as diversas avaliações presentes nessa corrente de pensamento. Ainda para Almeida Filho, o trabalho que apresentou definição mais ampla e foi mais aceito no período inicial dessa corrente foi o de Theotônio dos Santos (1970): onde a teoria da dependência é vista como uma *visão da periferia* da teoria do imperialismo. Ou seja, a definição de dependência reflete exatamente a situação atual do país:

⁶ Ver Rostow, 1964. Em sua obra, *Etapas do Desenvolvimento Econômico*, o autor argumenta que o desenvolvimento dá-se em cinco etapas, divididas da seguinte forma: pré-condições para o arranco; o arranco; a marcha para a maturidade; a era do consumo em massa; para além do consumo. Segundo o autor, todos os países necessariamente têm que passar por estas fases para se desenvolverem.

Economias de um grupo de países são condicionadas pelo desenvolvimento e expansão de outras. Uma relação de interdependência entre dois ou mais países ou entre estes países e o sistema mundial de comércio torna-se uma relação de dependência, quando alguns países podem expandir-se por movimento próprio, enquanto outros, estando numa situação de dependência, só podem expandir-se como um reflexo da expansão dos países dominantes, os quais devem ter efeitos positivos ou negativos nos seus desenvolvimentos imediatos. (*Ibid.*, p. 3)

O argumento sustenta, ainda, que novas funções da periferia – provisão de mercados para manufaturados e oferta de matérias primas baratas – não são essenciais à sobrevivência do capitalismo, apesar de ajudarem a contrarrestar a tendência declinante da taxa de lucro. Isto, contudo, não invalida, segundo Almeida Filho, a avaliação de que os centros tenham convenientemente se aproveitado para explorar a periferia e potencializar sua acumulação de capital.

Almeida Filho enfatiza, porém, que tal posição não foi consensual na teoria da dependência. Cardoso e Faletto (1979) trouxeram uma avaliação da diversidade de experiências de dependência, tendo sugerido a necessidade de estudos das situações específicas de cada país. Mas Almeida Filho concorda que há pelo menos dois aspectos em comum entre Dos Santos e Cardoso e Faletto: “a existência de um sistema capitalista mundial integrado; e a concepção de que as condições políticas e econômicas no Terceiro Mundo são determinadas pela interação dos fatores internos e externos” (*Ibid.*, p. 4). Uma grande diferença entre ambos, no entanto, é que a análise de Dos Santos sugere que a mudança na periferia é preponderantemente determinada externamente, enquanto Cardoso e Faletto dão ênfase à geração de mudança no âmbito interno da nação. Outro ponto em comum das análises, avaliado por Almeida Filho, é o de que as estruturas sociais não são imutáveis. O desenvolvimento estaria relacionado aos níveis de desenvolvimento econômico e equilíbrio das forças políticas de cada um dos países da periferia.

Uma vez justificada a escolha dos autores dentro do tema proposto, pode-se apresentar a estrutura da pesquisa. A primeira parte do estudo analisa as primeiras obras de Celso

Furtado, com o intuito de ressaltar a sua avaliação estrutural da economia brasileira, a crítica que faz à teoria econômica quanto ao estudo do desenvolvimento, e como Furtado a partir daí elabora a teoria do subdesenvolvimento e desenvolvimento.

No segundo capítulo procura-se indicar as principais críticas contra Furtado proferidas pela Teoria da Dependência, à luz dos acontecimentos ocorridos no período. Dentre elas, destacam-se a crítica sociológica de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto; a idéia de Ruy Mauro Marini, de que a dependência deve ser estudada no âmbito das relações internacionais entre economias e a forma através da qual se inseriram as economias da América Latina no contexto Pós Revolução Industrial; e a contribuição de Theotônio Dos Santos, que diferencia dependência e subdesenvolvimento, alegando que a Teoria da Dependência busca compreender as restrições de um desenvolvimento baseado na hegemonia dos grupos e forças imperialistas.

O terceiro indica como Furtado reviu sua teoria a partir do debate com esta corrente e também mediante a mudança de regime de governo país e da idéia de que a industrialização estava sendo conduzida por um Estado que atuava em regime político sempre criticado pelo autor. Fatos estes que fizeram com que Furtado mudasse o tom de seu discurso, tendo inclusive identificado o desenvolvimento como mito.

O último capítulo apresenta a conclusão do estudo, que se baseia em três pilares: (i) apresentação dos principais elementos constitutivos da Teoria do Subdesenvolvimento; (ii) avaliação das principais críticas apresentadas contra Furtado pela Teoria da Dependência e (iii) demonstração do ponto de inflexão da teoria furtadiana, mediante as críticas da Teoria da Dependência e da mudança de regime de governo no país.

Para facilitar a compreensão do leitor, indica-se abaixo a cronologia das principais obras analisadas, levando em consideração o ano de publicação de suas primeiras edições. Caso isto não fosse feito, poderiam haver confusões em relação ao momento histórico em que as obras foram publicadas, uma vez que as citações apresentam a data da edição consultada, e não a data relacionada à primeira edição.

Principais obras de Celso Furtado:

- A Economia Brasileira, 1954
- Formação Econômica do Brasil, 1959
- Desenvolvimento e Subdesenvolvimento, 1961. A obra Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico é uma revisão destes escritos. Apesar de publicada em 1967, teve sua base elaborada no início de 1961
- A Pré Revolução Brasileira, 1962
- Dialética do Desenvolvimento, 1964
- Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina, 1966
- Um Projeto para o Brasil, 1968
- Análise do Modelo Brasileiro, 1972
- O Mito do Desenvolvimento Econômico, 1974
- A Fantasia Organizada, 1985
- A Fantasia Desfeita, 1989
- Os Ares do Mundo, 1991
- Em Busca de Novo Modelo, 2003

Obras dos autores selecionados da Teoria da Dependência

- Dependência e Desenvolvimento na América Latina (Cardoso e Faletto), 1970
- Dialética da Dependência (Ruy Mauro Marini), 1973
- A Teoria da Dependência: Balanços e Perspectivas (Theotônio dos Santos), 2000

1.0 A CONSTRUÇÃO DA TEORIA DO SUBDESENVOLVIMENTO E DESENVOLVIMENTO DE CELSO FURTADO

O objetivo deste capítulo é o de evidenciar os principais elementos constitutivos da teoria do Subdesenvolvimento de Celso Furtado. Para isto, mostram-se os principais elementos estruturais encontrados por Furtado para a caracterização da formação da economia brasileira, que foram fundamentais para a posterior elaboração de sua teoria e política do desenvolvimento econômico. Evidencia-se também as críticas algumas correntes da teoria econômica no que se refere às lacunas relacionadas ao estudo do desenvolvimento econômico e como a crítica ao etapismo rostowiano foi também fundamental para a posterior elaboração do conceito de subdesenvolvimento como um processo histórico. Faz-se tudo isso para chegar-se ao esquema de subdesenvolvimento de Celso Furtado, que destaca, dentre outros, a importância da autonomia tecnológica, da acumulação de capital e da alteração na estrutura da demanda para a superação do subdesenvolvimento. Demonstra-se também a importância por ele concedida ao quadro de dependência dentro do qual se inseriam os países subdesenvolvidos na divisão internacional do trabalho. Por todo este processo de construção teórica, é nítido o otimismo de Celso Furtado em relação aos rumos da nação, o que também se verifica neste capítulo.

1.1 Contexto histórico

O *Formação Econômica do Brasil* de Celso Furtado, redigido em três meses durante 1959, reflete uma década de experiências e pesquisas. A “década de maturação” demonstrada por Vieira (2008) foi marcada por diversos acontecimentos, que fizeram parte da construção da teoria do Subdesenvolvimento de Celso Furtado, marcada pela obra *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. Neste período, que vai de 1948 a fins de 1958, que foi quando Furtado iniciou o *Formação Econômica do Brasil*, o autor concluiu sua tese de doutorado, *L'Économie Coloniale Brésilienne (XVI ET XVII Siècles)* na Faculdade de Direito da Universidade de Paris, que estudava a economia açucareira, participou como um dos principais integrantes do quadro da Cepal (1948-57), período em que recebeu a influência de Raúl Prebisch. O período da Cepal foi

considerado por Vieira (2008) como o ponto de inflexão para a realização do *Formação Econômica do Brasil*. Foi ali que termos como *relações centro-periferia, deterioração dos termos de troca, desequilíbrios estruturais*, dentre outros, passaram a fazer parte do quadro de análise furtadiano, que posteriormente resultaria em sua teoria do subdesenvolvimento.

O período que antecede à década de maturação do *Formação Econômica do Brasil* teve como principal figura a do governante Getúlio Vargas, em contextos democrático (1930-37) e como ditador do Estado Novo (1937-45). Após o governo de Dutra (1945-51), o país assistiu ao retorno de Vargas por mais 4 anos. Este período inteiro, ponto de referência da luta política e dos conflitos sociais, inclui a implantação de uma legislação trabalhista que serve de bases até os dias atuais, e principalmente, o início de uma ação direta do Estado no campo econômico. Para Vianna e Villela (2008), mais importante do que estas conquistas materiais, foi a incorporação da classe trabalhadora como agente político relevante. Este fator foi responsável pela construção da democracia no país. O governo Café Filho marca a transição entre o suicídio de Vargas (1954) e o período seguinte, em que Juscelino Kubitschek (1956-1961) adotou o Plano de Metas, muito importante também para a formação da visão de desenvolvimento de Celso Furtado.

Lessa (1981) considera o Plano de Metas como a mais sólida decisão consciente em prol da industrialização na história econômica do país, mas que teria deixado em segundo plano questões como: agricultura, distribuição de renda e equilíbrio. Destaca também que não houve mudanças institucionais e instrumentais. Os motivos apontados pelo autor pela decisão de implementação do plano foram a consciência (setor público e privado) da necessidade de industrialização, bem como o fato de que o empresariado não se opunha às metas estabelecidas, muito pelo contrário. O autor desdobra as características da política econômica em quatro peças básicas: (a) política do capital estrangeiro; (b) a ampliação da participação direta do setor público; (c) o estímulo às inversões privadas prioritárias; (d) tratamento do problema da estabilidade. Lessa concorda com Tavares de que a conclusão do Plano de Metas coincide com o fim do Processo de Substituição de Importações. Conclui que: (a) apesar do sucesso do Plano, a

industrialização promovida pelo Plano de Metas não conduziu o país à situação de desenvolvimento, devido à acentuação da heterogeneidade relativa de situações gerada na economia; (b) o Estado foi fundamental como o componente autônomo da demanda agregada; (c) A necessidade de mudanças institucionais tornou-se uma prioridade na década de 1960.

Lessa (1981) alega ainda que o Plano de Metas não tinha a inflação como instrumento para o crescimento, mas que esta possibilitou a captação por governo e empresas de parcelas do acréscimo de produto na economia, via distribuição regressiva da renda. Villela (2005) discorda deste ponto, alegando que o principal mecanismo de financiamento do plano foi a inflação, resultante da expansão monetária que financiava o gasto público e do aumento do crédito, que viabilizaria os investimentos privados. Indica ainda que os outros instrumentos foram: subsídios implícitos em esquemas de importação de máquinas, fundos setoriais de vinculação orçamentária, avais pelo BNDE para atração de capital externo; créditos diretos do BNDE e do BB, e o uso dos recursos da conta de ágios e Bonificações. Tudo isso serve de base para a argumentação de que Furtado estava preocupado com questões nacionais. Em sua obra, encontram-se evidências desta discussão em torno das prioridades nacionais. Para Furtado, por exemplo, dever-se-ia sempre perseguir o desenvolvimento como objetivo principal, em detrimento de quaisquer outras ações de política econômica. A inflação, para que se possa utilizar o gancho da discussão de Lessa com Villela, para Furtado, desapareceria “naturalmente” se se permitisse uma política genuinamente desenvolvimentista no país. Os entraves estruturais causadores de tal efeito seriam então derrubados.

Serra (1998) diz que foi a partir dos anos 50 até o início dos anos 60 que a industrialização brasileira sofreu transformações decisivas. Mostra-nos que foi a indústria de bens de consumo duráveis e a indústria de bens de capital que puxaram a expansão do período. Nesse período, foram instaladas as seguintes indústrias: automobilística, construção naval, material elétrico pesado e outras de máquinas e equipamentos. Outras indústrias se expandiram consideravelmente: siderúrgica, metais não ferrosos, química pesada, petróleo, papel e celulose. O autor atribui como decisivo os seguintes instrumentos de política econômica: (a) a presença forte do Estado; (b)

Instrução 70 como fonte de financiamento (aumento da carga tributaria e déficit fiscal; (c) Instrução 113, com capital estrangeiro; (d) crédito oficial subsidiado; (e) criação de grupos executivos para a coordenação do plano. O tripé capital estrangeiro, empresas públicas e capital privado nacional possuía uma perna fraca, representada por esta última, que por este motivo, precisou de incentivos para se expandir, tendo o autor citado a indústria automobilística como a principal. Dentre os principais problemas do período, cita: (1) inflação; (2) financiamento dos investimentos (sem mercado de capitais, intermediação financeira, política de preços públicos e lei da usura); (3) sobreinvestimento, que gerou a capacidade ociosa do Milagre; (4) crise no setor externo: deterioração dos termos de troca, crescimento de serviços, curto período de maturação dos empréstimos.

Destacados os principais acontecimentos históricos, políticos e econômicos do período, pode-se concluir que Furtado estava diante de um cenário promissor em termos de perspectivas e projeto para a nação. O país caminhava no sentido da industrialização, e o Estado possuía papel ativo no desenvolvimento da indústria e da economia como um todo. Tudo isso é parte integrante de sua teoria e da sua política para o desenvolvimento, como se vê na seção seguinte.

1.2 Formação Econômica do Brasil: uma avaliação estrutural da economia brasileira

Esta seção procura mostrar os principais elementos estruturais encontrados por Furtado para caracterizar a formação da economia nacional, fundamentais para a posterior elaboração de sua teoria e política para o desenvolvimento econômico. Dentre estes fatores, destacam-se: (i) a idéia de que a economia brasileira era dependente da demanda externa. (ii) de que tendências como as de desequilíbrio, concentração de renda e dualidade estrutural eram características das economias subdesenvolvidas e (iii) da importância da indústria, tecnologia e mercado interno. Uma vez que já se enunciou que a avaliação de Furtado é estrutural, considera-se importante a apresentação da metodologia utilizada pelo autor.

O método utilizado por Furtado pode ser denominado como estruturalista histórico-dialético e a argumentação a seguir busca demonstrar o porquê desta denominação. Sobre o método estruturalista, Furtado explica que não há relação direta com a escola estruturalista francesa, “cuja orientação geral tem sido privilegiar o eixo das sincronias na análise social e estabelecer uma *sintaxe* das disparidades nas organizações sociais” (FURTADO, 1975: p. 83). Continua explicando que o estruturalismo econômico - cuja origem deriva do pensamento latino-americano da década de 1950 – busca evidenciar parâmetros não econômicos⁷ nos modelos macroeconômicos, alegando que o comportamento das variáveis econômicas depende fundamentalmente destes parâmetros, que podem alterar-se substancialmente em períodos de rápida mudança social. Desta forma, tais parâmetros – não econômicos – devem ser objeto de metucioso estudo. Diz o autor que “essa observação é particularmente pertinente com respeito a sistemas econômicos heterogêneos, social e tecnologicamente, como é o caso das economias subdesenvolvidas” (*Ibid.*, p. 83).

Em *Dialética do Desenvolvimento Econômico* (1964), dentre outras de suas obras, Furtado defende o método histórico e dialético como o mais apropriado para as análises relacionadas ao desenvolvimento.

O esforço de Hegel para formular os princípios de uma lógica do processo histórico, constituiu o ponto de partida do mais importante movimento de renovação do pensamento social no século XIX. Hegel instituiu o princípio de que o mundo não está constituído por coisas acabadas, e sim, por um conjunto de processos que somente uma lógica do desenvolvimento nos poderá capacitar para compreender estes processos, denominando a essa lógica de dialética (FURTADO, 1964: p 13).

Marx [construiu] o primeiro modelo dinâmico de representação da realidade social, dando à dialética uma extraordinária eficácia como instrumento explicativo dos processos históricos (*Ibid.*, p. 16-7).

A importância da dialética na compreensão dos processos

⁷ Furtado cita como exemplo de parâmetros não econômicos: regime de propriedade da terra, controle das empresas por grupos estrangeiros, existência de uma parte da população *fora* da economia de mercado. (ver Furtado, 1975: p. 84)

históricos deriva exatamente do fato de que a história, ao nível dos conhecimentos presentes do homem, não pode ser reconstituída a partir da análise da multiplicidade de fenômenos que a integram. Entretanto, o homem pela *praxis* individual – *experiência original da dialética*, para usar a expressão de Sartre – intui do processo histórico aquela visão sintética capaz de dar unidade à multiplicidade. É partindo dessa experiência original que se pode falar de dialética como instrumento de compreensão dos processos históricos (*Ibid.*, p. 15-6).

Uma definição-síntese do método dialético é dada por Furtado, na seguinte passagem:

A essência do método dialético está na idéia simples de que o todo não pode ser explicado pela análise isolada de suas distintas partes. O todo é inicialmente captado através de uma síntese, em grande parte intuitiva, que realiza o espírito humano, e é a partir dessa síntese que a análise das partes adquire sentido (*Ibid.*, p. 14).

E critica o método ahistórico, reconhecendo que este facilitou o aperfeiçoamento de instrumentos metodológicos, como as concepções de equilíbrio parcial e geral, mas criou dificuldades importantes em termos de desenvolvimento. Desta forma, mostra sua total fidelidade às análises históricas no sentido da captação dos reais elementos determinantes do subdesenvolvimento econômico (*Ibid.*, p. 23). E é a partir da história que Furtado parte para a explicação das tendências estruturais da economia brasileira.

Sobre o *Formação Econômica do Brasil*, vale mencionar que Furtado revela ter partido da idéia de reescrever ordenadamente as idéias de *A Economia Brasileira* (1954). Disse Furtado, que Roberto Simonsen teve grande influência em tal edição:

Entre os livros que adquiri estava uma reedição recente de História Econômica do Brasil, de Roberto Simonsen, que havia lido dez anos antes. Folheando este livro e detendo-me na massa de informação quantitativa que contém sobre o período colonial, veio-me a idéia de tentar a elaboração de um modelo da economia do açúcar a meados do século XVII. Foi dessa idéia que surgiu o *Formação Econômica do Brasil* (*Ibid.*, p. 204).

Em *Formação Econômica do Brasil*, Furtado apontou diversos elementos estruturais que caracterizaram a formação da economia nacional. Um destes era a dependência da

economia brasileira à demanda externa. Furtado afirma que, do início do século XVI ao início do século XVIII (1530-1930), o desenvolvimento brasileiro “derivou seu impulso dinâmico da demanda externa” (FURTADO, 2001: p. 98). No caso da economia açucareira, as possibilidades de evolução estrutural do sistema escravista se limitavam à absorção crescente de açúcar pelo mercado externo “sempre que a oferta externa da força de trabalho fosse elástica até ocupar terras disponíveis” (*Ibid.*, p. 51). A atividade criatória nordestina, por sua vez, era dependente da economia açucareira, e o resultado era apresentado sob a mesma forma de dependência (*Ibid.*, p. 59). Explica-nos que uma queda no estímulo externo resultava em prostração da economia açucareira, cujo excedente populacional era incorporado à atividade pecuária. Esta, com rentabilidade atrelada àquela, intensifica-se como uma atividade econômica de subsistência:

A formação da população nordestina e a sua precária economia de subsistência – elemento básico do problema brasileiro em épocas posteriores – estão assim ligadas a esse lento processo de decadência da grande empresa açucareira [consequência de uma queda no estímulo externo] (*Ibid.*, p. 64)

A atividade mineradora também se baseava no comportamento da demanda externa, apesar de apresentar potencialidades muito maiores que as da economia açucareira. A involução da economia mineira – a mais rápida das apresentadas na história econômica brasileira – sucedeu-se em uma economia de subsistência. Dois motivos são apontados pelo autor pelo não aproveitamento do potencial mineiro: (i) A metrópole não pretendia implementar uma atividade manufatureira no país; (ii) Incapacidade técnica dos imigrantes. O autor sustenta que foi o ouro brasileiro um dos contribuintes ao processo manufatureiro inglês, pois este país encontrou na economia luso-brasileira um mercado em expansão e de forma quase unilateral, sendo suas exportações saldadas em ouro, o que permitiu grande flexibilidade aos anglo-saxões para operarem no mercado europeu (*Ibid.*, p. 79-86).

Na segunda metade do século XIX, Furtado indica que, não obstante tenha alcançado uma taxa de crescimento relativamente alta, a economia brasileira teve como centro dinâmico o comércio exterior. Assim, a defesa do emprego e o crescimento, no final do século XX, seriam alcançados somente se fosse reduzida a participação relativa do setor

externo na acumulação de capital:

A transformação estrutural mais importante que possivelmente ocorrerá no terceiro quartel do século XX será a redução progressiva da importância relativa do setor externo no processo de capitalização. Em outras palavras, as indústrias de bens de capital – particularmente as de equipamentos – terão de crescer com intensidade muito maior do que o conjunto do setor industrial. [...] É uma condição essencial para que a política econômica se permita visar ao duplo objetivo de defesa do nível de emprego e do ritmo de crescimento. Somente assim alcançará o sistema econômico uma maior flexibilidade, e estará em condições de tirar maiores vantagens do intercâmbio externo (*Ibid.*, p. 236).

Além da idéia de que a economia brasileira era dependente da demanda externa, Celso Furtado identificou algumas tendências estruturais da nação, no que se refere às observações no campo econômico. A primeira tendência analisada é a relacionada ao dualismo estrutural. Em *Formação Econômica do Brasil*, Furtado daria indícios do que viria a ser a causa do atraso relativo da economia brasileira em relação às demais economias. Menciona que o fato de o Brasil não ter conseguido integrar-se nas correntes de comércio mundial durante a etapa de rápidas transformações nas estruturas econômicas dos países avançados criou diferenças entre o Brasil e estes países (FURTADO, 2001: p. 150).

A segunda tendência das economias subdesenvolvidas analisadas em *Formação Econômica do Brasil* é a tendência à concentração de renda. A origem desta característica estrutural da economia brasileira – aqui tomada como exemplo – e o mecanismo pelo qual este efeito se produz são reproduzidas na passagem abaixo:

Os aumentos de produtividade econômica alcançados na alta cíclica eram retidos pelo empresário, dadas as condições que prevaleciam de abundância de terras e de mão - de obra. Havia, portanto, uma tendência à concentração de renda nas etapas de prosperidade. Crescendo os lucros mais intensamente que os salários, ou crescendo aqueles enquanto estes permaneciam estáveis, é evidente que a participação dos lucros no total da

renda territorial tendia a aumentar. Na etapa de declínio do ciclo, havia uma forte baixa na produtividade econômica do setor exportador. Pelas mesmas razões por que na alta cíclica os frutos desse aumento de produtividade eram retidos pela classe empresarial, na depressão os prejuízos da baixa de preços tenderiam a concentrar-se nos lucros dos empresários do setor exportador. Não obstante, o mecanismo pelo qual a economia corrigia o desequilíbrio externo – o reajustamento da taxa cambial – possibilitava a transferência do prejuízo para a grande massa consumidora. Destarte, o processo de concentração de riqueza, que caracterizava a prosperidade, não encontrava um movimento compensatório na etapa de concentração de renda (FURTADO, 2001: p. 166).

Em períodos posteriores da evolução do desenvolvimento brasileiro, esta característica geraria o entorpecimento do mercado interno, uma vez que apenas uma pequena parcela da população teria acesso aos frutos do progresso. Isto orientaria a indústria à produção de bens de consumo finais que seriam apenas absorvidos por esta classe de alta renda, gerando inclusive problemas de escala nas indústrias. Seria importante, portanto, redistribuir a renda, no intuito de fortalecer o mercado interno, através do aumento da população consumidora de bens finais.

A terceira tendência analisada é aquela referente aos desequilíbrios no balanço de pagamentos. Esta tendência está intimamente ligada às tendências ao aumento do coeficiente de importação e, conseqüentemente, à barreira da capacidade para importar⁸. A forma de crescer dos países subdesenvolvidos gera pressão por importações como, por exemplo, no caso de um salto tecnológico na agricultura, que passa do transporte via tração animal para mecânica. A pressão no balanço de pagamentos dá-se via necessidade abrupta de entrada de equipamentos importados no país. Ainda sobre a capacidade para importar, Furtado indica que a partir de 1929, buscou-se uma alternativa ao modelo clássico de crescimento extensivo à base de exportação, através da defesa do nível de emprego, da alteração do centro dinâmico da economia – para o mercado interno – e da ruptura da barreira constituída pela capacidade de importar ao processo de formação de capital (FURTADO, 2001: p. 233-5).

⁸ Este conceito foi introduzido por Furtado em março de 1950. (Ver Furtado, 1985: p. 70 e 74)

Depois de avaliadas as condições estruturais responsáveis pelo subdesenvolvimento da economia brasileira, Celso Furtado parte para a indicação da importância de alguns elementos para a eliminação de tais condições. Já esboçava aí então a idéia de que a nação possuía um rumo certo, que era o do desenvolvimento. Falava em tom otimista ao apontar os elementos que livrariam o país das mazelas causadas pela condição de nação subdesenvolvida. Um destes elementos é a tecnologia, que é posteriormente um dos fatores bastante destacados na teoria de Furtado, como essencial para o desenvolvimento, juntamente com a acumulação da capital e a composição da demanda, derivada do sistema de valores da sociedade. Desde suas primeiras análises, Furtado destacava a importância da autonomia tecnológica para o desenvolvimento, ao dizer que “desenvolvimento com base no mercado interno só se torna possível quando o organismo econômico alcança determinado grau de complexidade, que se caracteriza por uma relativa autonomia tecnológica” (FURTADO, 2001: p. 110-11).

Também avaliou a indústria com elemento importante no desenvolvimento da nação naquele momento específico. Optou-se por dar ênfase nas conclusões do autor em relação às falhas e consequências da industrialização nos países subdesenvolvidos. Ao realizar uma comparação dos motivos pelos quais os EUA se industrializaram e o Brasil ficou na condição de país subdesenvolvido, Furtado indica que no Brasil, a classe dominante era a de grandes agricultores e escravistas e nos EUA, os grupos dominantes eram de pequenos agricultores e grandes grupos de comerciantes. Além disso, as colônias dos EUA que se defrontaram com as dificuldades para importar, logo cedo criaram a consciência da necessidade de se fomentar a produção interna. Para finalizar a análise, aponta para o fato de que os EUA tiveram papel ativo na primeira etapa da revolução industrial, como fornecedores mundiais de algodão, e que o Brasil não tinha condições de enfrentar tal concorrência (FURTADO, 2001: p. 100-112).

Ao estudar a crise de 1929 e seus efeitos para a economia cafeeira e para a estrutura econômica como um todo, Furtado conclui que devido à baixa da renda e do aumento de preços dos produtos importados, o centro dinâmico da economia passou para o mercado interno, que é o terceiro ponto destacado por Furtado como importante para a eliminação da condição de subdesenvolvimento, aquele que criou uma situação

praticamente nova na economia brasileira (FURTADO, 2003: p. 197-8). A introdução do trabalho assalariado e o fato de que o crescimento populacional dava-se mais intensamente no setor monetário que no conjunto da economia contribuíram para que fosse formado o mercado interno. Desta forma, a massa de salários monetários - considerada a base do mercado interno - crescia mais que o produto global (FURTADO, 2001: p. 151-3). Mais à frente, analisa que as atividades do mercado interno cresciam impulsionadas por maiores lucros e atraíam capitais que deixavam de ser investidos no setor de exportação. Argumenta também que a situação da crise de 1929 quebrou o círculo que impedia os países subdesenvolvidos de instalarem indústrias de bens de capital no país (Ibid., p. 199). Estas modificações bruscas na estrutura econômica geraram o problema de desequilíbrio estrutural no balanço de pagamentos. O mercado interno e o mercado externo eram concorrentes e o mecanismo de ajuste cambial não mais pôde ser utilizado. Na economia primário-exportadora, flutuações cambiais não alteravam estruturalmente a oferta. Nesta nova economia, um aumento do impulso externo gerava uma situação cambial mais favorável, tendo como consequência aumentos de importação e pressões no balanço de pagamentos (Ibid., p. 202-3).

À guisa de conclusão desta seção, vale salientar que as observações furtadianas se revelam significativamente atuais. As três tendências analisadas pelo autor – desequilíbrio externo, dualismo estrutural e concentração de renda – ainda permanecem como características da economia nacional. Dentre os três fatores apontados como importantes para a eliminação do subdesenvolvimento, vê-se que o mercado interno e a autonomia tecnológica parecem ter mais campo para discussão atualmente, uma vez que o processo de financeirização elimina possibilidades de crescimento das discussões em torno da importância da indústria. Portanto, mostrou-se neste item os principais elementos observados por Furtado como estruturais para a formação da economia nacional. Isto é de fundamental importância para a elaboração de sua teoria do subdesenvolvimento. Como se mostra a seguir, bastante significativo também é a sua crítica à teoria econômica, no que concerne às lacunas existentes no que se refere à explicação do desenvolvimento econômico.

1.3 A crítica à teoria econômica e o subdesenvolvimento como processo histórico

Esta seção objetiva extrair as principais críticas em relação às limitações de correntes da teoria econômica para o estudo do desenvolvimento econômico, na visão de Furtado. O objetivo não é verificar a veracidade ou capacidade analítica das críticas, porém apenas apontar o que o autor considera relevante em seus estudos destas teorias para a abordagem da teoria do subdesenvolvimento. Além disso, destaca-se também a importância da crítica furtadiana ao etapismo rostowiano, que serviu de base para a construção do conceito de subdesenvolvimento como processo histórico.

Suas críticas à teoria econômica podem ser sintetizadas da seguinte maneira: (i) a teoria ricardiana da renda da terra não poderia ser universalizada devido às diferenças entre países; (ii) a explicação dada por A. Smith sobre o crescimento do produto social e acerca do aumento de produtividade não levaram em conta fatores importantes, como o progresso técnico. (iii) Smith, Ricardo e seus seguidores preocupavam-se com a forma pela qual era distribuída a renda, sem levar em conta como ela era criada (FURTADO, 1975: pp. 5-11).

Com relação a Marx, considera seu conceito de trabalho “insustentável”, devido ao seu nível de abstração. Afirma que Marx estava preocupado com a definição da “lei que move o sistema capitalista”, e não com o “desenvolvimento econômico” propriamente dito. Preocupa-se em demonstrar “que as contradições internas do capitalismo tendiam a agravar-se” ao invés de mostrar “as forças que o levam a desenvolver-se”. Critica também a teoria marxista de exército de reserva, argumentando que Marx não demonstrou de que forma o desemprego era inerente ao sistema capitalista. Furtado conclui que Marx “de nenhuma maneira teve razão ao pretender fundamentar sua tese filosófica na análise econômica”, mesmo não afirmando que a tese em si estivesse errada (*Ibid.*, pp. 19-29).

Uma das críticas que Furtado faz aos neoclássicos é ao fato de estes defenderem a tese de a economia tender ao pleno emprego e que “todas as pessoas que queiram trabalhar

sempre encontrarão emprego”. Para Furtado: “a rigor, as idéias de lucro, acumulação, desenvolvimento, não cabem no modelo neoclássico senão como conseqüência de um afastamento da posição de equilíbrio”. Para os neoclássicos, o elemento básico do orçamento individual era a poupança ao invés do consumo, fato que também foi alvo da crítica de Furtado a esta corrente de pensamento. Para Furtado, “desenvolvimento é condicionado pelos fatores que atuam do lado da procura de capital”, diferentemente da ótica da oferta adotada pelos neoclássicos (*Ibid.*, p. 38-41).

Mesmo reconhecendo que Schumpeter “representa um enorme progresso dentro da economia neoclássica”, Furtado critica a forma como o espírito de empresa Schumpeteriano foi concebida: como “uma categoria abstrata, independentemente do tempo e de toda ordem institucional”. Uma outra crítica que faz Furtado a Schumpeter é o fato de este não ter situado o empresário dentro de um contexto histórico. O empresário, sendo proprietário dos meios de produção, apropria-se de uma “elevada renda que dá origem a novos instrumentos de produção. A idéia do empresário sem capital se distancia muito da realidade.” Conclui que “a teoria das inovações é de enorme importância mas conduz a equívoco pretender formulá-la independentemente da teoria da acumulação de capital” (*Ibid.*, p. 45-51).

Furtado parece dar crédito à Keynes no que se refere ao ponto de partida para a análise do desenvolvimento. A partir do momento em que Keynes indaga sobre os motivos que induzem investimentos por parte dos empresários, abre caminho para a análise e teorização do desenvolvimento. A crítica que Furtado faz a Keynes no que se refere à questão do desenvolvimento é a de que, ao atribuir as inversões como fator gerador de renda – apenas - deixou de lado o fato de que “não existem inversões líquidas sem aumento da capacidade produtiva”. Demonstra matematicamente as condições necessárias para o equilíbrio em pleno emprego, artifício não utilizado por Keynes (*Ibid.*, p. 55-63).

Para Furtado, os modelos Harrod & Domar, Solow e Kaldor foram uma tentativa de dinamização do modelo Keynesiano. Quanto ao modelo de Harrod, Furtado parece não encontrar nenhum poder explicativo no que se refere ao esforço de teorização do

crescimento econômico. Uma das críticas que faz a este modelo é quanto à relação produto-capital (Y/K) que foi supostamente desenhada por Harrod. Furtado reconhece que Solow ofereceu progressos a esta teoria, ao flexibilizar tal relação. Assim, incluiu-se a hipótese de que o trabalho e capital “podem substituir-se mutuamente”. Além disso, Solow e os economistas neoclássicos introduziram melhorias no modelo Harrod pelo fato de terem dado destaque ao progresso tecnológico / técnico como fator substancial no processo de crescimento.

O melhor modelo, segundo Furtado, para dinamizar desenvolvimento é a matriz insumo-produto de Leontieff. Ela evidencia a inter-relação, dependência “entre o plano de produção da coletividade e seu projeto de vida”. Portanto, mostra como as relações em cadeia alteram a estrutura econômica. Esta matriz insumo produto revela os “mecanismos de propagação de decisões econômicas às quais se atribui um certo grau de autonomia”. Uma decisão depende de informações, e pode constituir-se como um simples elemento de uma cadeia ou como “centro de irradiação capaz de influenciar o comportamento de outros agentes. As economias nacionais - do ponto de vista geográfico - são as que servem de base ao estudo do desenvolvimento econômico (FURTADO, 1975: p. 97-105).

Para Furtado, a teoria das vantagens comparativas perde todo o seu valor devido à configuração do sistema capitalista com as grandes empresas em seu centro, pois não existe mais um sistema econômico nacional. Furtado destaca o papel de coordenação das economias nacionais dos países cêntricos, parecendo indicar que o livre mercado é apenas um postulado teórico, e não é inclusive nem praticado pelos que o defendem (FURTADO, 1974: p. 51-4).

Furtado vê o desenvolvimento como um processo histórico. Esta é a crítica que faz à teoria do desenvolvimento por etapas de W.W. Rostow, que afirma que todas as economias passam por fases de arranque até atingirem o desenvolvimento pleno. Para Furtado, o subdesenvolvimento nasce a partir do desenvolvimento e tem origem no que este autor chamou de *primeira fase do capitalismo industrial*, iniciada no século XVIII, a partir do movimento de propagação da Revolução Industrial que visava

fundamentalmente a criação de novos mercados para as manufaturas inglesas. Esta expansão deu-se em três direções: (i) desenvolvimento dentro do próprio mercado Europeu; (ii) ocupação de terras desocupadas; (iii) deslocamento para terras já ocupadas. Este último ponto, denominado pelo autor de *cunha capitalista*, foi o responsável pela geração das sociedades dualistas, pois:

criou estruturas híbridas, uma parte das quais tendia a comportar-se como um sistema capitalista, a outra, a manter-se dentro da estrutura preexistente. Este tipo de economia dualista constitui, especificamente, o fenômeno do subdesenvolvimento contemporâneo (FURTADO, 1963: p. 178-80)

Ainda sobre esta primeira fase, o autor argumenta que seu *modus operandis* foi através de uma revolução na oferta. Fatores como superior capacidade técnica e possibilidade de produção em escala permitiram uma baixa geral nos preços dos artigos de consumo, que viriam a destruir os segmentos da estrutura de base artesanal.

A *segunda fase do capitalismo industrial* tem início a partir do momento em que as velhas estruturas econômicas, de base artesanal, são erodidas⁹. Opera-se, do mesmo modo como na primeira fase, pelo lado da oferta, contudo, também pelo lado da demanda, através do seguinte esquema: a elevação da produtividade das indústrias de bens de consumo gera maiores lucros aos seus empresários, que demandam bens de capital. Esta demanda, por sua vez, acarreta inevitavelmente em aceleração do crescimento (*Ibid.*, p. 167-8).

A *terceira fase do capitalismo industrial* tem início aproximadamente no pós II guerra, através da abertura da economia dos Estados Unidos e expansão das grandes empresas. Seu fator motivador deriva da evidência de dependência de recursos não-renováveis por parte da economia norte-americana, recursos estes produzidos por economias do exterior deste país. As grandes empresas, deste modo, poderiam explorar os recursos naturais em escala planetária (FURTADO, 1974: p. 15-36).

⁹ Não se pode atribuir um momento específico na história que traduza o início desta fase, uma vez que a erosão das estruturas artesanais deu-se em tempos e períodos distintos

Conclui-se com isto que o estudo da teoria econômica e a crítica ao etapismo rostowiano mostrou-se bastante importante para a formulação da teoria do subdesenvolvimento e desenvolvimento de Celso Furtado. Alguns elementos de sua teoria podem ser identificados na crítica feita a correntes da teoria econômica, como a idéia de que uma teoria não pode ser universalizada e deve, sim, ser aplicada levando-se em consideração as especificidades das economias locais. Também no fato de que Furtado realmente focou seus estudos no entendimento de elementos que caracterizam o desenvolvimento econômico, diferentemente de Marx, que fundava sua teoria na crítica ao capitalismo como sistema. Além disso, idéias como a de desemprego estrutural; da importância da tecnologia associada à acumulação de capital; das avaliações de longo prazo; da importância do planejamento, e da identificação de sinais de dependência podem ter sido extraídas de sua crítica a correntes da teoria econômica. Percorrido todo o trajeto de identificação das características estruturais da economia brasileira, formulação de críticas à teoria econômica e ao etapismo rostowiano, pode-se então adentrar o campo da construção da teoria do desenvolvimento e subdesenvolvimento furtadiana.

1.4 Subdesenvolvimento e Desenvolvimento: da teoria à ação reformista

1.4.1 O Subdesenvolvimento

Uma vez demonstradas as origens do subdesenvolvimento - a cunha capitalista - e seus desdobramentos históricos, pode-se partir para a explicação acerca da forma como Celso Furtado constrói o conceito de subdesenvolvimento. Já se mencionou brevemente em seção anterior que Furtado critica Rostow e, a partir daí, funda sua teoria do subdesenvolvimento. A passagem abaixo reforça tal crítica ao conceito de desenvolvimento faseológico rostowiano:

O subdesenvolvimento não constitui uma etapa necessária do processo de formação das economias capitalistas modernas. É, em si, um processo particular, resultante da penetração de empresas capitalistas modernas em estruturas arcaicas (FURTADO, 1963: P. 191)

Seguindo este raciocínio, são mencionados os casos simples e complexo do subdesenvolvimento. O primeiro configura-se na coexistência de uma economia de subsistência, base da antiga estrutura, com empresas forâneas (estrangeiras) que objetivam produção para exportação. O segundo pode ser definido como aquele que, além dos dois setores existentes no caso simples, possui ainda um terceiro setor, tal como um núcleo industrial voltado para o mercado interno, com capacidade para produção de parte da demanda por bens de capital da sociedade. A realidade brasileira é enquadrada pelo autor nas limitações do caso complexo (*Ibid.*, p. 192).

Continuando seu esforço de teorização, destaca a questão da heterogeneidade tecnológica como fator caracterizador do subdesenvolvimento e indica que a tecnologia aplicada em tais economias é poupadora de mão-de-obra, uma vez que, mesmo com a plena utilização de capital, há um desemprego estrutural:

Podemos definir uma estrutura subdesenvolvida como aquela em que a plena utilização do capital disponível não é condição suficiente para a completa absorção da força de trabalho, ao nível de produtividade correspondente à tecnologia que prevalece no setor dinâmico do sistema. É a heterogeneidade tecnológica entre setores ou departamentos de uma mesma economia que caracteriza o subdesenvolvimento (*Ibid.*, p. 195).

No livro *Dialética do Desenvolvimento* (1964), Furtado realiza uma crítica à abordagem do problema do desenvolvimento em termos estritos de renda *per capita*, defendendo que aspectos que ultrapassam os limites do campo econômico devem ser levados em conta no estudo do fenômeno:

O subdesenvolvimento deve ser entendido, em primeiro lugar, como um problema que se coloca em termos de estrutura social. O fato de que sejam os seus aspectos econômicos os mais estudados e conhecidos é simples confirmação da tese geral de que, no processo de desenvolvimento social, aos fatores econômicos cabe, quase sempre, papel predominante. Desta forma, a caracterização do subdesenvolvimento em termos estritamente econômicos, sendo tarefa mais simples, constitui método perfeitamente legítimo com vistas a uma primeira formulação do problema. Seria, entretanto, equívoco total esperar que os economistas, usando instrumentos de análise que

lhes são próprios, viessem a esgotar esta matéria, que possui importantes aspectos a serem abordados do ângulo da sociologia e da ciência política (FURTADO, 1964: p. 77).

Não obstante tenha concordado com o fato de que a quase totalidade dos países subdesenvolvidos fosse fundamentalmente agrícolas, Furtado compreendia que este não era o motivo crucial do subdesenvolvimento e sim o dualismo estrutural gerado pelo desequilíbrio de fatores resultantes da *cunha capitalista*:

O que conceituamos como subdesenvolvimento é, entretanto menos a existência de uma economia fundamentalmente agrária – teríamos neste caso tão-somente uma economia *atrasada* – do que a ocorrência de um dualismo estrutural. Este tem origem quando numa economia agrícola *atrasada*, determinadas condições históricas propiciam a introdução de uma cunha capitalista, criando-se um desequilíbrio ao nível dos fatores – na linguagem dos economistas – com reflexos em toda a estrutura social (*Ibid.*, p. 79: grifos do autor).

Estes conceitos, que têm como centro a heterogeneidade estrutural, causada pela *cunha capitalista* e propagação tecnológica, foram apresentados de maneira esclarecedora no que Furtado chamou de *esquema do subdesenvolvimento*. Dividiu a economia em dois departamentos: o setor *avançado*, no qual já penetrou a forma capitalista de produção, e o setor *atrasado*, que corresponde ao remanescente da sociedade. A diminuição do subdesenvolvimento configurar-se-ia a partir da expansão do setor avançado no produto global, sem que isso acarretasse aumento de dependência externa e perda de autonomia de decisões por parte do Estado. Desta forma, eliminou a relação entre crescimento *per capita* e desenvolvimento, pois a nação pode ver sua renda aumentada sem que o setor avançado aumente sua participação. A partir disso concluiu que as condições mínimas para que ocorra o desenvolvimento são: (i) crescimento mais que proporcional do setor avançado e (ii) estabilidade ou aumento da proporção da mão-de-obra empregada no setor (*Ibid.*, p. 201).

1.4.2 O Desenvolvimento

O pragmatismo peculiar de Furtado faz com que ele aponte diversos caminhos para o desenvolvimento, porém não restam dúvidas de que três são os fundamentais: a

tecnologia, a acumulação de capital e a composição da estrutura da demanda. Desta forma, optou-se pelo recorte da explicação acerca destes três pontos. A tecnologia mostrou-se sempre ser a mais relevante dentre as preocupações de Furtado. Diz ele que:

Cabe definir desenvolvimento econômico como um processo de mudança social pelo qual um número crescente de necessidades humanas – preexistentes ou criadas pela própria mudança – são satisfeitas através de uma diferenciação no sistema produtivo decorrente de inovações tecnológicas. [...] O desenvolvimento econômico, sendo fundamentalmente um processo de incorporação e propagação das novas técnicas, implica modificações de tipo estrutural, tanto no sistema de produção como no de distribuição. A forma como se efetivam essas modificações depende, em boa medida, do grau de flexibilidade do marco institucional dentro do qual opera a economia. E a esse grau de flexibilidade não é alheia a maior ou menor aptidão das classes dirigentes para superar as limitações naturais de seu horizonte ideológico (FURTADO, 1964, p. 61).

A flexibilidade institucional citada por Furtado é importante no sentido de permitir a manutenção de uma sociedade que apóia o seu desenvolvimento em antagonismos de classe, além de garantir a ação e liberdade do indivíduo (*Ibid.*, p. 166-7). O objetivo político a ser almejado pelos países subdesenvolvidos seria o de criar condições para que assalariados e camponeses pudessem ter efetiva participação no processo de formação de poder (*Ibid.*, p. 87). Sobre isto, Cepêda (2008) argumenta que tanto o diagnóstico furtadiano (subdesenvolvimento) como o seu prognóstico (desenvolvimento) são singulares e inéditos, e a autora considera seu prognóstico ainda mais original. Para Cepêda, este prognóstico é “uma defesa inédita do conflito como força modernizadora” (*Ibid.*, p. 58). Diz que Furtado é um dos poucos autores para quem a questão democrática e o controle social são balizas cruciais. Diz que Furtado entende que um projeto de sociedade mais igualitária e democrática é necessário para a superação do subdesenvolvimento. Resume sua idéia da seguinte forma:

A questão do conflito é valorizada por Furtado em três direções: é o pilar da mudança social (o princípio *dialético*); é a ferramenta que mina o poder dos setores atrasados que emperam o processo de modernização; e, por último, é parte essencial na produção da lógica de inovação tecnológica que alimenta o ciclo da prosperidade e do desenvolvimento

econômico. É uma característica singular da teoria furtadiana, um corolário à interpretação que faz do passado histórico do país, dirigido a um projeto em que valores como participação, democracia, racionalidade e disputa (tão ausentes na maioria da produção intelectual nacional) são incorporados e utilizados como elementos que combinam, de fato, a modernização econômica com a modernização social. (*Ibid.*, p. 62, grifos do autor)

Como dito no início desta seção, Furtado enxergava também a acumulação de capital como um fator determinante para o desenvolvimento. Em *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico* (1975), Furtado definiu o desenvolvimento como uma combinação da acumulação de capital com o progresso técnico. Esta combinação geraria o aumento de produtividade física, que está na base do desenvolvimento. Contudo, a distribuição dos recursos gerados pelo aumento do fluxo da renda dependeria da composição da procura, que estaria correlacionada com o sistema de valores da coletividade. Neste caso, se o sistema de valores da sociedade permitir uma concentração de renda no topo da pirâmide, não será possível lograr desenvolvimento. Desta forma, em síntese, concluiu que “o desenvolvimento é ao mesmo tempo um problema de acumulação e progresso técnico, e um problema de expressão de valores da coletividade” (FURTADO, 1975: p 93). A acumulação de capital ganharia essencial destaque em 1985: “desenvolvimento em um país como o Brasil [é] essencialmente uma questão de formação de capital, portanto de disponibilidade de certa constelação de recursos” (FURTADO, 1985: p. 163).

No livro *Em Busca de Novo Modelo* (2003), Furtado voltaria à idéia de que o progresso tecnológico é essencial, ao dizer que a acumulação de capital é condição necessária, mas não suficiente ao desenvolvimento. Esta deve estar aliada ao progresso tecnológico e à modificação estrutural decorrente das transformações no perfil da demanda. “O progresso tecnológico desempenha papel fundamental [no desenvolvimento econômico. É porque existe progresso tecnológico em certas áreas [...] que a acumulação alcança níveis que conhecemos e que as alterações no perfil da demanda abrem caminho a significativas elevações de produtividade” (FURTADO, 2003: p. 104-5).

Sintetizaria este pensamento, dizendo que o desenvolvimento autônomo se dá da

seguinte forma: progresso tecnológico → acumulação de capital → modificações estruturais decorrentes de alterações no perfil da demanda. Já o desenvolvimento dependente dá-se de forma oposta: modificações na composição da demanda → acumulação de capital → progresso tecnológico (*Ibid.*, p. 106).

Em *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico* (1975), uma boa síntese do papel da tecnologia nas economias subdesenvolvidas foi realizada por Furtado: é o que denominou de *dialética invenções – difusão de inovações técnicas*. Inicia a abordagem admitindo que o processo de desenvolvimento decorre da acumulação de capital¹⁰, esta sempre incorporando melhoras tecnológicas, seja via difusão de processos tecnológicos já existentes, seja pela invenção de novas tecnologias. Admite, desta forma, duas formas assumidas pela acumulação de capital: (a) acumulação-incorporação de invenções; (b) acumulação-difusão de inovações. Destaca que o comportamento dos agentes, orientado para a defesa do nível de renda, é fundamental na dinâmica do processo econômico. Furtado define dois tipos de agentes: (c) os assalariados, que brigam por aumentos relativos das taxas de salários; e (d) os proprietários, que disputam o direito de obter a situação em que os novos capitais aplicados na economia rendam no mínimo o mesmo que os capitais já incorporados no sistema produtivo. Os objetivos do empresário são, então, maximizar o lucro e evitar que o coeficiente de liquidez, ou taxa de remuneração, atinja certo nível crítico. Desta forma, termina a explicação dos elementos da oferta (acumulação-incorporação de invenções e acumulação-difusão de inovações) e da demanda (assalariados e empresários) na dialética invenções-difusão de inovações técnicas. O próximo passo dado por Furtado é a definição de dois tipos de consumidores: (e) o tipo A, que deriva sua renda da propriedade ou controle do sistema econômico; (f) o tipo B, cuja renda deriva de salários. O consumidor de tipo A possui um consumo mais diversificado em relação ao consumo do consumidor tipo B, o que explica diferença no nível de gastos e na qualidade do consumo.

Um aumento da produtividade da força de trabalho, que se traduza em elevação da taxa média de salário, tende a deslocar o tipo de consumo B na direção de A. Este deslocamento dá-se via acumulação-difusão de inovações e tem como consequência

¹⁰ Aumento da dotação média de capital por pessoa ativa.

uma busca por mão de obra, o que significa que a taxa de salário tenderá a crescer mais do que a produtividade, fazendo com que B se aproxime ainda mais de A. A partir do momento em que a taxa de salário atinge um valor crítico, os empresários se vêem em uma situação de queda na remuneração do capital e, como reação, se esforçarão para introduzir processos produtivos poupadores de mão de obra, no sentido de tentar reverter o quadro de queda da taxa de remuneração. Desta forma, abre-se o modo de desenvolvimento acumulação-incorporação de invenções. O resultado é que o consumo entre A e B tenderá a distanciar-se novamente, alterando assim a forma de distribuição da renda. Esta concentração de renda libera uma quantidade considerável de recursos nas mãos do empresário. Para evitar que ocorra excesso de liquidez, estes retornarão ao padrão acumulação-difusão de inovações, reativando o primeiro passo da cadeia.

A partir da explicação deste processo, Furtado define que a mola do desenvolvimento está no “poder econômico” exercido pelos dois tipos de agentes, o empresário e o assalariado. O poder deste está na sua força de trabalho, principalmente quando esta é escassa, enquanto o poder daquele está no sentido de ter condições de orientar o progresso tecnológico e reduzir a procura por mão de obra. Os limites teóricos das duas formas de desenvolvimento são os seguintes: (i) na situação acumulação-difusão de inovações, o limite é aquele em que o consumo de B se iguala ao de A; (ii) na situação de acumulação-incorporação de invenções, o limite estaria quando se apresenta o declínio da taxa de lucro. Furtado conclui que, dentre estes dois limites “existe ampla faixa na qual o desenvolvimento encontra seu caminho. A rapidez desse desenvolvimento será, em última análise, determinada pela intensidade com que se difunde o progresso técnico e com que se introduzem novas invenções.” (FURTADO, 1975: p. 134)

A passagem a seguir ratifica a importância dada por Furtado ao progresso técnico no sentido de explicação das causas do subdesenvolvimento:

Nos países subdesenvolvidos, [...] o progresso tecnológico constitui a fonte dos conflitos, cuja solução deve ser buscada no campo político. [Nestes países], nem a penetração do progresso tecnológico facilita a solução dos conflitos sociais de natureza substantiva, nem as massas que se acumulam nas grandes

idades possuem uma consciência de classe derivada de antagonismos econômicos aos proprietários dos meios de produção (FURTADO, 2003: p. 99-101).

Mais à frente, diz que:

O progresso tecnológico é a verdadeira fonte do desenvolvimento, razão pela qual o objetivo de toda política econômica deverá ser promover a sua criação, adaptação e disseminação no país (*Ibid.*, p. 184).

1.4.3 Políticas para o desenvolvimento

Furtado é um intelectual voltado à ação. Por este motivo, a maioria de seus escritos possui indicações de política econômica que podem levar ao quadro almejado de superação do subdesenvolvimento. Daí a importância de destacar alguns fatores importantes para estas formulações. Furtado sugere que certo grau de centralização deva ser aplicado no que concerne às decisões econômicas. Tais decisões podem ser da seguinte natureza: (i) nível de utilização dos bens que estão à disposição dos consumidores; (ii) nível de utilização dos fatores que já se encontram incorporados ao processo de produção; (iii) nível das iniciativas destinadas a aumentar a capacidade de produção; (iv) nível de equilíbrio monetário. A partir daí realiza a crítica ao sistema de *laissez-faire*, que apenas centraliza o nível de equilíbrio monetário. Furtado concorda em manter descentralizadas as decisões referente aos itens (i) e (ii). Contudo, para o autor, o nível das iniciativas destinadas a aumentar a capacidade de produção deveria ser centralizado, pois “se as decisões de novas inversões são tomadas ao nível das empresas, com base nas informações que proporciona o mercado, a maximização da taxa de lucros não implicará necessariamente a utilização mais eficaz dos recursos da coletividade” (*Ibid.*, p. 266-7).

Ademais, defende que necessariamente as políticas de desenvolvimento dos países subdesenvolvidos devem ser do tipo qualitativo, visando reformas estruturais, que surgem como um abandono de certas posições pelos grupos que controlam o sistema de poder. Cita como exemplo uma economia dependente, seja esta comercial, financeira ou

tecnológica. Nela, caso não haja uma alteração da estrutura de dependência, não há como almejar desenvolvimento (*Ibid.*, p. 268-273).

Ainda dentro desta análise, poderiam ser apresentados conjuntos de projetos complementares, que desempenhariam o papel de *Big Push*¹¹, ou seja, funcionariam como um pólo irradiador do impulso de crescimento. Estes impulsos, certamente, necessitariam de recursos, que poderiam vir de duas formas: (i) utilização mais intensiva de recursos já existentes no país e (ii) acesso a recursos externos (FURTADO, 1975: p. 278-9)¹².

Para que haja a diminuição da polarização centro-periferia, Furtado lista quatro iniciativas básicas necessárias¹³, quais sejam: (i) necessidade de redução das flutuações dos preços de produtos primários nos mercados internacionais e de interrupção da tendência à deterioração dos termos de intercâmbio das nações exportadoras de produtos primários; (ii) acesso dos países subdesenvolvidos ao comércio internacional de manufaturas; (iii) desenvolvimento de pesquisa científica e tecnológica nos países subdesenvolvidos; (iv) orientação global do processo de desenvolvimento, visando a impedir que as relações externas (a imposição das formas de consumo) e o próprio progresso técnico aprofundem as desigualdades sociais e acarretem a degradação do meio físico (FURTADO, 1975: p. 327-330).

Uma boa síntese de um plano de desenvolvimento é apresentada em 1985, cujos fatores básicos de preocupação constituem-se no que segue: (i) obstáculos infra-estruturais, como transporte e energia; (ii) insuficiência de capacidade para importar; (iii) vulnerabilidade externa; (iv) problemas do setor agrícola; (v) necessidades insatisfeitas das obras públicas; (vi) educação; (vii) concentração industrial; (viii) produtividade; (ix) inflação (FURTADO, 1985: p. 127-8).

Também de forma a sugerir uma ação prática, Furtado aconselha que a indústria de bens

¹¹ Furtado utilizou-se de expressão de Rosentei-Rodan

¹² Furtado baseou-se em Ragnar Nurkse para chegar a estas conclusões.

¹³ Tais iniciativas tiveram inspiração baseada em duas Conferências das Nações Unidas para o Comércio e desenvolvimento, realizadas em Genebra, 1964, e Nova Delhi, em 1968

de capital seja a chave para o desenvolvimento de um país. Seus preços deveriam ser fixados com base em indicações obtidas no mercado internacional. Quaisquer desvios destes preços deveriam ser fruto de análise e objeto de melhoria de eficiência econômica. Indica, desta forma, que o país subdesenvolvido deve primar por sua indústria de bens de capital, oferecendo ao mercado interno preços que sejam no mínimo condizentes com os das indústrias internacionais. Sugere através desta abordagem que preços sejam controlados, o que pode ser demonstrado pela análise de sugestão de fixação de preços indicativos (FURTADO, 2003: p. 185-6).

Outro pilar não menos importante dentro de sua teoria é o do papel do planejamento. A *Técnica de Planificação*¹⁴ foi apresentada em uma Conferência da CEPAL realizada em maio de 1953. Furtado acreditava “haver inventado um instrumento de importância nos países de industrialização retardada” (FURTADO, 1985: p. 132). O autor via que era necessária uma programação para que houvesse desenvolvimento sem inflação (*Ibid.*, p. 158-9). O objetivo central da programação, portanto, consiste em criar condições para que a economia mantenha um ritmo de crescimento estável pelo menos tão intenso quanto o que é capaz de alcançar espontaneamente quando se beneficia de condições muito favoráveis (*Ibid.*, p. 199).

Pode-se identificar a importância concedida pelo autor a este instrumento na seguinte passagem, onde indica que o rompimento de obstáculos estruturais que levam à estagnação somente é possível via planejamento:

Para romper os obstáculos estruturais responsáveis pela estagnação, torna-se necessário atuar sobre a oferta – para dar-lhe maior flexibilidade – e sobre a procura, cujo perfil deveria ser modificado. O problema essencial passa a ser, portanto, a coordenação das modificações que estão sendo introduzidas na composição da procura, com aquelas que se estão realizando na estrutura de oferta. Essa complexa coordenação de decisões somente é viável no quadro do planejamento, isto é, de uma estratégia capaz de condicionar os processos econômicos no seu conjunto. Nessa perspectiva, o planejamento é essencialmente uma técnica a serviço de uma política de modificação das

¹⁴ Apresentada, segundo ao próprio autor, sob o título defensivo de Estudo Preliminar sobre a Técnica de Programação do Desenvolvimento Econômico. Ver Furtado, 1953.

estruturas econômicas. A superação do dualismo depende cada vez mais de condições que permitam formular essa política e aplicar essa técnica (FURTADO, 1975: p. 291).

1.4.4 Sistema de governo e produção

Furtado trata com bastante cuidado a questão relacionada aos sistemas de governo e produção dentro dos quais seria possível o desenvolvimento. Trata inclusive de deixar explícito o “tipo de economia” que é objeto de seus estudos. Em *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico* (1975), Furtado deixaria claro que não possuía as economias socialistas como objeto central de pesquisa:

A orientação mesma que assumiu o progresso técnico, assim como o perfil da procura global com seu desdobramento estratégico em procura de bens de consumo e investimentos, bem como seus reflexos na estrutura do aparelho produtivo, são resultantes de determinado processo histórico. A transposição destes elementos para outro contexto histórico faz surgir uma nova problemática, que será distinta, conforme a transposição se faça sob a orientação de decisões centralizadas (desenvolvimento socialista) ou se realize no quadro de livre-empresa. A teoria do subdesenvolvimento preocupa-se, principalmente, com os problemas surgidos da segunda forma de propagação da técnica moderna (FURTADO, 1975: p. 177).

Furtado parece enxergar o desenvolvimento a partir do momento em que a liberdade individual é atingida, e parece concluir que esta liberdade não seria atingida em economias que adotam o sistema de planificação¹⁵. Sobre este ponto, diz-nos:

Até que ponto será possível conciliar uma rígida planificação de infra-estrutura cultural (base material) com um certo pluralismo no processo de gestação dos valores não materiais dessa cultura, é questão que só a prática pode resolver. O problema que nos colocamos de imediato é o de saber se existem forças internas efetivas atuando no sentido de abrir mais espaço à ação

¹⁵ Para a leitura desta seção, deve-se entender o conceito de *planificação* como o de centralização total das atividades econômicas por parte do Estado. O conceito de *planejamento*, que aparecerá na seqüência da explanação, deve ser entendido de forma distinta: está baseado na idéia de que se deve realizar previsões de setores de estrangulamento da economia, tais como aqueles que podem gerar pressões sobre o balanço de pagamentos e sobre a capacidade para importar, e realizar ações no sentido de diminuir riscos de estrangulamentos. Para mais detalhes sobre o conceito de planejamento do autor, ver Furtado, 1953.

individual. [...] Os caminhos da liberdade por via da revolução social têm sido, até o presente, longos e penosos (FURTADO, 1964: p. 48-9).

Pode-se, a partir daí, considerar que Furtado vê como idealmente possível atingir a liberdade através de reformas no sistema capitalista. Parece imaginar que o caminho para este cenário é a mudança do *status* dos países subdesenvolvidos passando para desenvolvidos, através da eliminação da dualidade estrutural econômica, ou homogeneização social.

Mais à frente, na mesma obra, ratifica a importância das democracias capitalistas para o desenvolvimento econômico, avaliando como “aparente” o impacto dos movimentos revolucionários. Estas democracias têm de ser efetivamente representativas pois, no caso de serem limitadas, “escassa é a aptidão do governo para captar em tempo oportuno aquelas tensões sociais” (FURTADO, 1964: p. 71).

Mas continua dizendo que um grande reservatório de mão de obra à disposição das forças capitalistas inibe o processo de luta de classes, uma vez que o setor capitalista sempre terá à sua disposição elevadas taxas de lucro, que jamais seriam postas em xeque pela luta de classes (*Ibid.*, p. 80).

Sobre o caráter reformista – não revolucionário – de Celso Furtado, vale mencionar que o autor acredita serem as reformas estruturais um aspecto fundamental de política econômica nos países subdesenvolvidos. Tais reformas, diz o autor, se constituem do abandono de certas posições pelos grupos controladores do sistema de poder, ou mesmo como uma modificação no sistema de forças dos grupos que almejam o poder, ou seja, maior igualdade no acesso à disputa pelo poder (FURTADO, 1975: 271).

A passagem a seguir almeja ratificar o pensamento de Furtado sobre as economias planificadas, quando o autor comenta sobre o modelo soviético:

Quanto à própria União Soviética, o desenvolvimento extraordinário alcançado em áreas específicas da tecnologia militar pôs em evidência os riscos de desequilíbrio macrosocial

inerentes a um planejamento econômico descolado da realidade. A ilusão de que com o aperfeiçoamento das técnicas de planejamento tudo podia ser previsto se desfez. Descobriu-se o que nunca devia ter se esquecido: a criatividade humana desempenha papel fundamental na evolução das sociedades. [...] Contudo, o problema permanece o mesmo: pouco sabemos a respeito das relações entre a criatividade de homens e mulheres e as manifestações do espírito de revolta. Aparentemente as criaturas humanas só se sentem plenamente realizadas em ambientes sociais que as expõem a riscos e onde há desafios a enfrentar. Assim, o debate verdadeiramente fecundo sobre os rumos de nossa civilização terá de partir de duas questões ineludíveis: Como estimular a criatividade humana? Por que às mulheres cabe papel secundário na condução dos destinos da humanidade? (FURTADO, 2003: p. 28-9)

Viu-se nesta seção que Furtado tinha como objeto de estudo apenas as economias com sistema de produção capitalista, pois acreditava que o estudo de elementos como progresso técnico e estrutura do perfil da demanda não se encaixariam como objeto se inseridos em um contexto de economias socialistas. Além disso, acredita que a liberdade individual, que deveria ser fruto de constante busca, somente seria possível fora do contexto de economias não planejadas. Em relação ao sistema de governo, era a favor da democracia, e esta deveria ser representativa, pela dificuldade do governo em captar as tensões sociais com o dinamismo que elas requerem. A seguir, serão apresentados elementos que caracterizam sua visão a respeito da dependência nos países subdesenvolvidos.

1.4.5 Subdesenvolvimento e dependência

Dentro de sua construção teórica, Furtado desenvolveu e evoluiu o conceito de dependência. Para mostrar de que forma este conceito já fazia parte da formulação teórica de Furtado, considera-se importante o destaque da evolução de tal fenômeno, para fins de comparação com a Teoria da Dependência.

Em *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico* (1975), Furtado indica que a causa principal da tendência á deterioração dos termos de intercâmbio é função do grau de dependência externa de uma economia, e que o comportamento das economias subdesenvolvidas não poderia ser explicado sem que fossem levadas em conta as

normas que regem sua inserção no sistema internacional. “Uma teoria do subdesenvolvimento pressupõe algumas hipóteses explicativas do fenômeno da dependência externa” (FURTADO, 1975: p. 245).

As causas da dependência dos países subdesenvolvidos estariam ligadas ao controle do progresso tecnológico dos países centrais, aliado ao mimetismo cultural em relação ao padrão de consumo por estes apresentados. Isto cria uma minoria consumidora e reprodutora da cultura forânea. Para muitos, estas causas combinadas seriam denominadas de desequilíbrio ao nível de fatores, relacionados à inadequação da tecnologia aos recursos apresentados. Porém, Furtado lembra-nos que este fenômeno está ligado ao quadro estrutural da dependência:

O controle do progresso tecnológico e a possibilidade de impor padrões de consumo, por parte de certas economias, passa a condicionar a estruturação do aparelho produtivo de outras, as quais se tornam *dependentes*. [...] Para o economista que observa uma economia subdesenvolvida como um sistema fechado, esse fenômeno se apresenta como um *desequilíbrio de fatores*, decorrente da *inadequação* da tecnologia. Escapa-lhe que o referido fenômeno é, fundamentalmente, uma decorrência de formas de comportamento ligadas ao quadro estrutural da dependência (*Ibid.*, p. 250: grifos do autor).

Mais adiante na mesma obra, conclui que a transformação das economias periféricas não passa de adaptações realizadas mediante a evolução das economias dos centros dominantes:

Os três tipos de transformação das economias periféricas (vantagens comparativas, substituição de importações e condicionamento das formas de comportamento dos grupos de alta renda) têm em comum que constituem processos adaptativos em face da evolução estrutural dos centros dominantes. Trata-se, portanto, de uma evolução do próprio processo de *dependência*. Sem um estudo mais cabal dessas relações assimétricas, que refletem a estrutura de dominação-dependência, dificilmente se poderá avançar na formulação de uma teoria econômica capaz de explicar globalmente o comportamento dos subsistemas, tanto dominantes quanto dependentes (*Ibid.*, p. 252: grifos do autor).

Sobre a acumulação de capital dos países na fase da expansão das grandes empresas, Furtado diz que este não se orienta para formar um sistema econômico nacional, mas para completar o sistema internacional (FURTADO, 1974: p. 23). Ademais, afirma-nos que é característica geral das economias subdesenvolvidas a dependência dos países centrais na formação de poupança e na forma como esta é transformada em inversão (FURTADO, 1975: p. 298).

Em resumo, a idéia de que a dependência sempre foi um entrave para os países desenvolvidos foi constantemente presente no pensamento de Furtado, apesar de não ser seu foco de análise. Esta é a diferença entre sua abordagem e a da Teoria da Dependência. Para Furtado, a dependência sempre foi vista como mais um elemento de análise dos países subdesenvolvidos, e o conceito que tem deste termo vai evoluindo ao longo do tempo. Diz, por exemplo, que a deterioração dos termos de intercâmbio é fruto da forma como os subdesenvolvidos se inseriram no sistema internacional; que a causa da dependência nestes países é o controle tecnológico pelos países centrais, que os subdesenvolvidos se transformam de acordo com as transformações dos países centrais e que a acumulação de capital dos subdesenvolvidos vem no sentido de complementar o mercado internacional, mais do que formar um sistema nacional. Portanto, a dependência no conceito furtadiano está sempre conectada aos elementos de análise do subdesenvolvimento, como por exemplo, na questão da tecnologia, acumulação de capital e estrutura da demanda.

1.5 O otimismo furtadiano na “pré revolução” brasileira

Viu-se que Furtado passou uma década entendendo as economias subdesenvolvidas e formulando políticas para a sua superação, sempre em tom otimista. A tese central de *A Pré Revolução Brasileira*, por exemplo, mostra ainda o otimismo de Celso Furtado, quando ele defende que o país havia conquistado certo nível de independência no plano político e econômico. Para ele, o país não precisava mais levar tanto em consideração os acontecimentos da economia internacional “para defender-se de um vendaval”, mas alertava que isto ocorria mais pelo fato de não se ter outra saída a não ser se autodirigir.

A economia de nosso país atingiu um grau de diferenciação [...] que permitiu transferir para o país os principais centros de decisão da sua vida econômica. [...] O desenvolvimento [...] assumiu a forma de uma diferenciação progressiva do sistema econômico, o qual conquistou crescente individualização e autonomia. (FURTADO, 1962: p. 9)

Falando especificamente para os jovens, aproveita para manter o caráter reformador, ao criticar frontalmente os métodos aplicados nos regimes ditatoriais marxistas-leninistas. A principal crítica que faz é no sentido de que tal forma de organização não foi eficaz em sociedades abertas, e que era necessária a busca de técnicas de desenvolvimento que pudessem surtir efeito em tais sociedades. Uma outra crítica que faz a esses métodos é a de que substituem uma ditadura de classe por outra. A Pré-Revolução a que Furtado se refere deriva do fato de que a sociedade precisava de importantes mudanças em sua estrutura, mas que não havia se preparado para estas modificações. Deste modo, as ansiedades coletivas estavam mais agudas e propensas à métodos revolucionários, que na opinião de Furtado significariam um retrocesso. Conclui, daí, que as mudanças deveriam ser então gradativas. (Ibid.; p. 21-32)

Ao comentar sobre quais seriam as formas de política econômica reformadora, diz que essas teriam cunho quantitativo apenas nos países altamente desenvolvidos. Os países subdesenvolvidos deveriam prioritariamente adotar técnicas qualitativas de política econômica. Isto de certa forma ameniza a crítica que Cardoso e Faletto proferiram ao modelo de subdesenvolvimento de Celso Furtado: de que era uma análise economicista. Furtado diz:

A política de desenvolvimento que se requer em um país subdesenvolvido é, principalmente, de natureza qualitativa: exige um conhecimento da dinâmica das estruturas que escapa à análise convencional (*Ibid.*, p. 38)

O desenvolvimento daquele período era visto por Furtado fundamentalmente no sentido de que o setor agrário deveria ser estimulado a apresentar uma maior capacidade de resposta a uma demanda crescente pela absorção de técnicas e de capitais, e não pela elevação dos preços. Parecia manter a preocupação em relação à resolução do problema agrário, pois acreditava que aí estava o grupo mais propenso a participar das revoluções

marxistas-leninistas: “à luz da experiência histórica, não é difícil explicar o por que a classe camponesa, no Brasil, é muito mais suscetível de ser trabalhada por técnicas revolucionárias de tipo marxista-leninista do que a classe operária” (*Ibid.*, p. 28). A via de trabalho apresentada por Furtado é o Nordeste, tal como segue.

Furtado joga no Estado a responsabilidade pela mudança na estrutura da região Nordeste, que somente poderia se desenvolver com uma política orientada pelo Governo Federal. Isto mostra como Furtado vê a função do Estado, ou seja, o motor do desenvolvimento. Funciona para ele como o desbravador de terras inexploradas, que gera novas condições e novas conseqüências para a região. No caso específico do Nordeste, Furtado primava pela defesa da industrialização na região, com o objetivo de diferenciar sua estrutura produtiva e de fugir da condição de região agropecuária com recursos escassos. Admitia que a industrialização não seria condição suficiente para o desenvolvimento, devido à estrutura arcaica que apresentava a região, mas seria condição necessária. Dever-se-ia buscar a modernização deste setor, para que ele não desaparecesse por completo.

Há uma importante passagem nesta obra que reflete a crítica que Furtado faz aos que argumentam que uma maior intervenção estatal gera perda de liberdade individual. Furtado argumenta que isso pode ser verdade nos países desenvolvidos, pois o Estado substitui um sistema concorrencial por um de monopólio. Não é este o caso da economia subdesenvolvida, pois “a ação estatal não vem coibir a atuação do empresário privado” (*Ibid.*, p. 76), mas, ao contrário, cria as condições para que o empresariado em determinado setor surja ou se estabeleça definitivamente. Esta ação, contudo, não pode deixar de passar pelo planejamento, não pode ser improvisada:

Para alcançar os autênticos objetivos da sociedade democrática, em um país subdesenvolvido, o planejamento pode ser indispensável. A defesa do *laissez-faire* e a luta contra a ação planejada do Estado, em tais condições, resulta de uma confusão entre os ideais da convivência social e a forma que os mesmos assumem correntemente em estruturas sociais altamente integradas. (*Ibid.*, p. 76)

É também no contexto do Nordeste que se pode avaliar a arrojada interpretação e solução furtadiana no sentido de alteração do foco das propostas da região, tendo o Estado como o grande planejador. Propõe que se aborde o Nordeste como um problema de desenvolvimento, apoiado em três pontos: (i) elevação da produtividade com adaptação às condições ecológicas regionais; (ii) fixar os capitais que se formam no Nordeste criando emprego permanente, não limitados apenas a obras públicas; (iii) manter unidos a ação técnica e o comando político, referindo-se, por exemplo, à SUDENE, que possui estas duas incumbências. (*Ibid.*, 56-62). Anteriormente a isso, todas as propostas para o Nordeste visavam a eliminação da seca como foco de política. Furtado dizia que esta era uma condição da região, e não se poderia mudar isso. Era necessário atuar de forma diferente na região, incorporando esta condição às políticas propostas.

É interessante destacar também o momento em que Furtado, na obra *A Pré Revolução Brasileira*, avalia as posições entre os defensores do capital estrangeiro e os nacionalistas ardosos. Isto define de certa forma a sua posição em relação a este assunto, importante na comparação com a Teoria da Dependência. Diz que os defensores do capital estrangeiro baseiam-se na idéia de países desenvolvidos, que apresentam sistemas homogêneos e integrados, e que a aplicação desta alternativa a um país subdesenvolvido gera, na realidade, um fluxo de renda para fora do país, pois o investidor estrangeiro contribui apenas para criar novos hábitos de consumo e estimular a demanda de classes médias e altas, reduzindo, de fato, a poupança e a capacidade para importar de um país. Já os nacionalistas ardosos defendem que o capital estrangeiro apenas serve para desnacionalizar a poupança interna. É aí que Furtado mostra sua posição intermediária em relação ao capital estrangeiro:

Mesmo que se reconheça uma grande dose de verdade nessas afirmações, não se pode daí deduzir que este país possa desenvolver-se sem contribuição – em alguns casos, ampla contribuição – do capital estrangeiro. O Brasil não é senão uma parcela de uma economia mundial em crescimento. E nessa economia mundial o desenvolvimento da técnica realiza-se, de preferência, em alguns países, que são ciosos desse importante patrimônio que detém (...) Para que possamos auferir os

autênticos benefícios do capital estrangeiro, necessitamos de uma política disciplinadora desses capitais. (*Ibid.*, p. 86-7)

O que importa então, para Furtado, é a destinação, a orientação do investimento realizado, e não o volume de recursos que ingressam na economia. É contra o fato de que estes recursos ingressem na economia via construção de residências de luxo, por exemplo, porque desta forma não são capazes de gerar emprego permanente para a população, não alterando as características da economia. Desnecessário mencionar que o responsável por esta orientação é o setor público, sempre com o objetivo final de permitir que o setor privado possa então continuar a realização destes investimentos de forma espontânea.

Nesta época, ou seja, na década de 1960, Furtado acreditava que a economia brasileira não está mais ao sabor dos mercados internacionais. A economia não era impulsionada de fora para dentro, “obrigando-nos a seguir, perplexos e impotentes, os ziguezagues de um destino de povo dependente” (*Ibid.*, p. 115). A tomada de consciência de que o destino do povo era a dependência das decisões colocava na geração em questão peso particular.

1.6 Considerações finais

Este capítulo procurou evidenciar os principais elementos constitutivos da Teoria do Subdesenvolvimento de Celso Furtado. Viu-se, por exemplo, que as observações furtadianas se revelam significativamente atuais, pois as três tendências analisadas pelo autor em *Formação Econômica do Brasil* – desequilíbrio externo, dualismo estrutural e concentração de renda – ainda permanecem como características da economia nacional. Ainda sofre-se com quedas na demanda externa, o que pode ser observado mediante fatos atuais da economia brasileira. Dentre os três fatores apontados como importantes para a eliminação do subdesenvolvimento, vê-se que o mercado interno e a autonomia tecnológica parecem ter mais campo na discussão atual, uma vez que o processo de financeirização cerceia o debate sobre a importância da indústria.

Além disso, mostrou-se como o estudo de correntes da teoria econômica e a crítica ao etapismo rostowiano revelaram-se bastante importantes para a formulação da teoria do subdesenvolvimento e desenvolvimento de Celso Furtado. Alguns elementos de sua teoria podem ser identificados na crítica feita a estas correntes, como a idéia de que uma teoria não pode ser universalizada e deve, sim, ser aplicada levando-se em consideração as especificidades das economias locais. Também no fato de que Furtado realmente focou seus estudos no desenvolvimento econômico, diferentemente de Marx, que fundava sua teoria na crítica ao capitalismo como sistema. Assim, idéias como a de desemprego estrutural; da importância da tecnologia associada a acumulação de capital; das avaliações de longo prazo; da importância do planejamento, e da identificação de sinais de dependência podem ter sido extraídas de sua crítica aos clássicos.

A seguir identificou-se as principais características que formam sua teoria do subdesenvolvimento e desenvolvimento. A partir da idéia de que o subdesenvolvimento é um processo histórico que surge a partir da Revolução Industrial, Furtado avalia os casos simples e complexo do subdesenvolvimento, e conceitos como os de heterogeneidade estrutural, problemas na estrutura do perfil da demanda, na forma de acumulação de capital e controle tecnológico, todos presentes e característicos das economias subdesenvolvidas. Mostrou-se também a importância das políticas para o desenvolvimento nos países subdesenvolvidos, e também que o tipo de economias estudadas por Furtado eram as economias capitalistas e com democracia representativa.

O penúltimo ponto analisado no capítulo teve o objetivo de mostrar como a dependência está presente nas avaliações furtadianas. Em resumo, a idéia de que a dependência sempre foi um entrave para os países desenvolvidos foi constantemente presente no pensamento de Furtado, apesar de não ser seu foco de análise. Esta é a diferença entre sua abordagem e a da Teoria da Dependência. Para Furtado, a dependência sempre foi vista como mais um elemento de análise dos países subdesenvolvidos. Dentro de sua avaliação, vai evoluindo este conceito ao longo do tempo. Diz, por exemplo, que a deterioração dos termos de intercâmbio é fruto da forma como os subdesenvolvidos se inseriram no sistema internacional; que a causa da dependência nestes países é o controle tecnológico pelos países centrais, que os subdesenvolvidos se transformam de

acordo com as transformações dos países centrais e que a acumulação de capital dos subdesenvolvidos vem no sentido de complementar o mercado internacional, mais do que formar um sistema nacional. Portanto, a dependência no conceito furtadiano está sempre conectada aos elementos de análise do subdesenvolvimento, como por exemplo na questão da tecnologia, acumulação de capital e estrutura da demanda.

Por fim, com o otimismo que lhe era peculiar nas décadas de construção de sua teoria, Furtado acreditava que o Brasil havia conquistado certo nível de independência política e econômica, e que não mais estaria ao sabor das oscilações internacionais. Mantinha sempre seu caráter reformador e parecia falar no sentido de combater idéias revolucionárias que, para ele estavam mais propensas a ocorrer caso não se resolvesse o problema do setor agrário. A via de argumentação de Furtado foi então baseada no Nordeste. Dizia que o Estado seria o responsável por políticas para superação do subdesenvolvimento e mudanças na estrutura da região e faz uma proposta inovadora para a região, no sentido de acreditar que se deveria esquecer a discussão a respeito das secas, e sim partir para uma solução mais duradoura: a industrialização e elevação da produtividade da região.

2.0 O DEBATE DOS ANOS 1970: A TEORIA DA DEPENDÊNCIA

Inicia-se este capítulo do trabalho com a apresentação das principais idéias de obras selecionadas da Teoria da Dependência. É adotada como metodologia a exposição cronológica, para que se tenha uma visão histórica de sua inserção no pensamento latino-americano. Desta forma, inicia-se com obra de Cardoso e Faletto, *Dependência e Desenvolvimento na América Latina* (1970), e segue-se com a síntese de *A Dialética da Dependência*, de Ruy Mauro Marini (1973) terminando-se com a exposição da obra *Teoria da dependência: Balanços e Perspectivas*, de Theotônio Dos Santos (2000). Mas antes destas obras serem analisadas, faz-se um breve resumo do contexto histórico, sem o qual não é possível se entender o debate dos anos setenta.

2.1 Contexto histórico

A primeira metade da década de 1960 foi marcada pela descontinuidade do crescimento econômico obtido nos anos anteriores. As mudanças no plano político, apesar de somente terem ocorridos de fato com o Golpe de 1964, puderam ser sentidas a partir da renúncia de Jânio Quadros (1961) e da disputa em torno da posse do vice João Goulart, resolvida temporariamente através da adoção do parlamentarismo. Segundo Villela,

A posterior deposição do presidente João Goulart seria *apenas* o ponto culminante de um processo gradual de polarização da sociedade brasileira, em marcado contraste com o clima de relativa estabilidade política sob Juscelino Kubitschek. Já as mudanças econômicas e sociais mais significativas se fizeram sentir ao longo de todo o período, através da transformação da estrutura produtiva (com perda de importância relativa da produção agropecuária e o ganho correspondente do setor industrial) e da crescente urbanização da população. (VILLELA, 2005, p. 46)

A deposição de João Goulart encerrou, pela via da força, com a crise política. Já o crescimento econômico teria que esperar 1968. Antes disso um amplo plano de reformas, mudanças institucionais e contenção econômica foi realizado. Castello Branco (1964 – 1967), assessorado por Roberto Campos e Otávio Bulhões (ministros do Planejamento e da Fazenda, respectivamente) adotou plano econômico ortodoxo nos

campos monetário, fiscal e creditício. Dentre as medidas realizadas, destacam-se a criação do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) e de alguns impostos vigentes até hoje, como o ISS e o ICMS. A reforma do sistema financeiro culminou com a criação do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil, dos Bancos de investimento e o Sistema Financeiro da Habitação. De certa forma, no período de 1964-1967 houve a reorganização do sistema econômico. Nesse período, a análise de Celso Furtado perdeu seu tom otimista. O autor também não conseguiu vislumbrar a possibilidade de crescimento observado no período do Milagre Econômico Brasileiro (1968-1973), que foi conduzido sob o regime militar.

Sobre o Milagre Brasileiro, Lago (1989) conclui que todas as “grandes metas” estabelecidas (crescimento do produto, emprego, investimento, crescimento da indústria, aumento das exportações) foram amplamente alcançadas. O regime autoritário, destaca o autor, “facilitou” a adoção de diversas medidas. Quanto aos dois objetivos fundamentais, desenvolvimento com contenção da inflação, Lago diz que a primeira foi cumprida, porém a segunda foi frustrada, pois se apresentava em ascensão ao final do período. A inflação e a dívida externa eram os grandes problemas do final do período. Ao avaliar o impacto social das políticas, conclui que os trabalhadores de maneira geral não se beneficiaram do crescimento da renda de forma proporcional à sua evolução. Ou seja, os salários cresceram a taxas menores que a produtividade. Lago afirma ter a impressão de que este mesmo crescimento poderia ter ocorrido com política salarial menos restritiva, maior liberdade individual e maior participação da massa da população nas decisões e nos frutos do crescimento.

O período iniciado em 1974 marca “o longo processo de distensão do regime autoritário (...) que levaria à redemocratização do país” (HERMANN, 2005, p. 93). Dentre as diversas interpretações sobre o período pré-crise do endividamento, vale destacar a análise de Castro & Souza (1985) apenas no sentido de demonstrar que, apesar de todas as dificuldades econômicas, o país ainda assim optou pela complementação de sua estrutura produtiva. Castro interpreta o II PND como a forma de transformação da estrutura produtiva no sentido de superar a crise do petróleo que, na visão do autor, foi diagnosticada como profunda pelo II PND. Portanto, a idéia dos formuladores de

política econômica do período era a de proporcionar uma solução duradoura para a crise: “Segundo muitos, ao evitar o “ajustamento” e recorrer a empréstimos externos, o país teria escolhido o financiamento e, com ele, adiado a solução de seus problemas. Ao autor parece, no entanto, que longe de evitar problemas, a solução brasileira foi no sentido de atacá-los pela raiz. Tratava-se de buscar uma solução duradoura para a crise do petróleo, e não transitória, face à autêntica reconversão da base energética e à reestruturação do aparelho produtivo”. Ainda segundo o autor, a proposta do II PND era a de reorientação do modelo de desenvolvimento brasileiro e bastante ousada: (i) alteração do motor de crescimento de bens duráveis para bens de capital e intermediários; (ii) mudança de rota em meio a um mundo em recessão; (iii) investimentos em metalurgia e petroquímica eram intensivos em utilização de energia, e estávamos em meio a uma crise do petróleo. Desta forma, no curto prazo, haveria um agravamento da situação, apesar de a solução estar sendo encaminhada no longo prazo. A argumentação de Castro vai adiante, no sentido de dizer que a estratégia adotada pelo II PND gerou um ganho de divisas derivados dos programas setoriais, tendo sido os ganhos efetivos maiores na área de petróleo e produtos químicos, tanto no que se refere à não necessidade de importações, tal como o que se refere à efetivação de exportações. O período que se segue ao II PND, ou seja, de 1980 em diante, foi marcado por políticas que visaram o reajustamento das contas e o controle e equilíbrio monetário. Perdeu-se a discussão acerca do desenvolvimentismo e seu papel para o país. Destacado o contexto dentro do qual se inseriam Celso Furtado e os autores selecionados da Teoria da Dependência, passa-se então para a análise de suas avaliações, críticas a Furtado que, mediante tais fatos e acontecimentos, reavaliou sua obra.

2.2 O pensamento de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto: A “opção” dos países periféricos

Cardoso e Faletto (1979) destacam que, no pós-guerra, acreditava-se que a América Latina era capaz de completar o ciclo de substituição de importações. Contudo, a partir de 1955, passou-se a se considerar necessário um novo elemento para garantir o desenvolvimento: a distribuição de renda. Sendo assim, assumia-se uma formulação teórica e um conjunto de expectativas de que a industrialização inauguraria uma fase de

desenvolvimento auto-sustentado.

Esses autores resumem da seguinte forma os pressupostos dados para este novo passo da economia latino-americana na década de 1950: mercado interno suficiente para o consumo dos produtos industriais; base industrial que compreendia indústrias de bens de consumo; abundante fonte de divisas constituída pela agropecuária e mineração; fortes estímulos para o crescimento econômico; existência de uma taxa satisfatória de investimentos.

Afirmavam também que dominava a idéia de que a política econômica deveria ser sustentada em dois pilares, quais sejam:

na absorção de uma tecnologia capaz de promover a diversificação da estrutura produtiva e de aumentar a produtividade [e] na definição de uma política de inversões que, através do Estado, criasse a infra-estrutura requerida por esta diversificação (CARDOSO e FALETTO, 1979: p. 11)

A conjuntura favorável disseminava a crença de que o desenvolvimento dos países dependeria de suas decisões de política econômica. Essa perspectiva otimista desvaneceu-se progressivamente desde fins de 1950. A seguinte questão, então, é colocada pelos autores, já enunciando a descrença nos moldes dentro dos quais havia sido pensado o desenvolvimento para a América Latina:

Se é verdade que as condições econômicas dos países mais prósperos da área – por exemplo, a Argentina – apontavam diretamente para o desenvolvimento até a metade da década de 1950, seria possível manter a hipótese de que faltaram as condições institucionais e sociais que haveriam de permitir que as condições econômicas favoráveis se traduzissem em um movimento capaz de garantir uma política de desenvolvimento, ou havia na realidade um erro de perspectiva que permitia crer possível um tipo de desenvolvimento que era irrealizável economicamente? (*Ibid.*, p. 12)

Após explicarem o maior sucesso do México em relação ao Brasil e à Argentina, no que concerne à taxa de crescimento das economias no início da década de 1960, lançam a

pergunta problema que desenrolará a explicação das causas do não desenvolvimento da América Latina:

Até que ponto o fato mesmo da Revolução mexicana, que rompeu o equilíbrio das forças sociais, não terá sido o fator fundamental do desenvolvimento alcançado posteriormente? Não terão sido os fatores inscritos na estrutura social brasileira, o jogo das forças políticas e sociais que atuaram na década *desenvolvimentista*, os responsáveis tanto do resultado favorável como da perda do impulso posterior do processo brasileiro de desenvolvimento? (*Ibid.*, p. 14: grifos dos autores)

Os autores concordam que não seria suficiente substituir a interpretação dominante pela interpretação sociológica. Não obstante, afirmam ser importante uma análise integrada para responder de forma mais ampla questões gerais sobre o desenvolvimento latino-americano e suas condicionalidades sócio-políticas. Esta análise integrada basicamente agrega interpretações sociológicas, objetivando explicar a transição das sociedades tradicionais para as modernas. Isto, agregado à interpretação econômica do desenvolvimento – que propõe a passagem do subdesenvolvimento para o desenvolvimento – é o que chamaram de análise integrada.

Primeiramente, criticam análises baseadas na dicotomia moderno-tradicional, como representantes do desenvolvimento-subdesenvolvimento, respectivamente. Para os autores, pode, por exemplo, haver uma modernização sem que haja menor dependência e deslocamento da periferia em relação ao centro. Ao tentarem explicar o contexto dentro do qual haviam surgido as análises sustentadas na relação moderno-tradicional, iniciam mencionando que tal pressuposto metodológico partia do princípio de que o desenvolvimento dar-se-ia através da reprodução pelos países subdesenvolvidos, das etapas pelas quais passaram os países desenvolvidos. Observa-se através desta argumentação que, como Furtado e Dos Santos, Cardoso e Faletto também estão na luta contra as idéias rostowianas.

A visão de Rostow, segundo os autores, equivale a considerar que a mudança das sociedades tradicionais – subdesenvolvidas – depende dos fatores externos, e que as

características estruturais de cada país seriam nada mais que simples desvios. Discordando disso, propõem um enfoque que leve em consideração tais características como, por exemplo, o modo de relação entre os grupos sociais no plano nacional. Dizem que, para a análise global do desenvolvimento deve-se:

Buscar uma perspectiva que permita vincular concretamente os componentes econômicos e os sociais do desenvolvimento na análise da atuação dos grupos sociais e não justapô-los. (...) Dessa maneira, considera-se o desenvolvimento como resultado da interação de grupos e classes sociais que têm um modo de relação que lhes é próprio e, portanto, interesses materiais e valores distintos, cuja oposição, conciliação ou superação dá vida ao sistema sócio-econômico. A estrutura social e política vai se modificando na medida em que diferentes classes e grupos sociais conseguem impor seus interesses, sua força e sua dominação ao conjunto da sociedade. (*Ibid.*, p. 21-2)

Desta forma, o enfoque teórico dado pelos autores tem como ponto de partida as estruturas de dominação. Assim, torna-se possível a compreensão das relações de classe e a captura do processo de transformação da ordem político-institucional. Utilizam esta abordagem por terem constatado que todas as transformações históricas latino-americanas foram acompanhadas por uma mudança na estrutura de dominação e de conflitos de classe. Não buscam uma relação causal-analítica, ou seja, de que fatores externos determinam mecanicamente e imediatamente as estruturas internas. O conceito de dependência busca dar significado a uma série de fatos e situações que aparecem em um dado momento. Através deste conceito, buscam estabelecer as relações que tornam compreensíveis as situações empíricas “em função do modo de conexão entre os componentes estruturais internos e externos”. (*Ibid.*, p. 23)

Cardoso e Faletto consideravam, então, que a especificidade histórica da situação de subdesenvolvimento nasce da relação entre centro e periferia. Dizem que o subdesenvolvimento surge quando a expansão capitalista-industrial vinculou ao mesmo mercado economias que passaram a ocupar posições distintas na estrutura global do sistema capitalista e que apresentavam graus variados de diferenciação do sistema produtivo. Isso contraria a idéia rostowiana de desenvolvimento por etapas. Distanciam-se de Furtado, quando dizem que:

Isso supõe, por outro lado, uma estrutura definida de relações de dominação. Entretanto, o conceito de subdesenvolvimento, tal como é usualmente empregado, refere-se mais à estrutura de um tipo de sistema econômico, como predomínio do setor primário, forte concentração de renda, pouca diferenciação do sistema produtivo e, sobretudo, predomínio do mercado externo sobre o interno. (...) Há que se analisar, com efeito, como as economias subdesenvolvidas vincularam-se historicamente ao mercado mundial e a forma em que se constituíram os grupos sociais internos que conseguiram definir relações orientadas para o exterior que o subdesenvolvimento supõe. Tal enfoque implica reconhecer que no plano político-social existe algum tipo de dependência nas situações de subdesenvolvimento e que essa dependência teve início historicamente com a expansão das economias dos países capitalistas originários. (*Ibid.*, p. 26)

A partir dessa argumentação, Cardoso e Faletto defendem que a esquematização baseada em economias centrais e periféricas tem maior poder explicativo do que a baseada em desenvolvimento e subdesenvolvimento, pois situa a posição dos países em relação à economia global. Mas concordam que é correta a substituição do conceito de desenvolvimento / subdesenvolvimento pelo de centro-periferia, ou mesmo economias autônomas / independentes, pelo fato de explicarem objetos distintos. Dizem os autores a este respeito que:

A noção de dependência alude diretamente às condições de existência e funcionamento do sistema econômico e do sistema político, mostrando a vinculação entre ambos, tanto no que se refere ao plano interno dos países como ao externo. A noção de subdesenvolvimento caracteriza um estado ou grau de diferenciação do sistema produtivo – apesar de que (...) isto implique em conseqüências sociais – sem acentuar as pautas de controle das decisões de produção e consumo, seja internamente (socialismo, capitalismo, etc.) ou externamente (colonialismo, periferia do mercado mundial, etc.). As noções de *centro* e *periferia*, por seu lado, destacam as funções que cabem às economias subdesenvolvidas no mercado mundial sem levar em conta os fatores político-sociais implicados na situação de dependência. (*Ibid.*, p. 27: grifos do autor)

Dessa forma buscam mostrar que não há nexos imediatos entre a diferenciação do sistema econômico e a formação dos centros autônomos de decisão. Dizem ser decisivo que o

jogo político-social dos países em *vias de desenvolvimento* contenha elementos favoráveis à obtenção de graus mais amplos de autonomia. Fatores político-sociais internos são fundamentais na determinação do grau de aproveitamento, por exemplo, de novas oportunidades de crescimento (advindas de boas conjunturas, etc.). Grupos tradicionais podem opor-se ou apoiar novos grupos no que se refere à *passagem do bastão* de poder de controle. O tipo e a intensidade da mudança econômica afetam, por sua vez, esta relação entre grupos controladores e novas forças sociais. Enaltecem assim a idéia de não ser possível uma análise do desenvolvimento estritamente econômica.

Cardoso e Faletto tentam então definir um enfoque interpretativo que considere os vínculos entre a situação de subdesenvolvimento e os centros hegemônicos. Definem, na passagem a seguir, o núcleo da problemática sociológica do processo nacional de desenvolvimento da América Latina:

Desde o momento em que se coloca como objetivo instaurar uma nação – como no caso das lutas anticolonialistas – o centro político da ação das forças sociais tenta ganhar certa autonomia ao sobrepor-se à situação do mercado; as vinculações econômicas, entretanto, continuam sendo definidas objetivamente em função do mercado externo e limitam as possibilidades de decisão autônomas. (*Ibid.*, p. 30)

E redimensionam o conceito de dependência:

Um tipo específico de relação entre as classes e grupos que implica uma situação de domínio que mantém estruturalmente a vinculação econômica com o exterior. (*Ibid.*, p. 31)

Em outras palavras, a análise da dependência parte do sistema de relações entre as classes sociais no âmbito das nações dependentes. Não deve ser considerada como uma variável externa.

Para a análise da dependência, é importante dar significação aos tipos de países com os quais historicamente a América Latina se relacionou: Portugal, Inglaterra, Estados Unidos, etc. A Inglaterra, por exemplo, exigia que as economias periféricas fossem fornecedoras de matérias primas para criarem um mercado consumidor para suas

manufaturas. Os Estados Unidos, pelo contrário, possuíam amplitude de recursos naturais e, em diversos casos, abriram concorrência com os países latino-americanos nesta questão. Baseados nesta argumentação, Cardoso e Faletto atribuem menos importância ao papel dinamizador dos Estados Unidos referente às economias latino-americanas na etapa que antecedeu à formação dos conglomerados atuais, da década de 1960-70. Apenas à título de destaque, pode-se lembrar do papel das multinacionais norte-americanas nos países latino-americanos, que deu discussão frutífera dentre alguns autores, inclusive Furtado. Portanto, pode-se perceber uma omissão deste ponto na obra de Cardoso e Faletto.

Mais adiante, e ainda complementando a última idéia, os autores argumentam existir um arranjo dinâmico entre as classes, produzido pela forma histórica de dependência: como exemplo dizem que quando se passou do modo colonial para a dependência da Inglaterra, o grupo de produtores nacionais – pelo crescimento de sua base econômica já existente na situação colonial – pôde determinar um novo arranjo entre as forças sociais pois exerciam domínio, mesmo que não absoluto. Ao passar para a dependência dos Estados Unidos, foram os grupos urbanos e exportadores que ocuparam este espaço.

Em uma próxima parte de sua obra, os autores analisam “as situações fundamentais no período de expansão para fora”. Distinguem três formas, históricas, da relação das áreas coloniais com as metrópoles: as colônias de população, as colônias de exploração e as reservas territoriais praticamente inexploradas. Estas formas estiveram condicionadas pela base econômica de produção que em cada caso se implantava: o primeiro tipo de colônia – de população – realizou-se nas colônias agropecuárias; o segundo tipo – de exploração – deu-se via organização de feitorias para exploração mineral, florestal ou de outros recursos naturais; E o terceiro tipo foi motivado pelo interesse das metrópoles em reservar recursos para incorporações futuras.

Na ocasião da passagem para a dependência da Inglaterra, o problema da organização nacional apresentou-se em dois aspectos: manter sob controle local o sistema produtivo exportador herdado do sistema colonial e; formar alianças políticas entre os setores sociais e econômicos das antigas colônias que permitissem um mínimo de poder interno

pelo grupo que tinha relações com o exterior.

O controle nacional do sistema produtivo seria caracterizado quanto às suas possibilidades de êxito em função de dois elementos fundamentais: a relação do centro hegemônico (Inglaterra) com a periferia pela necessidade de abastecimento de matérias-primas não substituía a classe econômica local, pois investiam em setores que não podiam ser desenvolvidos por estas economias (ex: transporte) e; tal fornecimento dependia da “capacidade dos produtores locais para organizar um sistema de alianças com as oligarquias locais que tornasse factível o Estado Nacional”. (*Ibid.*, p. 43)

O êxito das economias locais nessa situação dependia do tipo de produto primário existente na economia, da disponibilidade de oferta de mão de obra e de terras apropriáveis. Os autores concluem que o problema político sobrepõe-se ao econômico na determinação da expansão dessas economias. Descrevem, então, a forma pela qual se dava a aliança entre os grupos, gerando a dicotomia moderno-tradicional:

Assegurar a apropriação da terra e o domínio da mão de obra (...) constituía o problema básico para os grupos locais dominantes. (...) Era fundamental pactuar com os grupos de proprietários marginais ao sistema exportador de tal modo que assegurassem a ordem nos latifúndios improdutivos ou de escassa produtividade que constituíam seus domínios. (...) Desse modo, coloca-se de manifesto a relação entre o grupo *moderno*, constituído pelos setores da economia exportadora, e o grupo *tradicional*. Se é certo que os primeiros constituíam o sistema nacional em torno de seus interesses, é certo também que de seus próprios objetivos surgia uma aliança com os segundos. (*Ibid.*, p. 44)

As principais características desta forma de integração do sistema político com o econômico são resumidas do seguinte modo por Cardoso e Faletto (*Ibid.*, p. 45-6: grifos do autor):

a) O controle do processo produtivo realiza-se no âmbito da nação periférica em duplo sentido: (i) como os estímulos do mercado internacional dependem das *políticas nacionais* em relação aos produtos de exportação, as decisões de investimento *passam* por um momento de deliberações internas das quais

resulta a expansão ou a retração da produção; (ii) isso significa que o capital encontra seu ponto de partida e seu ponto final no sistema econômico interno. Esta segunda condição de controle, relacionada com a primeira (política de investimentos), é fundamental para se obter uma relativa autonomia de decisões de produção, porque representa a possibilidade de existência real de grupos empresariais locais.

b) Entretanto, a comercialização de produtos de exportação depende das condições (preços, cotas, etc.) impostas no mercado internacional por aqueles que o controlam a partir das economias centrais.

c) A viabilidade da integração econômica das economias locais ao mercado mundial como economias independentes, mas em desenvolvimento, relaciona-se estreitamente à capacidade do grupo produtor nativo para reorientar seus vínculos políticos e econômicos no plano externo e interno.

Em alguns casos, os grupos econômicos locais não mantiveram domínio sobre o setor produtivo, gerando a chamada economia de enclave, que era uma extensão de um setor do centro dentro da periferia, ou seja, um prolongamento tecnológico e financeiro das economias centrais. O êxito do crescimento orientado para fora não permitia, em muitos casos, a criação de um mercado interno, pois levou à concentração da renda no setor de enclave. Esta é a análise feita do ponto de vista econômico por Cardoso e Faletto. Do ponto de vista social e político, as alianças tinham dupla vinculação: com o setor externo, na figura da companhia investidora; e com o setor interno, na medida em que algum grupo conseguia constituir uma forte fonte de poder e dominação para pactuar com o setor externo as condições de aceitação da exploração econômica. Para esses autores, as conseqüências das economias do tipo enclave se resumem como: (a) a produção sendo um prolongamento direto da economia central; (b) não existindo realmente conexões com a economia local, mas sim com a sociedade dependente; (c) as relações econômicas sendo estabelecidas no âmbito dos mercados centrais.

Os autores assinalam, então, que durante o século XIX, época em que se consolidou o modelo de desenvolvimento baseado na exportação, houve a criação de setores financeiros e mercantis, além do surgimento de uma economia urbano-industrial. Queriam com isso detectar que não houve somente o predomínio dos setores agrários,

mineiros ou pecuários, mas também mostrar que, devido ao fato citado, surgiam movimentos sociais e alianças representantes de distintos grupos: latifúndios, capitalistas agrários, comerciantes, banqueiros, etc. Depois disso, reforçam o postulado de sua interpretação:

Os padrões de integração social e os tipos de movimentos sociais, por intermédio dos quais se foi diferenciando a vida política e o perfil das sociedades latino-americanas, assumiram conotações distintas conforme se tratasse de países onde foi possível manter o controle nacional do sistema exportador ou, pelo contrário, naqueles onde a economia de enclave prevaleceu na fase do crescimento para fora. (*Ibid.*, p. 53)

Na seqüência de sua investigação, Cardoso e Faletto apresentam proposições gerais para facilitar a compreensão das transformações sociais indicativas da crise do sistema oligárquico-exportador. Ao fazerem isso, têm como objetivo identificar as formas pelas quais se deram as novas alianças políticas e como estão relacionadas as crises político-sociais internas com a crise da economia mundial.

Afirmam que a existência de um setor burguês-empresarial-capitalista é o que dará origem às possibilidades distintas na fase de transição. Observam duas situações diferentes em relação ao processo de dominação dos países.

- a) *Domínio por um dos setores comercial-exportadores*: é o caso, por exemplo, da Argentina, onde o setor dominante do sistema exportador constitui-se em burguesia e impõe ao restante da camada dominante sua ordem, “pondo assim de manifesto a existência de uma *unidade de classe* sob a qual se abrigam (...) os demais grupos que aparecem integrando a classe dominante: as burguesias de expressão regional, os grupos latifundiários [e os] setores burocráticos a eles vinculados”. (*Ibid.*, p. 56: grifos dos autores)
- b) *Falta de um setor claramente dominante*: É o caso do Brasil, anteriormente a 1930. Esta ausência de um setor dominante conduz a um pacto implícito entre os setores agro-exportadores, resguardando a autonomia de centros provinciais de poder. Havendo um enfrentamento

entre os setores de classe dominante, os demais componentes das alianças de poder ganham força. O domínio passa a ser mais vinculado aos setores latifundiários, burguesias locais e instâncias militares a estes vinculados. Neste caso, diferentemente do caso anterior, encobre-se o caráter capitalista-burguês de dominação, aparecendo mais a dominância de uma oligarquia latifundiária.

Além da forma de configuração político-social, o grau de diversificação do sistema produtivo nacional – ou seja, o ângulo econômico – também condicionou formas de transição. Três tipos são citados por Cardoso e Faletto:

1. O sistema exportador mono produtor, sem diferenciação e sem fornecimento para o mercado interno. (caso da América Central)
2. O sistema exportador pouco diversificado, com alguns setores produzindo para o mercado interno (caso do Uruguai e Argentina na produção cerealista)
3. Diversificação do sistema exportador, com formação do sistema produtivo para o mercado interno (caso do Brasil)

Contudo, deixam claro que esta interpretação *economicista* não é considerada como um determinante para a interpretação das possibilidades estruturais da mudança social. No seu entendimento, foram razões histórico-sociais que possibilitaram a catástrofe do sistema produtivo nacional pelo grupo dominante e pela imposição, por este, da monoprodução. Ou, pelo contrário, que estes grupos tiveram que pactuar-se com outros grupos para a manutenção do poder.

Mas atribuem significação à *economicidade* no que concerne à formação do mercado interno. Economias exportadoras diversificadas facilitaram necessariamente a formação de setores produtivos para o mercado interno. Ao surgir o mercado interno, desenvolvem-se novos grupos sociais¹⁶ e:

¹⁶ Artesãos, pequenos comerciantes, profissionais, setores vinculados a serviços, etc.

Em função deste mercado constituem-se os primeiros núcleos industriais, e formam-se, em consequência, tanto uma burguesia urbana como setores operário-populares; assim em um primeiro momento os grupos sociais urbano-industriais formam-se em consequência da expansão do setor exportador e sem que seus interesses econômicos oponham-se aos deste setor, mas, pelo contrário, tornam-se um setor complementar daquele. Essas condições histórico-estruturais explicam, como dissemos, o mecanismo de formação do setor urbano-industrial e o grau de diferenciação social interna produzido pela expansão da economia exportadora. (*Ibid.*, pp. 60-1)

Quatro modelos típicos de transição, isto é, das tentativas de participação de classes médias nas alianças de poder, são mencionados por Cardoso e Faletto, usando como referência as situações da Argentina, Brasil, Uruguai e Colômbia. São eles¹⁷:

- 1) *A incorporação dos setores médios à hegemonia da burguesia exportadora (Argentina)*: A dominação era do setor agro-exportador, que realizava a articulação entre os diferentes grupos. Entre 1893 e 1905 aparecem novos grupos através das tentativas revolucionárias do Partido Radical. Com a chegada desse partido ao poder mediante Hipólito Yrigoyen (1916-1922 e 1928-1930), as alianças passam a ser entre os setores agro-exportadores e os urbano-industriais (setores médios e classes urbanas). Com a crise econômica de 1918, os setores agro-exportadores aproveitam para propor um esquema de transição com aliança entre a burguesia agrária nacional e a urbana não-populista. Os autores comentam que esta contra-ofensiva foi possível apenas graças à prosperidade do sistema exportador. Em 1928, Yrigoyen retorna ao poder com a antiga aliança, que acaba se dissipando principalmente por não conseguir conter o movimento operário. Há um golpe de Estado de José Félix Uriburu (1930-1932) e a *ordem estabelecida* é defendida pela via da intervenção militar, até a fase seguinte – o peronismo – quando houve a junção entre a pressão dos grupos médios e das massas.

¹⁷ Realiza-se uma descrição mais detalhada do momento pré-crise de 1930, uma vez que pareceu-nos a mais original dentro desta obra. Os outros momentos serão mencionados com mais brevidade.

- 2) *A incorporação dos setores médios “tradicionais” e a crise de dominação oligárquico-burguesa (Brasil):* Dentre as alianças até 1860-70, predominaram os interesses do açúcar no Nordeste e do café no centro do país, e respeitavam-se os interesses locais dos senhores escravistas e latifundiários. Portanto, a dominação oligárquica era efetivada pela alternância de dois partidos – o liberal e o conservador. A mudança do sistema de controle político foi determinada por grupos não conformistas que surgiam no seio da oligarquia. As pressões de novos grupos sociais surgem com a abolição da escravatura (1888) e da constituição da República (1889). Nesta época, estes setores¹⁸ aliam-se aos cafeicultores paulistas e a alguns produtores não-escravistas para afastar a *oligarquia imperial*. Com a Primeira Guerra Mundial, a lenta diferenciação da economia urbana agregava novos atores à reação contra esta oligarquia: profissionais liberais, funcionários, empregados e setores operários, ou seja, os grupos urbanos. A crise de dominação oligárquica se manifesta com a revolução de 1930. A própria disputa interna entre as oligarquias nacionais (dominantes) e regionais é apontada pelos autores como a responsável pelo desgaste da oligarquia. Esta nova aliança dá-se por Getúlio Vargas e a Aliança Liberal (pecuaristas do Sul e açucareiros do Nordeste). É criada uma nova base econômica fortalecendo a burguesia urbana e integrando as classes médias, sem prejudicar o setor agro-exportador, inclusive recuperando anos depois seu apoio (cafeicultores) para uma aliança regional (esta excluía o campesinato). Esta política sustentou o emprego e o mercado interno.
- 3) *A incorporação da classe média à Aliança de Poder (Uruguai):* Até 1876, o sistema econômico e político uruguaio oscilava e gerava alguns conflitos entre dois grupos: os Blancos (pecuaristas) e os Colorados (comerciantes). A orientação do primeiro grupo era para o mercado interno e a do segundo, para o exterior. O governo militar de Lorenzo Latorre (1876-80) interrompe as crises políticas e dá os primeiros passos para uma aliança estável entre os dois partidos. Em seu governo, há um impulso ao crescimento exportador, que gerou desenvolvimento da tecnologia rural e incorporação de imigrantes europeus.

¹⁸ Burocracia militar, advogados, deputados, procuradores ou chefes locais de províncias economicamente secundárias.

Ambos os fatores contribuíram para o crescimento urbano e a estratificação social. Futuramente, tais grupos constituiriam o centro da política de José Battle y Ordonez (1903-1907 e 1911-1915). A estrutura de alianças resultante permitiu uma política econômica estatal que não é autônoma do Estado em relação às classes, nem é política, de apenas um grupo em detrimento dos outros. É, portanto, a incorporação da classe média à aliança de poder.

- 4) *O predomínio oligárquico e a debilidade da classe média (Colômbia):* A estrutura de domínio na Colômbia apresenta um bipartidarismo que comporta apenas os setores da classe dominante. As tentativas de reação são todas violentas e fracassam (1884-5; 1895; 1899-1902). Apenas no começo do século XX surge a presença política de outras classes, como conseqüência da recuperação da economia industrial e da ampliação do setor operário-urbano. Mas, mesmo assim, vê-se que na década de 1920 quase todos os dirigentes dos grupos socialistas saem dos quadros das estruturas dominantes.

Segundo Cardoso e Faletto, então, a Argentina, o Brasil, o Uruguai e a Colômbia fazem parte do grupo das sociedades com produção controlada nacionalmente. No caso da Colômbia, entretanto, a manutenção de sua oligarquia exportadora é compreensível quando se considera que não houve nem diversificação do sistema exportador, nem formação de um mercado interno. Mas:

Durante a crise de 1929, em certos países os grupos agro-exportadores conseguiram agüentar o temporal, de forma transitória ou com maior permanência, segundo as circunstâncias, adotando medidas mais ou menos clássicas de política econômica para poder readaptar-se às circunstâncias impostas pela crise: organização corporativista dos interesses exportadores através do Estado (Argentina), política de saneamento monetário e conseqüente defesa do valor-ouro da moeda (América Central), política de desemprego (como no Chile) etc. (...) O problema que se coloca é precisamente explicar as razões que levaram à adoção de algumas destas alternativas. (...) A hipótese que aqui se sustenta afirma que as características que adquiriu o processo de desenvolvimento depois da crise de 29 mudaram fundamentalmente em função do tipo de transformação havida no sistema político como

consequência da pressão dos já mencionados novos grupos sociais, e ademais em termos dos conflitos existentes, e como resultado das possibilidades estruturais que permitem a reação dos grupos vinculados ao setor exportador. Por isso, as consequências políticas da crise mundial tiveram distinta significação segundo o esquema de dominação que prevaleceu em cada país. (*Ibid.*, p. 72-3)

Na análise das economias de enclave, no momento de transição, Cardoso e Faletto consideram as diversidades devidas ao tipo de enclave – mineiro ou agrário -, o grau de diferenciação do setor nacional da economia e o processo político mediante o qual os grupos que controlavam esse setor organizaram o Estado e “definiram as relações entre si, com as classes subordinadas e com os grupos externos que constituíram os enclaves econômicos” (*Ibid.*, p. 75). O significativo era saber dentro de qual estrutura de domínio manifestava-se a subordinação dos grupos operários e camponeses dominantes.

Três tipos de relações político-sociais em um modelo do tipo enclave são apresentados pelos autores:

- 1) *A incorporação da classe média pelo enfraquecimento do predomínio oligárquico (México, Bolívia, Venezuela)*: Nestes três países, a classe média somente conseguiu aumentar sua participação efetiva na política através de golpes revolucionários. México e Bolívia apresentam diferenças quando comparados com a Venezuela. No **México**, 40 por cento dos investimentos advinham dos Estados Unidos, quase que em sua totalidade aplicados em minas, petróleo e estradas de ferro. O sistema da fazenda garantia o domínio interno, podendo a classe urbana pouco participar com expressão política. Setores médios eram escolhidos pela oligarquia. Se quisessem ter representação própria, teriam de organizar um movimento revolucionário. Assim o fizeram e conseguiram objetivos imediatos (não reeleição e sufrágio efetivo), além de aliança com os fazendeiros, até os embates da crise de 1929. Havia ainda nesta época pressão dos camponeses e operários para ruptura com a dependência. Os setores urbanos optaram por uma mudança de tática para não terem que enfrentar-se com os setores populares: é o governo Lázaro Cárdenas (1934-1940), que propiciou, dentre outras medidas, reforma agrária e um programa de

nacionalização. Na **Bolívia**, foi a guerra do Chaco (1932-1935) que propiciou o enfraquecimento da oligarquia e a incorporação indígena à nação. Camadas médias também estavam descontentes com as oligarquias. Através da aliança com os mineiros do estanho – que lhe permitiram força efetiva – deram início ao Movimento Nacionalista Revolucionário. Tal movimento, contudo, não teve sucesso, pois as massas populares urbanas incorporaram-se ao grupo anterior. Apesar de não terem obtido êxito na tentativa de participação no poder, os grupos camponeses transformaram-se em importante área de apoio às políticas populares urbanas das classes médias depois da Revolução de 1953. Na **Venezuela**, a classe média formada pelo enclave petrolífero organiza uma aliança com operários do petróleo na tentativa de derrubar o regime militar oligárquico. Devido, dentre outros fatores, à não possibilidade de eleição, tal aliança representava poucas chances de sucesso, a não ser de modo violento. A alternativa era um golpe de Estado, e foi o que ocorreu. O Partido Ação Democrática toma o poder e dá início à reforma agrária. Contudo, é um poder efêmero. Assume o governo Pérez Jimenez (1952-1958), apoiado sobre os lucros do petróleo. Ao haver a modificação das inversões do capital estrangeiro – não mais somente em petróleo – alguns setores médios orientam-se para esta nova atividade, gerando o enfraquecimento da aliança.

- 2) *O acesso da classe média à dominação oligárquico-burguesa (Chile, Peru):* No **Chile**, o controle do Estado estava nas mãos da oligarquia local. Por outro lado, o crescimento das cidades trazia à tona uma classe média e um proletariado de certa significação. Grupos nacionais dominantes tinham conflitos entre si, e a crise posterior à Primeira Guerra Mundial afetou os grupos nacionais dominantes. Contudo, a oligarquia agrária local não sofreu impacto, mas sentiu necessidade de nova aliança, o que o fez ao conectar-se à classe média, que se incorpora eleitoralmente. Contudo, a instabilidade do sistema econômico e sua contradição com as massas populares não se resolvia somente com programas políticos. Era necessária uma mudança na base econômica. Depois de uma época de crises, alternâncias e conflitos, há o retorno da classe média ao poder – após a Frente Popular de 1938. Este adquire outro sentido: alteração na base

econômica, tendo o Estado como o ponto de sustentação da economia industrial administrada pela classe média. No **Peru**, o pólo de dominação era a burguesia mercantil-financeira junto aos fazendeiros tradicionais. Os setores assalariados agrícolas (*nas plantations*) e certos setores populares urbanos pressionavam o poder. Existiam múltiplas possibilidades de aliança, o que criou um ponto débil no sistema de dominação. Regimes militares ocorreram, o que encobriu a dominação oligárquico-burguesa e serviu de contenção à pressão popular. Mais tarde, há uma recuperação do apoio das massas pela oligarquia mercantil-financeira. A classe média busca aliados dentro do sistema de poder tradicional.

- 3) *A classe média frente aos latifundiários e ao enclave (América Central):* O grupo dominante na América Central era uma oligarquia agrária. A economia baseava-se em “colorantes¹⁹” (com influencia dos comerciantes) e explorações do tipo da fazenda (latifundiários). O ciclo do café alterou esta situação (1870), dando poder aos latifundiários. Mais tarde, dá-se a formação do enclave bananeiro, em mãos de capitais norte-americanos. A crise de 1929 gera a contração das exportações. Tal crise deixou claro o caráter de dominação: o sistema estaria assentado sobre a capacidade de um setor (latifúndio) de manter submetida a população camponesa. A classe média urbana também sofreu repressão. Restaram duas alternativas à classe média: aceitar a dominação ou fazer campanha por maior participação política. Optaram pela segunda, que culminou com resultados que escaparam de seu controle: a Revolução Guatemalteca, com a reforma agrária, gerou enérgicas reações e a sucessão de governos que pretendiam voltar à situação anterior. Apenas após transformações modernizantes na agricultura pôde a classe média participar mais da política, ainda que de forma limitada.

Em suas conclusões, Cardoso e Faletto destacam, sobre as economias de enclave:

Em seu conjunto, os países com predomínio de economia de enclave, pela própria debilidade relativa do setor burguês, têm

¹⁹ “A partir da independência, a economia centro-americana de exportação manteve-se sujeita a alguns produtos coloniais, em especial colorantes de origem animal e vegetal, ainda que dentro da produção interna as atividades agrícolas e pecuárias guardassem significação” (*Ibid.*, p. 86)

um mercado interno incipiente. Dentro da gama de possíveis variantes neste tipo de economia, somente em dois casos consideraram-se políticas preocupadas por uma ampliação do mercado interno, isto é, de industrialização: no primeiro caso, países, como o Chile, por exemplo, onde o setor externo se impôs quando já existia um importante setor mercantil-financeiro e, em consequência, uma classe média em condições de reivindicar a criação de bases nacionais para a expansão econômica; no segundo, países onde os setores médios lograram inserir-se revolucionariamente dentro do aparato do Estado e utilizaram-no para criar uma economia nacional, tais como México e Venezuela. (*Ibid.*, p. 88-9)

De forma geral, defendem que uma das características do *período de transição* na América Latina é a presença, no sistema de dominação, das classes médias urbanas e burguesias industriais. A fase de industrialização substitutiva caracterizou-se nestes países tanto pela expansão do setor privado da economia quanto pela participação estatal, este através do investimento em infra-estrutura e indústria básica.

Cardoso e Faletto afirmam que este processo gerou as *sociedades urbanas de massas*, devido à incapacidade da indústria de absorver o setor operário. Dizem que é esta presença de massas que caracterizará o desenvolvimento para dentro, durante fundamentalmente a década de 1950-60. A definição de substituição de importações dos autores é, nitidamente, tomada de Tavares²⁰:

As chamadas políticas de substituição de *industrialização substitutivas* (...) consistiram no aproveitamento e incremento da base produtiva do momento anterior para atender à demanda interna de bens de consumo e bens intermediários, devido especialmente à carência de divisas e também às dificuldades de importação. (*Ibid.*, p. 92: grifos do autor)

Neste estágio, segundo os autores, o Estado muda seu caráter, iniciando as políticas de defesa do mercado interno. Novamente, ressaltam que:

Essas medidas deram-se somente em alguns países porque eles foram o resultado das alianças de poder realizadas neles durante

²⁰ Ver Tavares, 1981.

o que aqui se chamou *fase de transição*. (*Ibid.*, p. 93: grifos do autor)

Ainda afirmam que a industrialização foi em um primeiro momento fruto de uma política de acordos, ao invés da ascensão ou revolução de uma burguesia industrial. O jogo político-social de poder dá-se entre setores agro-exportadores, financeiros e os setores médios e industriais urbanos. Os setores populares aparecem como objeto de dominação ou base de sustentação do poder.

Os diferentes arranjos de poder geraram diferentes tipos de industrialização. Houve dois tipos de orientação política, segundo Cardoso e Faletto: a orientação *para a participação* e o *nacionalismo*. O primeiro caracteriza a tendência da pressão das massas para o distributivismo. O segundo está mais conectado à relação do populismo desenvolvimentista cujo sistema supõe, para a criação de mercado interno (*Ibid.*, p. 94-5):

- a) A disponibilidade de capitais para serem reinvestidos dentro do país
- b) Disponibilidade de divisas para financiar a industrialização
- c) Possibilidades de redistribuição da renda, ainda que moderada, para permitir a incorporação das massas dentro de certos limites
- d) Capacidade empresarial, pública e privada, para expandir a economia interna
- e) Um mínimo de eficiência e de responsabilidade na administração das estatais
- f) Capacidade para consolidar uma liderança política capaz de se impor aos interesses contraditórios dos distintos grupos e de obter, eventualmente, períodos de conciliação entre os grupos em conflito, em nome do interesse nacional.

Frente a isso, a luta pelo controle dos capitais e divisas tem início. É necessária uma mobilização da burguesia industrial, burocracia estatal, setores populares-operários, contra os setores exportadores, detentores deste controle. O êxito desta disputa dependia de altos preços no mercado internacional, para manterem os exportadores satisfeitos de uma certa retenção cambial; de uma *aliança desenvolvimentista* por políticas adequadas à indústria.

As características das políticas de industrialização destes países dependeriam então, segundo Cardoso e Faletto, da forma como se ajustam os papéis do Estado e das burguesias industriais, cujo aparecimento dá-se da seguinte maneira:

- a) Industrialização *liberal*, conduzida por empresários privados; supõe a preexistência de um setor agro-exportador forte, também vinculado ao mercado interno, e que tivesse transferido parte dos capitais para o setor industrial
- b) Industrialização *nacional-populista*, orientada por uma vontade política “que expressa a pujança de forças sociais (...) vinculados ao sistema de poder (Estado) (*Ibid.*, p. 96)”. Compartilham o processo de desenvolvimento com o setor agro-exportador.
- c) Industrialização orientada por um *Estado desenvolvimentista*, que fixa as bases da economia industrial

A primeira situação reflete tipicamente o caso da Argentina. O Brasil expressa a segunda situação e a terceira pôde ser encontrada no México e no Chile e, mais genericamente, nas demais economias de enclave da América Latina.

Na seqüência de sua análise, os autores denominam a internacionalização do mercado, ou seja, a fase posterior, como *o novo caráter da dependência*. Nesta etapa, o principal problema que se coloca é o de explicar o duplo movimento de crise do sistema interno de dominação e o tipo de relação entre a economia interna e os centros hegemônicos do mercado mundial. Não é preciso mencionar que, também neste caso, os autores rejeitam a hipótese de explicação *economicista*:

O conceito de dependência permanece básico para caracterizar a estrutura dessa nova situação de desenvolvimento e, portanto, a política continua sendo o meio pelo qual se possibilita a determinação econômica. (...) Reorganizam-se, com essa nova modalidade de desenvolvimento, a própria estrutura do sistema produtivo e o caráter do Estado e da sociedade, que expressam a relação de força entre os grupos e as classes sociais, para dar lugar ao sistema capitalista industrial tal como ele pode desenvolver-se nos países latino-americanos; na periferia do

mercado mundial e por sua vez nele integrado (*Ibid.*, p. 114-5).

O início desta nova conjuntura – internacionalização do mercado – teve efeitos distintos em diferentes países. Na Argentina, deparou-se com a seguinte alternativa: conter salários e gastos públicos ou refazer a economia agro-exportadora. A oposição antipopulista – após a queda de Juan Domingo Perón (1946 a 1955 e 1973 a 1974) – optou pelo segundo objetivo. Contudo, encontraram uma grande barreira nos setores assalariados e, desta forma, não alcançaram nem a intensificação do desenvolvimento, nem a estabilidade política.

No Brasil, Getúlio Vargas (1930-1945), Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) e, novamente, Getúlio Vargas (1951-1954) optaram por uma política de incentivo ao mercado interno – como, por exemplo, com as taxas múltiplas de câmbio – o que gerou protestos do setor exportador. No período de Juscelino Kubitschek (1956-1961), a aliança populista desenvolvimentista toma um rumo diverso: a capitalização mediante recursos externos. Pôde então haver desenvolvimento a despeito da instabilidade política, uma vez que neste período houve redução da inflação e satisfação tanto dos assalariados como do setor exportador.

No México, houve desenvolvimento e estabilidade. A abertura para o capital estrangeiro deu-se em um âmbito em que era definido o papel do Estado como investidor e regulador. Este mesmo Estado permitiu a criação da burguesia urbano-industrial-financeira e também restabeleceu canais para participação popular.

Dentro deste contexto, Cardoso e Faletto citam o que pode ser também considerado como outro ponto crucial em sua obra:

Contudo, convém aclarar o sentido das anotações anteriores; de modo algum deve inferir-se delas que o desenvolvimento devesse seguir um curso inevitável em sua forma e em seus fins. Não se presume que o desenvolvimento capitalista se devesse dar necessariamente através da participação e do controle externo, que se imporia caprichosamente à história; como tampouco deve concluir-se, em uma visão oposta à anterior, que o critério de explicação seria uma única contingência da história,

que fez com que o desenvolvimento na América Latina fosse capitalista e dependente. Pelo contrário, a interpretação proposta considera a existência de limites estruturais precisos para um desenvolvimento industrial controlado nacionalmente, dentro dos quais jogam as distintas forças sociais (*Ibid.*, p. 118)

Os limites estruturais citados pelos autores são os seguintes:

- a) O setor agrário – ou seja, os latifundiários – sempre se manifesta contra o Estado quando este se inclina a políticas de transferência de rendas do setor agrário para o urbano
- b) Como a acumulação e o financiamento industrial são feitos através das exportações, automaticamente o modelo possui o condicionador externo como limitação estrutural.

Cardoso e Faletto concluem que, nestas circunstâncias, a única alternativa que se apresenta para os países da América Latina é a abertura do mercado interno para fora, isto é: para os capitais estrangeiros. É nessa conclusão que se radica a proposta fundamental de Cardoso e Faletto. A outra possibilidade seria uma mudança política radical para o socialismo.

No sentido de confirmarem o argumento anterior, expõem o porquê da falta de viabilidade de alternativas experimentadas pelos países latino-americanos:

- a) No caso de que o setor industrial conseguisse controlar o Estado, mesmo assim dependeria das seguintes conjunturas e políticas – não viáveis, na opinião dos autores – para obterem êxito: manutenção dos preços externos, enfrentamento com o setor exportador, política salarial restritiva, uma política que não supõe admitir pressões populistas, fechamento do mercado interno (ou moratória da dívida externa) e a manutenção da exclusão agrária.
- b) No caso de um Estado populista, além dos enfrentamentos assinalados na hipótese anterior, haveria enfrentamentos no núcleo populista: “nem os setores populares manter-se-iam dentro da aliança sem uma pressão crescente em favor da redistribuição de rendas, nem os setores empresariais, privados ou públicos, poderiam suportar tais pressões e

simultaneamente seguir capitalizando e investindo (*Ibid.*, p. 121)”.

- c) No caso de uma aliança da burguesia industrial com a burguesia agro-exportadora, também diversas possibilidades de conflito inviabilizariam o desenvolvimento: este setor agro-exportador, de início, já não representa uma boa aliança no sentido de que não possui os mesmos interesses daquelas. Sabem, por exemplo, que a abertura do mercado aos grupos externos iria diretamente contra seus interesses. Aliados a isso, argumentam o fato de que as massas urbano-operárias “quebrariam o esquema”.

Ao destacarem a inviabilidade de manutenção do ritmo de industrialização no âmbito interno, sem a promoção de mudanças político-estruturais profundas (socialismo ou abertura aos mercados estrangeiros), os autores afirmam que havia já um movimento dos capitais estrangeiros de buscarem novos mercados, e que estes capitais se ajustam – pelo menos de forma aceitável – aos interesses dos grupos hegemônicos.

Portanto, a internacionalização dos mercados e este encontro de interesses caracterizam a nova situação de desenvolvimento.

Esta nova situação de dependência – financiamento externo, endividamento – tem um significado distinto das anteriores situações de subdesenvolvimento, nos seguintes aspectos:

- ⇒ Os fluxos de capitais e o controle das decisões *passam* pelo exterior.
- ⇒ Os lucros das economias dependentes aumentam virtualmente o capital disponível pelas economias centrais.
- ⇒ As decisões das matrizes influenciam no reinvestimento dos lucros gerados no sistema nacional.
- ⇒ O desenvolvimento do setor continua dependendo da capacidade de importação.
- ⇒ O início de um processo de industrialização nas nações periféricas supõe

altas remessas de capital e conhecimento tecnológico, o que leva a um estreitamento dos laços de dependência.

O sistema de controle político, nesta etapa, varia de país a país. No México há uma reorganização gradual do sistema de decisões e uma definição quase formal da área de influencia dos setores. No Brasil e na Argentina, há uma reorganização das funções do Estado para conseguir maior capacidade de regulamentação da vida econômica, e uma reorganização do próprio sistema político para permitir que a centralização autoritária possa consolidar o domínio dos grupos dominantes. A oposição a essa reorganização dá-se pelos setores assalariados e urbanos.

O novo setor econômico – empresas monopolísticas internacionalizadas e o setor financeiro – substitui pelo menos parcialmente a estrutura de dominação dos latifundiários e exportadores. Os setores políticos tradicionais – populistas desenvolvimentistas – são aniquilados e a influência militar busca ser transformada em condição necessária para o desenvolvimento. Mas a luta entre classes e grupos não se encerra – por exemplo, há reivindicações por reforma agrária e redistribuição de rendas. Mas é somente quando as políticas impostas pela tecnoburocracia se chocam com os mecanismos de acumulação que os grupos empresariais procuram formas para corrigir os *desvios nacionalistas*.

Concluimos esta seção com as próprias palavras dos autores:

A existência de um *mercado aberto*, a impossibilidade de conquista dos mercados dos países mais desenvolvidos pelas economias dependentes e a incorporação contínua de novas unidades de capital externo sob a forma de tecnologia altamente desenvolvida e criada mais em função das necessidades intrínsecas das economias maduras do que das relativamente atrasadas fornecem o quadro estrutural básico das condições econômicas da dependência (*Ibid.*, p. 142: grifos dos autores).

2.3 A contribuição de Ruy Mauro Marini: A superexploração do trabalho

Marini (2005) inicia sua obra mencionando a recorrência nos estudos sobre a América Latina da noção de pré-capitalismo, enfatizando que o que deveria ser dito é que jamais estas economias se desenvolverão como as economias chamadas avançadas. O que se tem é um capitalismo *sui generis*, que deve ser estudado na perspectiva do sistema em seu conjunto, no plano nacional e, fundamentalmente, internacional.

Defende que se devem aplicar as categorias marxistas com rigor conceitual e metodológico para que se possa identificar, analisar e antecipar o futuro desenvolvimento do capitalismo dependente latino-americano. Esta forma particular – dependente – de capitalismo permite o estudo do todo. Tudo que se fuja do rigor conceitual marxista não é mais o marxismo ortodoxo – cujo sistema é defendido pelo autor -, mas sim o dogmático.

Ao explicar o modo de integração ao mercado mundial, Marini – tal como Furtado – utiliza a Revolução Industrial para a explicação da origem do dependentismo (em Furtado, do subdesenvolvimento). Para Marini, A Revolução Industrial do século XIX fez com que os novos países se articulassem diretamente com a metrópole inglesa, produzindo bens primários em troca de manufaturas e dívidas. A partir daí, as relações da América Latina com os centros capitalistas se inserem na estrutura da divisão internacional do trabalho, o que configura a situação de dependência, entendida por Marini como:

Uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. A consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência, e sua superação supõe necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvida (MARINI, 2005: p. 141).

As duas principais funções cumpridas pela América Latina no desenvolvimento do

capitalismo foram a de criação de oferta mundial de alimentos – condição necessária para sua inserção na economia internacional capitalista – e a contribuição para a formação de um mercado de matérias primas industriais, como por exemplo mineração, petróleo e agricultura.

Contudo, é o caráter contraditório da dependência latino-americana que deve ser visto com mais atenção, segundo Marini. Tal caráter contraditório está explicitado na seguinte passagem do autor:

Mais além de facilitar o crescimento quantitativo destes, a participação da América Latina no mercado mundial contribuirá para que o eixo da acumulação na economia industrial se desloque da produção de mais-valia absoluta para a de mais-valia relativa, ou seja, que a acumulação passe a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que simplesmente da exploração do trabalhador. No entanto, o desenvolvimento da produção latino-americana, que permite à região coadjuvar com essa mudança qualitativa nos países centrais, dar-se-á fundamentalmente com base em uma maior exploração do trabalhador (*Ibid.*, p.144).

O que é esta mais-valia relativa? “Uma forma de exploração do trabalho assalariado que, fundamentalmente com base na transformação das condições técnicas de produção, resulta na desvalorização da força real de trabalho” (*Ibid.*, p. 145). Não significa aumento de produtividade apenas pois, ao aumentar a produtividade, o trabalhador cria mais produtos ao mesmo tempo, porém não mais valor.

Marini prossegue dizendo que caso a produtividade aumente para todos os capitalistas, tampouco isto é configurado como mais valia. Nesta seqüência de explicações fica evidente o rigor metodológico do autor. Faz questão de explicar conceito por conceito e os motivos pelos quais utiliza tais postulados. A mais valia, portanto, segundo o autor:

Não passa pela produtividade do trabalho em si, mas pelo grau de exploração da força de trabalho, ou seja, a relação entre o tempo de trabalho excedente (em que o operário produz mais-valia) e o tempo de trabalho necessário (em que o operário reproduz o valor de sua força de trabalho, isto é, o equivalente a

seu salário). Só a alteração dessa proporção, em um sentido favorável ao capitalista, ou seja, mediante o aumento do trabalho excedente sobre o necessário, pode modificar a taxa de mais-valia (*Ibid.*, p. 146).

Voltando um pouco ao que foi um das primeiras funções da América Latina na divisão internacional do trabalho (fornecimento de alimentos ao mercado mundial), Marini aplica o conceito de mais valia relativa, dizendo-nos que o efeito desta oferta de alimentos foi o de reduzir o valor real da força de trabalho nos países industriais, o que permitiu que o aumento da produtividade se traduzisse em taxas de mais-valia cada vez mais elevadas.

A seguir, enuncia as seguintes questões: Quais são as razões do fenômeno de deterioração dos termos de troca entre bens primários e bens industriais? Por que isso não impediu que a América Latina se incorporasse ao mercado mundial? Antes de responder às questões, Marini rechaça duas explicações consideradas por ele como simplistas, quais sejam:

- 1) Não se pode responder à esta questão usando o mecanismo de oferta e de procura: apesar de a concorrência ser importante na determinação dos preços, ela não explica o porquê de uma oferta acelerada mediante a queda dos preços, isto visto pelo lado dos países *periféricos*.
- 2) Não se pode responder esta questão apenas se limitando a constatar empiricamente que as leis mercantis foram falseadas no plano internacional devido à pressão diplomática e militar por parte das nações industriais: Para Marini, isto ocorre exatamente por existir uma base econômica que torna tal situação possível.

Marini então contesta tais respostas simplistas da seguinte forma:

Não é porque foram cometidos abusos contra as nações não industriais que estas se tornaram economicamente débeis, é porque eram débeis que se abusou delas. Não é tampouco porque produziram além do necessário que sua posição

comercial se deteriorou, mas foi a deterioração comercial o que as forçou a produzir em maior escala. Negar-se a ver as coisas dessa forma é mistificar a economia capitalista internacional, é fazer crer que essa economia poderia ser diferente do que realmente é (*Ibid.*, p. 150).

Responda a estas questões, dizendo que existem dois mecanismos de transferência de valor:

- a) Baseado na produtividade: uma nação pode apresentar preços de produção menores que seus concorrentes, mas não baixar os preços do mercado. O resultado disso é um lucro extraordinário para a nação favorecida. Este fenômeno se apresenta fundamentalmente entre nações industriais
- b) Baseado no monopólio de produção: o simples fato de uma nação produzir um bem que a outra não produz, permite que aquela venda seu produto a preço superior a seu valor. O resultado é que nações desfavorecidas cedem gratuitamente parte do valor que produzem. Isto ocorre sobretudo com transações entre nações produtoras de bens primários.

Frente a estes mecanismos, pode-se identificar um mecanismo de compensação por parte da nação desfavorecida, que é o de aumento do valor realizado. Isto permite neutralizá-lo total ou parcialmente das transferências gratuitas supracitadas. Como isto ocorre? Através de uma maior exploração da força de trabalho pelo capitalista, seja via aumento de sua intensidade, seja via prolongação da sua jornada. Isto é o que explica, segundo Marini, “que a oferta mundial de matérias primas aumente à medida que se acentua a margem entre seus preços de mercado e o valor real da produção” (*Ibid.*, p. 153). O próprio Marini comenta que Furtado também comprovou este fenômeno, sem chegar a retirar dele todas as suas conseqüências. Marini conclui que:

O que aparece claramente, portanto, é que as nações desfavorecidas pela troca desigual não buscam tanto corrigir o desequilíbrio entre os preços e o valor de suas mercadorias

exportadas (o que implicaria um esforço redobrado para aumentar a capacidade produtiva do trabalho), mas procuram compensar a perda de renda gerada pelo comércio internacional por meio do recurso de uma maior exploração do trabalhador. Chegamos assim a um ponto em que já não nos basta continuar trabalhando simplesmente a noção de troca entre as nações, mas devemos encarar o fato de que, no marco dessa troca, a apropriação de valor realizado encobre a apropriação de mais-valia que é gerada mediante a exploração do trabalho no interior de cada nação. Sob esse ângulo, a transferência de valor é uma transferência de mais-valia, que se apresenta, desde o ponto de vista do capitalista que opera na nação desfavorecida, como uma queda da taxa de mais-valia e por isso da taxa de lucro. Assim, a contrapartida do processo mediante o qual a América Latina contribuiu para incrementar a taxa de mais valia e a taxa de lucro nos países industriais implicou para ela efeitos rigorosamente opostos. E o que aparecia como um mecanismo de compensação do nível de mercado é de fato um mecanismo que opera em nível da produção interna. É para essa esfera que se deve deslocar, portanto, o enfoque de nossa análise (*Ibid.*, p. 153-4).

Ao analisar a superexploração do trabalho, Marini destaca três procedimentos que são usados na América Latina: (i) aumento de intensidade do trabalho; (ii) prolongação da jornada de trabalho; (iii) redução do consumo do operário mais além do seu limite normal / expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho.

Dessa forma, são negadas ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho. Nos dois primeiros casos, porque provocam o seu esgotamento prematuro e, no último, porque lhe é tirada a possibilidade de consumo do estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal. Ou seja, o trabalho é remunerado abaixo do seu valor. Na seqüência de sua análise, busca demonstrar que a América Latina deverá criar seu próprio modo de circulação, argumentando que:

Compreender a especificidade do ciclo do capital na economia dependente latino-americana significa, portanto, iluminar o fundamento mesmo de sua dependência em relação à economia capitalista mundial (*Ibid.*, p. 161).

Sobre o ciclo do capital na economia dependente, começa expondo argumento similar ao do mimetismo furtadiano. Diz que a América Latina é levada a reproduzir as relações de produção que se encontravam na origem da formação do mercado mundial. Apresenta a contradição através da qual se enraíza a essência da dependência latino-americana:

Chamada para contribuir com a acumulação de capital com base na capacidade produtiva do trabalho, nos países centrais, a América Latina teve de fazê-lo mediante uma acumulação baseada na superexploração do trabalhador (*Ibid.*, p. 162).

Diz que, pelo fato de ter se originado para atender às exigências da circulação capitalista dos países centrais, a produção latino-americana não depende da capacidade interna de consumo para acontecer. Do ponto de vista do país dependente, acontece aí a separação dos dois momentos fundamentais do ciclo do capital (produção-circulação de mercadorias). O resultado disso é a revelação da contradição inerente à produção capitalista, que é a que opõe o capital ao trabalhador enquanto vendedor e comprador de mercadoria. Em outras palavras, operários são importantes enquanto compradores de mercadorias, mas os capitalistas reduzem ao mínimo o preço de venda da mercadoria do trabalhador – sua força de trabalho. Ainda tentando explicar de outra forma, segundo o autor, pode-se dizer que na América Latina o consumo individual do trabalhador não interfere na realização do produto, diferentemente do que ocorre nos países centrais. A consequência é uma tendência à superexploração da mão de obra.

Conclui, sobre a economia exportadora, que:

É, portanto, algo mais que o produto de uma economia internacional fundada na especialização produtiva: é uma formação social baseada no modo capitalista de produção, que acentua até o limite as contradições que lhe são próprias. Ao fazê-lo, configura de maneira específica as relações de exploração em que se baseia e cria um ciclo de capital que tende a reproduzir em escala ampliada a dependência em que se encontra frente à economia internacional. É assim como o sacrifício do consumo individual dos trabalhadores em favor da

exportação para o mercado mundial deprime os níveis de demanda interna e erige o mercado mundial como única saída para a produção. Paralelamente, o incremento dos lucros que disso se deriva coloca o capitalista em condições de desenvolver expectativas de consumo sem contrapartida na produção interna (orientada para o mercado mundial), expectativas que têm de ser satisfeitas por meio de importações (*Ibid.*, p. 164-5).

Abre espaço então para discutir as bases da industrialização latino-americana:

A profunda contradição que terá caracterizado o ciclo do capital dessa economia e seus efeitos sobre a exploração do trabalho incidirão de maneira decisiva no curso que tomará a economia industrial latino-americana, explicando muitos dos problemas e das tendências que nela se apresentam atualmente (*Ibid.*, p. 164).

Marini não pretende analisar em detalhes o processo de industrialização da América Latina, tampouco o papel desempenhado pela industrialização por substituição de importações. Quer apenas enfatizar que nunca chegou a se formar uma verdadeira economia industrial que provocasse uma mudança qualitativa no desenvolvimento econômico de países como Argentina, México e Brasil, dentre outros. Permaneceu a indústria como sendo atividade subordinada à atividade primário-exportadora que, segundo Marini, constituía o verdadeiro centro vital do processo de acumulação.

Concorda com a tese de Tavares, também defendida por Furtado e, como mencionado anteriormente, por Cardoso e Faletto, de que foi na crise capitalista internacional (entre - guerras) que o eixo de acumulação se deslocou para a indústria. A partir daí, realiza a crítica às diferentes correntes desenvolvimentistas, para as quais “parecia (...) que o capitalismo dependente orientava-se no sentido de uma configuração similar à dos países industriais clássicos” (*Ibid.*, p. 167). Segundo Marini, estas correntes supunham que bastaria apenas a aceleração do desenvolvimento capitalista para fazer desaparecer os problemas econômicos e sociais da região.

As diferenças apontadas por Marini entre a economia industrial dependente e a clássica deram-se pelo mecanismo pelo qual se operava a criação de mercado interno: diferentemente da economia capitalista clássica, na economia latino-americana a

industrialização dá-se quando restrições externas impediam o acesso à esfera alta de consumo para o comércio de importação. Portanto, a industrialização na América - Latina, ao invés de criar sua própria demanda, nasce para atender a uma demanda já existente, da alta esfera de consumo, e “se estruturará em função das exigências de mercado procedentes dos países avançados” (*Ibid.*, p. 170). Esta explicação é idêntica à realizada pelos cepalinos.

O mecanismo de acumulação da indústria voltada para o mercado interno é explicado da seguinte forma por Marini: como este está em situação de monopólio, agirá no sentido de elevar seus preços aumentando desta forma seu lucro, em situação de crises comerciais. Como a mão de obra torna-se mais elástica, devido à liberação deste fator por parte do setor exportador (em crise), o industrial pressionará a massa de salários no sentido descendente, também aumentando seu lucro. Marini conclui que:

Partindo então do modo de circulação que caracteriza a economia exportadora, a economia industrial dependente reproduz, de forma específica, a acumulação de capital baseada na superexploração do trabalhador. Em consequência, reproduz também o modo de circulação que corresponde a este tipo de acumulação, ainda que de maneira modificada: já não é a dissociação entre a produção e a circulação de mercadorias em função do mercado mundial que o opera, mas a separação entre a esfera alta e a esfera baixa da circulação no interior mesmo da economia, separação que, ao não ser contraposta, adquire caráter muito mais radical (*Ibid.*, p. 171).

Uma vez que o trabalhador não influi na demanda dos bens de produção industrial das economias latino-americanas, o capitalista não tem de se preocupar com a esfera da circulação e, portanto, pode intensamente buscar o aumento da mais-valia, por meio da maior exploração do trabalhador, seja ela intensiva ou extensiva. Em uma próxima argumentação, Marini aponta os dois efeitos oriundos do fato de que, em certo momento, a oferta industrial coincide com a demanda. São eles: a ampliação do consumo da classe média e um esforço para aumentar a produtividade do trabalho.

A crescente liquidez internacional, aliada ao fato de que os países avançados desenvolviam seu setor de bens de capital, fez com que os investimentos se dirigissem à

indústria latino-americana. Além disso, os países avançados tinham a necessidade de exportar equipamentos e maquinários obsoletos para os periféricos. Desta forma, era exclusividade dos países centrais a detenção de etapas mais avançadas de produção, bem como o monopólio da tecnologia correspondente. Esta é uma nova forma de divisão internacional do trabalho, segundo Marini.

Dito isto, o autor comenta as recomendações comumente feitas para os países dependentes, isto é, que adotassem tecnologias mais intensivas em trabalho, aumentando o nível de emprego. Marini considera que isto é um duplo engano: “levam a preconizar a opção por um menor desenvolvimento tecnológico e confundem os efeitos sociais especificamente capitalistas da técnica com a técnica em si” (*Ibid.*, p. 176). A outra crítica a estas recomendações é que desconsideram o fato de que a tecnologia introduzida depende mais das exigências do mercado mundial do que das preferências internas.

2.4 Theotônio dos Santos: Balanço e perspectivas da teoria da dependência

Dos Santos (2000) inicia utilizando um quadro histórico para enquadrar a teoria do desenvolvimento em seu nascedouro. Era evidente a aspiração à independência política e econômica de países como Índia, China, Estados islâmicos, dentre outros, no período iniciado no entre guerras e após a II Guerra. A América Latina também se sente identificada com tais aspirações. Diversas instituições surgiram *consagrando* uma nova realidade política, econômica, cultura e civilizacional em meados do séc. XX. Dentre estas, figuravam a UNCTAD, a CEPAL e a FAO.

Era inevitável, portanto, que as ciências sociais passassem a refletir essa nova realidade (...) em torno da explicação da Revolução Industrial e do surgimento da civilização ocidental como um grande processo social criador da *modernidade*. (...) Surge assim uma vasta literatura científica dedicada à análise desses temas sob o título geral de *teoria do desenvolvimento* (DOS SANTOS, 2000: p. 15).

Da mesma forma como Furtado²¹, contraria as idéias de Rostow, as quais foram destacadas como o momento mais radical da teoria do desenvolvimento. Definida por Theotônio como um *barbarismo histórico*, tal teoria prevalece “na cabeça dos cientistas sociais contemporâneos (...) apesar de seu primarismo (*Ibid.*, p. 17-8)”. Em seguida, parece defender o socialismo como forma de desenvolvimento, ao mencionar o estudo de Baran (1958)²² que, segundo Dos Santos, demonstrou que a gestão socialista do excedente econômico garantiu melhor distribuição de renda e um crescimento mais rápido e equilibrado.

Ao concluir seu pensamento sobre a teoria do desenvolvimento, Dos Santos avalia que sua principal característica era o reconhecimento do subdesenvolvimento como ausência de desenvolvimento. A superação do *atraso* deveria ser buscada via eliminação de obstáculos à modernização. Para o autor, contudo, era necessário buscar novos rumos teóricos, conforme fica evidenciado na passagem a seguir:

No início da década de 1960 essas teorias [desenvolvimentistas] perdem sua relevância e força em razão da incapacidade do capitalismo de reproduzir experiências bem sucedidas de desenvolvimento em suas ex-colônias, que, em sua maioria, iniciavam o processo de sua independência a partir da Segunda Guerra Mundial. Mesmo países que apresentavam taxas de crescimento econômico bastante elevadas, como os latino-americanos, cuja independência política havia sido alcançada no princípio do século XIX, estavam limitados pela profundidade de sua dependência econômica e política à economia internacional. Seu crescimento econômico parecia destinado a acumular miséria, analfabetismo e uma distribuição de renda desastrosa. Era necessário buscar novos rumos teóricos. (...) A teoria da dependência, que surgiu na América Latina na década de 1960, tentava explicar as novas características do desenvolvimento socioeconômico da região, iniciado de fato em 1930-45 (*Ibid.*, p. 21-5).

Diferentemente da teoria do desenvolvimento e do subdesenvolvimento, a teoria da dependência, segundo o autor, buscou compreender as restrições de um

²¹ Mais detalhes no capítulo referente à análise do pensamento de Furtado

²² O autor não inclui o nome completo do estudo no texto, nem o incluiu na bibliografia. Este é o motivo da omissão de tal apontamento em nosso trabalho.

desenvolvimento baseado, formado e alicerçado na hegemonia de grandes grupos e forças imperialistas. Dos Santos, apoiado na obra de Blomström e Hettne (1990) resume dois antecedentes imediatos para o enfoque da dependência:

Criação de tradição crítica ao eurocentrismo implícito na teoria do desenvolvimento. Devem-se incluir neste caso as críticas nacionalistas ao imperialismo euro-norte-americano e a crítica à economia neoclássica de Raúl Prebisch e da CEPAL.

(...) O debate latino-americano sobre o subdesenvolvimento, que tem como primeiro antecedente o debate entre o marxismo clássico e o neomarxismo, no qual se ressaltam as figuras de Paul Baran e Paul Sweezy (DOS SANTOS, 2000: p. 26-8).

Continua apontando quatro idéias centrais da escola dependentista:

O subdesenvolvimento está conectado de maneira estreita com a expansão dos países industrializados; (...) o desenvolvimento e o subdesenvolvimento são aspectos diferentes do mesmo processo universal; (...) o subdesenvolvimento não pode ser considerado como a condição primeira para um processo evolucionista; (...) a dependência não é só um fenômeno externo mas ela se manifesta também sob diferentes formas na estrutura interna (social, ideológica e política) (*Ibid.*, p. 27).

E distingue quatro correntes na escola da dependência (*Idem*):

A crítica ou autocrítica estruturalista dos cientistas sociais ligados à CEPAL que descobrem os limites de um projeto de desenvolvimento nacional autônomo. Neste grupo eles colocam inquestionavelmente Oswaldo Sunkel e uma grande parte dos trabalhos maduros de Celso Furtado e inclusive a obra final de Raúl Prebisch reunida em seu livro *O capitalismo periférico*²³. Fernando Henrique Cardoso às vezes aparece como membro desta corrente e outras vezes se identifica com a seguinte (tese que os membros desta corrente rechaçam e com boa razão.

(...) A corrente neomarxista que se baseia fundamentalmente nos trabalhos de Theotônio dos Santos, Rui Mauro Marini e Vânia

²³ Prebisch, Raúl. Capitalismo periférico, crisis y transformación, Fondo de Cultura Económica, México, 1981

Bambirra, assim como os demais pesquisadores do CESO. André Gunder Frank aparece às vezes como membro do mesmo grupo, mas sua clara posição de negar seu vínculo teórico estreito com o marxismo e sua proposição de um esquema de expropriação internacional mais ou menos estático o separam do enfoque dialético dos outros neomarxistas.

(...) Cardoso e Faletto se colocariam numa corrente marxista mais ortodoxa pela sua aceitação do papel positivo do desenvolvimento capitalista e da impossibilidade ou da não necessidade do socialismo para alcançar o desenvolvimento.

(...) Nesse caso, [André Gunder] Frank representaria a cristalização da teoria de dependência fora das tradições marxista ortodoxa ou neomarxista.

André Gunder Frank (1991) analisou cinco obras dentre as mais citadas no debate da teoria da dependência: (i) *Development Theory and the Three Worlds*, de Hettne (1990); *Economic Theories of development*, de Hunt (1989); *Latin American Theories of Development and Underdevelopment*, de Kay (1989); *Theories of Development*, de Larrain (1989) e; *Democracy and Development in Latin America*, de Lehman (1990)²⁴. Constatou que estes autores distinguiram quatro correntes da teoria da dependência (reformistas, não marxistas, marxistas e neomarxistas), além das teorias de modernização e do estruturalismo. Enquadraram os principais autores dependentistas dentre as correntes identificadas. Dos Santos então tratou de organizar as principais idéias advindas desta análise de André Gunder Frank, expressas no quadro a seguir.

²⁴ O quadro I mostra uma seleção desta análise. Lehman (1990) não é considerado devido ao fato de não ter analisado os autores mais relevantes para o nosso estudo (Prebisch, Furtado, Tavares, Cardoso e Faletto, Gunder Frank, Marini e Dos Santos).

Quadro I: Escolas da teoria do desenvolvimento na América Latina - - autores selecionados

	Prebisch	Furtado	Tavares	Cardoso e Faletto	Gunder Frank	Marini	Dos Santos
Hettne	Estruturalista	Estruturalista	-	-	Neo marxista	Neo marxista	Neo marxista
Hunt	-	Estruturalista	-	Estruturalista	-	-	-
Kay	Estruturalista	Estruturalista	Estruturalista	Estruturalista & reformista	Marxista	Marxista	Marxista
Larrain	Estruturalista & modernizante	Estruturalista	-	Não marxista	Não Marxista	Não marxista	Não marxista

Fonte: Dos Santos, 2000: p. 29: Quadro I *apud* Frank (1991)

Uma das críticas de Frank explicada por Dos Santos foi ao conceito de feudalismo de Bagú, Vitale e Caio Prado Jr. Dos Santos concorda com a essência da crítica, explicando que a “América Latina surgiu como uma economia mercantil, voltada para o comércio mundial, e não pode ser, de forma alguma, identificada com o modo de produção feudal” (DOS SANTOS, 2000: p. 31). O autor nos diz que um dos erros de André Gunder Frank foi o de subestimar o obstáculo representado pela hegemonia do latifúndio e existência das relações servis capazes de conduzir a uma luta revolucionária. Ainda sob a perspectiva de Dos Santos, Frank negou haver um caráter nacional das burguesias latino-americanas, pois estavam ligados aos interesses do capital imperialista.

Na seqüência de sua explanação, Dos Santos apresenta sua crítica às visões simplistas de Simonsen e Lodi, que tentaram mostrar (ao contrário do que dizia Frank) que o empresariado possuía visão nacionalista em seu projeto de desenvolvimento, através de entidades de classe, como por exemplo, a Federação Nacional da Indústria. A crítica de Dos Santos abre espaço para mais uma semelhança à visão furtadiana. Coloca o papel das multinacionais no centro da explicação do caráter dependente do capitalismo latino-americano.

Eu procurava mostrar os limites estruturais deste projeto diante de uma expansão das empresas multinacionais para o setor industrial. Elas tinham vantagens tecnológicas definitivas e só poderiam ser detidas em sua expansão por Estados nacionais muito fortes que necessitavam de um amplo apoio na população operária e na classe média, sobretudo entre os estudantes, que aspiravam ao desenvolvimento econômico como única possibilidade de incorporá-los ao mercado de trabalho (*Ibid.*, p. 33).

Dos Santos admite, contudo, certo caráter nacionalista no debate de meados de 1950 e 1960, oriundo do enorme crescimento industrial apresentado. Idéias como reforma agrária, fortalecimento do mercado interno, etc. ganharam espaço. Nesse momento, foi o golpe de 1964 no Brasil que fechou a porta a este avanço e florescimento das idéias e colocou o país no caminho do desenvolvimento apoiado no capital estrangeiro e no alinhamento estratégico com detentores do poder mundial.

Segundo esse autor, a política de ajuste dos 1980, via estratégia submissa aos credores e ao FMI, apenas confirmou o caráter dependente das economias latino-americanas. Mais uma vez, cita uma tendência apresentada pela teoria da dependência que está também contida no arcabouço teórico de Furtado: a da exclusão social, resultado do aumento da concentração econômica e desigualdade social. “dependente, concentrador e excludente. Estas eram as características básicas do desenvolvimento dependente associado ao capital internacional, destacadas pela teoria” (*Ibid.*, p. 37).

Dos Santos aproveita para explicar o porquê do erro dos teóricos não dependentistas ao decretarem o fracasso da teoria da dependência a partir da observação do desempenho das economias do sudeste asiático. O autor defende sua posição de dependentista, apontando as especificidades das economias desta região: (i) não contraíram enorme dívida externa, na década de 1970; (ii) passaram por reformas agrárias radicais nas décadas de 1940-50; (iii) adotaram a política de exportação das indústrias de tecnologia em processo de obsolescência para os países vizinhos; (iv) praticaram uma forte intervenção estatal e protecionismo, o que permitiu o desenvolvimento de base tecnológica própria. Com esta argumentação, o autor tentou mostrar a atualidade da

teoria da dependência.

Em determinado momento, Dos Santos menciona a influência, ou mesmo a visão de Prebisch que antecipou este enfoque global centro e periferia que, como a teoria da dependência veio a fazer, pretendia compreender a formação e evolução do capitalismo como economia mundial. Diz que Prebisch, na década de 1970, aperfeiçoou esta tese, sob a influência da teoria da dependência: “a teoria da dependência buscou refinar esse esquema ao rever a teoria do imperialismo desde sua formação (*Ibid.*, p. 55).

Para Dos Santos, o pensamento da CEPAL, surgido nas décadas de 1940-50, buscou fornecer fundamentação e análise econômica empírica, além do apoio institucional, na busca por bases autônomas de desenvolvimento. Afirma que:

Para suas lideranças mais modernas, a industrialização era a chave do desenvolvimento. O atraso, o arcaico, a barbárie era, resultado da especialização dessas economias, voltadas para a exportação de produtos primários. (...) Consolida-se, assim, a noção de subdesenvolvimento como uma situação econômica, social, política e cultural na qual se misturam, de forma negativa, o *enclave*, a monocultura, a questão racial, o colonialismo interno, o chamado *dualismo* econômico. Esses diversos elementos atuam uns sobre os outros e configuram uma situação de atraso ou subdesenvolvimento, um círculo vicioso, que era necessário romper para conseguir avançar rumo ao desenvolvimento (*Ibid.*, p. 74-5)

Mais adiante o autor diz que este conjunto de transformações associadas à industrialização recebia o título de revolução burguesa, cuja ausência funcionava como uma explicação para o atraso da região. Diz também que esta revolução burguesa, referindo-se ao pensamento cepalino, estava relacionada à questão agrária, na luta contra os latifúndios, responsáveis pela desigualdade e entraves à criação de mercado interno. Desta forma, defendiam a reforma agrária como solução política, econômica e social. O autor cita a Revolução Mexicana (1910) como um precedente histórico que teve grande influência sobre o continente.

Contudo, Dos Santos, apesar de parecer ter defendido que o enfoque da revolução

burguesa é cepalino, nos diz que o enfoque industrialista prebischiano – que critica o papel do setor exportador como principal obstáculo ao *desenvolvimento econômico* – substituía em grande parte este mesmo conceito: o da revolução burguesa.

Em seguida, o autor parece indicar uma das suas insatisfações quanto à CEPAL. Esta diz respeito ao fato de que a CEPAL, ao mesmo tempo em que propunha políticas e assessorava os governos visando a superação dos obstáculos do desenvolvimento, preservava as estruturas do poder existentes. Mostrava através desta crítica que uma das diferenças entre o seu pensamento e o cepalino era o de que deveria haver uma revolução nas estruturas de poder existentes.

Dos Santos atribuía à posição da CEPAL o fato de que o desenvolvimento industrial da região, por meio do processo de substituição de importações, tornava-se dependente do setor exportador. Ao citar a idéia desenvolvida por Furtado, de defesa da renda via política de financiamento dos estoques do café, argumenta que o resultado foi um protecionismo, decorrente da crise mundial, substituidor de importações orientado para a viabilização da indústria nacional.

Também para Dos Santos, o processo de ISI surgiu como resultado de estrangulamentos gerados por crises mundiais. Ao discorrer sobre estes estudos cepalinos, Dos Santos enaltece o ponto de que o processo de ISI passou a depender enormemente, principalmente na fase da indústria de bens de capital, de receitas exportadoras. Para o autor tais receitas eram *radicalmente expropriadas* dos exportadores para aplicação pelo Estado, na indústria:

Este é o caso típico do Brasil, onde a estatização do comércio exterior se afirmou definitivamente na década de 1930, apossando-se o estado das divisas obtidas com as exportações e pagando aos exportadores em moeda nacional (*Ibid.*, p. 83).

Segundo Dos Santos, tal política gerou a reação dos latifundiários e do comércio exportador. A articulação entre setor exportador e indústria configurou uma aliança política visando a sobrevivência do latifúndio apoiada na burguesia industrial, ficando esta impedida de confrontar oligarquias tradicionais e de gerar mercado interno, via

distribuição de renda no campo. Não puderam vender seus produtos para a massa camponesa, o que teria aumentado a capacidade produtiva via aumento de demanda interna. Está aí colocada uma forte crítica à CEPAL:

Esta limitação estrutural se reflete claramente no pensamento da CEPAL. Representando em grande parte esta burguesia industrial, a CEPAL procurou saídas que não afetassem a questão agrária e que permitissem expropriar recursos do latifúndio com mecanismos de intervenção estatal, sem chegar ao enfrentamento (*Idem*).

Dentre estes mecanismos, o autor cita a inflação – favorecendo a indústria via alteração de preços relativos -, a política cambial (que nacionalizava divisas) e a intervenção direta estatal na economia rural (via subsídios à produção exportadora). Uma outra crítica que Dos Santos faz à esta burguesia industrial, e indiretamente à CEPAL, é a de adotarem postura conciliadora com o capital externo. O capital internacional aparecia como um aliado “da estrutura latifundiária ou mineira exportadora, da economia monocultora, do latifúndio que mantinha relações de trabalho semi-servis que se caracterizavam, em geral, como *pré-capitalistas*.” (*Ibid.*, p. 84)

Ao final de sua exposição sobre o pensamento cepalino e processo de ISI, Dos Santos reconhece que esta escola produziu um debate mais consistente de desenvolvimento e subdesenvolvimento, que fugia da dicotomia progresso-atraso:

A temática do desenvolvimento tal como se apresenta nas décadas de 1950-60, sob a influência do pensamento cepalino, se aparta do debate entre civilização e barbárie, entre moderno e arcaico, entre progresso e atraso para produzir um debate mais consistente em termos de desenvolvimento e subdesenvolvimento, entre uma estrutura industrial moderna, com todas as suas conseqüências sociais e políticas, em oposição a uma estrutura exportadora agrária ou mineira, que deveria ser progressivamente substituída (*Ibid.*, p. 86).

Em seguida, analisa o fato de que no plano da esquerda, principalmente no Partido Comunista, a questão do debate progresso-atraso deveria ser substituída pela revolução democrático-burguesa, fosse ela dirigida pela burguesia nacional ou pelo movimento

camponês revolucionário. Tal revolução deveria “conter o papel do imperialismo como força sustentadora dos setores exportadores oligárquicos e anti-industrialistas” (*Ibid.*, p. 89). Quanto ao imperialismo na forma de capital internacional investido no setor industrial, tendia-se a uma aceitação, com controle sobre os lucros, incentivando assim a industrialização da região.

Dos Santos diz que o enfoque *histórico-crítico* se desenvolveu pela teoria da dependência em seus trabalhos e nos do grupo CESO. O ápice desta teoria foi Marini, com a visão do subimperialismo, que dizia que a forma como eram implantadas as indústrias na região incitava o surgimento do capital financeiro, que aspirava à extração de excedentes fora de suas fronteiras e uma aliança com o capital internacional. Dos Santos afirma que buscou mostrar a necessidade de uma nova política para o capital internacional. Sobre esta questão crucial, nas diferenças entre Furtado e a teoria da dependência, Dos Santos disse:

Este vinha substituir o capital nacional no processo de industrialização, trazendo tecnologias, financiamento e padrões de competitividade de economias que já tinham produtos tecnologicamente maduros. Era inevitável, portanto, que o capital internacional submetesse o nacional à sua dinâmica, o que refletia a força emergente de uma economia mundial baseada em um novo tipo de empresa multinacional. Devo lembrar que fui o primeiro a analisar a expansão da empresa multinacional na América Latina, sobretudo em meu livro *O novo caráter da dependência (CESO, 1967*²⁵). (*Ibid.*, p. 92: grifos do autor)

Portanto, colocam-se em dois aspectos as diferenças entre tais escolas: revolução democrático-burguesa e nova dependência (multinacionais). Neste contexto, Dos Santos argumenta que estes novos estudos visavam enquadrar a América Latina no contexto mundial, como uma *modalidade específica* da expansão capitalista. As especificidades de cada país redefiniriam tal *modalidade específica*. Os países que tentaram fugir deste contexto foram destruídos. Após a Segunda Guerra, os países periféricos passaram por uma reestruturação da economia mundial, sob à égide da economia hegemônica norte-

²⁵ O autor não incluiu a referência completa a esta obra em sua bibliografia. Este é o motivo da omissão em nossa bibliografia.

americana: difusão de tecnologias de produção massiva, substituição de um parque industrial envelhecido e benefício pela criação de novas indústrias de bens duráveis. Estas eram as características da reestruturação mundial e o papel que à periferia se atribuiu neste contexto.

A partir da década de 1950-60, surge a utilização massiva de capital internacional, criando “uma nova realidade para o pensamento ideológico da região e gerando um realinhamento de forças que foi se produzindo num amplo processo de lutas na década de 1950” (*Ibid.*, p. 94-5). Tal revolução sofreu oposição forte dos governos norte-americanos quando na tentativa de reforma agrária e luta contra o capital internacional.

Para Dos Santos, o final da década de 1950 marca a consolidação da visão, nos Estados Unidos, da necessidade de uma elite militar para comandar o processo de desenvolvimento nos países da América Latina. “O golpe de Estado [1964] foi o momento fundador deste novo modelo” (*Ibid.*, p. 95). Com ele, vieram o abandono de um projeto nacional em detrimento à aliança da burguesia com o capital multinacional. Isto consagrou, na visão do autor, o desenvolvimento industrial dependente. Tratava-se de uma nova modalidade de fascismo, do capital monopólico, baseado no terror, segundo o autor.

A partir de então, por meio de golpes militares sucessivos, submeteram-se as burguesias locais à condição de sócios menores do capital internacional, o que as levou a abandonar suas perspectivas de independência nacional e pretensões de desenvolvimento tecnológico próprio (*Idem*).

A ofensiva do terceiro mundo, que fazia parte de uma nova ordem econômica mundial, teria sido inspirada por Raúl Prebisch, segundo Dos Santos. Deu-se, por exemplo, através da criação da UNCTAD, que objetivava articular reivindicações econômicas para o terceiro mundo. Também pela nacionalização do petróleo da Venezuela e aprovação da SELA, por Luis Echeverría (1970-1976) do México. A isso se aliava o avanço dos países socialistas.

As décadas de 1970 a 1990 foram a de tentativa de bloqueio desta ofensiva por parte

dos Estados Unidos, principalmente, mas também da Inglaterra, de alguns países da Europa e do Japão. O Consenso de Washington representa um bom exemplo de tal estratégia. Para Dos Santos, neste contexto, a teoria da dependência foi atacada pela direita e esquerda. Da esquerda, a crítica era de que tal teoria representava uma evolução no pensamento da CEPAL. Não debatiam, ou ao menos não localizavam no centro do debate, questões como o modo de produção vigente e as relações de classe social. Da direita, as críticas eram fundadas na ofensiva Reagan-Thatcher, apresentadas como criadoras de uma nova modalidade de economia mundial.

Para Dos Santos, as críticas da ultra-esquerda nada tinham a oferecer. Eram inspiradas na revolução cultural chinesa, por uma idéia de Revolução Agrária. Quanto à reação conservadora, dizia que estavam em plena crise,

Não só pelas dificuldades econômicas para a viabilização desse modelo trazidas pela recessão mas também pelo desgaste da ideologia neoliberal e sua substituição, no pensamento conservador, por tendências neofascistas que estão ganhando corpo no mundo na década de 1990, enquanto de outro lado, as alas mais dinâmicas do capital necessitam de ampliação de mercados para viabilizar um novo período de expansão capitalista (*Ibid.*, p. 102).

Na década de 1980, Dos Santos menciona o fato de uma corrente da teoria da dependência ter defendido a tese de viabilidade de um processo de democratização no interior de um capitalismo dependente. Não o enfrentava. Limitava seus objetivos aos objetivos liberais, “ao processo de destruição e desestabilização dos ditadores, para construir regimes democráticos” (*Ibid.*, p. 103). Cardoso era a maior expressão de tal corrente. Para Dos Santos:

O que nos [Marini, Bamberger e Dos Santos] separava da outra corrente neoconservadora não era a constatação das possibilidades de avanço democrático mas sim contestávamos a tese de que essas são compatíveis com a sobrevivência de um capitalismo dependente (*Ibid.*, p. 104).

Ou seja, não era possível democracia dentro de um capitalismo dependente. Um outro aspecto importante na evolução da teoria da dependência mencionado por Marini é a

preocupação da análise com relação ao sistema internacional. Diz que tal pensamento influenciou Prebisch e a CEPAL no final da década de 1970.

Voltando ao aspecto do capital internacional, Dos Santos diz que foi na década de 1980 que a tese de que o capital internacional tratava de expropriação dos excedentes das regiões dependentes se mostrava evidente, ao estrangular-se os países e suas economias para pagamento do endividamento externo. Esta apropriação obrigava os países a distribuírem negativamente a renda, rebaixarem salários e sua participação no total da renda nacional. O efeito destes pagamentos foi o repasse de recursos ao sistema econômico mundial e a internalização da dívida.

Os remanejamentos e reestruturações permanentes dessas economias para atender às demandas e exigências do sistema econômico mundial continuam a ser a essência de sua história. Os regimes ditatoriais foram impostos à região para aprofundar essa dependência. Eles criaram grandes massas de marginais e o crescente subaproveitamento da mão-de-obra da região, o que vem dificultando a ação política das forças que se opõem a esse sistema econômico. Mas isso também debilita a capacidade da região em servir ao sistema econômico mundial (*Ibid.*, p. 110-1).

A recuperação econômica mundial, contudo, segundo o autor, gerou uma rearticulação das forças interessadas em resolver grandes questões, como fome, miséria e analfabetismo. Desta forma, a realização de tais tarefas está intimamente conectada ao abandono do discurso *espontaneísta neoliberal*. Um dos grandes aspectos citados por Dos Santos que seria responsável pelo desempenho de um papel significativo nesta reconstrução pelos países do terceiro mundo é o da questão energética como fonte de riqueza. Para isso, seria necessária uma profunda reforma orientada no sentido de desenvolvimento científico-tecnológico.

Para o autor, os novos fundamentos da nova reconstrução tem caráter mais coletivista. Haveria uma nova relação entre indivíduo e sociedade, estabelecida por esta nova modalidade de civilização. Tal sociedade, que emergiria no século XXI, deveria respeitar a diversidade dos indivíduos.

Trata-se, enfim, da necessidade de superação do quadro econômico, social, político e cultural criado pela civilização liberal burguesa, que se confundiu historicamente com a hegemonia mundial da Europa, e posteriormente dos Estados Unidos. (...) Não devemos caminhar para um choque de civilizações e sim para um generoso encontro de civilizações (*Ibid.*, p. 113-4).

Em sua próxima análise, Dos Santos busca estudar os fundamentos teóricos do governo FHC. Diz que FHC lançou na época da candidatura às eleições do primeiro mandato, dois livros com seus escritos teóricos sobre as duas últimas décadas, para se defender da crítica de que renegava o que havia escrito. Para Dos Santos:

Ao relermos os trabalhos reunidos nestas coletâneas, publicados em geral nas décadas de 1960-80, confirmou-se nossa convicção de que sua posição política atual não se caracterizava pela incoerência. Ela reflete claramente uma evolução (positiva ou negativa?) de suas concepções sociológicas e políticas (*Ibid.*, p. 121).

Theotônio menciona que tais escritos buscaram gerar polêmica com Marini, com o próprio Theotônio e com seus grupos de trabalhos de cientistas sociais do CESO. Diz que FHC, erroneamente, deu mérito total, ou mesmo exclusividade total à si próprio na criação da teoria da dependência, o que Dos Santos rebate fortemente. Os próximos parágrafos são dedicados à explicação do seguimento dado por Dos Santos à polemica levantada por FHC, “que representa, no plano das idéias, o embate real, no plano político, sobre os destinos do Brasil e dos países dependentes” (*Ibid.*, p. 122).

Primeiramente, Dos Santos comenta que FHC nunca publicou a resposta de Marini às suas críticas, quando no CEBRAP. Diz que o esforço intelectual realizado na elaboração da teoria da dependência somente foi possível a partir dos antecedentes teóricos tão bem sintetizados pela CEPAL. Dos Santos, contudo, enfatiza sua crítica à visão cepalina. Não há melhor maneira de sintetizá-la a não ser reproduzindo as palavras do autor:

Ocorre, contudo, que os desenvolvimentistas haviam confiado demais no papel da industrialização para garantir a

modernização econômica e a criação de centros nacionais de decisão econômica ou de acumulação capitalista. Eles haviam também identificado a industrialização com a criação de condições democráticas, por intermédio da distribuição de renda e outras características consideradas intrínsecas ao capitalismo industrial. Isso era natural numa época em que alguns autores falavam de uma civilização industrial, identificando o funcionamento do capitalismo nos países centrais da economia mundial com sua base material: a indústria moderna (*Ibid.*, p. 127).

Em seguida, Dos Santos reafirma uma das principais diferenças / contribuições trazidas pela teoria da dependência; mostrar que tal industrialização, como a defendida pelos cepalinos, não trazia autonomia de decisão, pois era comandada pelo investimento externo, arraigado em multinacionais, com centro de poder permanecendo nas economias centrais. Diz que não trazia distribuição de renda, pois se dava em um período em que predominava o capitalismo oligopólico e financeiro, tendencioso à concentração de riqueza. A orientação tecnológica, que demandava mão de obra qualificada e gerencial, menosprezava os assalariados sem qualificação, o que contribuía para aprofundar a distancia existente entre as extremidades da pirâmide.

Tal tecnologia, ademais, não criava emprego suficiente para incorporar trabalhadores liberados do campo e das atividades de auto consumo. Seu efeito: marginalização urbana e desagregação social. Dos Santos diz tudo isso para levantar o ponto de que FHC participou de todas estas descobertas que os obrigavam a alterar o centro de suas análises – da economia pré-capitalista como obstáculo ao desenvolvimento às contradições inerentes ao capitalismo dependente.

Dentre os pontos centrais dos combates intelectuais surgidos na época, são destacados por Dos Santos os que seguem:

- a) A negação do caráter feudal da colonização latino-americana
- b) A impossibilidade de analisar o imperialismo como fenômeno externo que se opunha às realidades locais dos países latino-americanos – o conceito de dependência.

Para Dos Santos, tais premissas metodológicas permitiam, por exemplo:

Que se enfrentasse com maior rigor a questão da revolução democrática burguesa e da burguesia nacional. Podia-se concluir claramente pela incapacidade histórica dessa burguesia de sustentar um programa econômico de independência e autonomia que lhe garantisse o controle sobre o excedente econômico gerado na região. Era claro que o maior ou menor controle sobre os meios de produção internos permitiram um maior ou menos desenvolvimento, mas parecia evidente que havia uma continuidade entre os interesses capitalistas locais, regionais, nacionais e internacionais que leva às lutas pelo controle dos excedentes gerados e apropriados em cada nível (*Ibid.*, p.129).

Segundo Dos Santos, para Fernando Henrique, nenhuma das características apontadas por antecedentes teóricos para as economias latino-americanas – superexploração, perda de termos de intercâmbio, remessa de excedentes das regiões dependentes às dominantes, distribuição regressiva da renda, marginalidade – seriam tendências irreversíveis e componentes intrínsecos da situação de dependência.

Dos Santos expressa concordância com FHC no que se relaciona ao fato de que pode haver maior ou menor taxa de desemprego e subemprego nas economias, pois há momentos cíclicos de recrudescimento e descenso em tais economias. Contudo, ressalta sua discordância com FHC: a questão fundamental é o peso estrutural deste subemprego e desemprego, que tendem a ser maiores nos países dependentes do que nos desenvolvidos, independente de suas variações. A massa de subempregados afeta o poder de barganha de todos os assalariados – inclusive o qualificado – que aceitam, em países da América Latina, salários inferiores ao padrão internacional, com medo de recuar à situação de miséria observada ao seu redor.

Dos Santos conclui que:

- a) O desenvolvimento do capitalismo dependente não assegura maior absorção de mão de obra que no passado
- b) A solução para os países dependentes está orientada no sentido de deixar de ser dependente e passar a investir na criação de tecnologia de ponta, em alto grau de educação.

Os limites para o desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo dependente, tal como para Furtado, não são econômicos, na visão de Dos Santos. São políticos.

Em 1964, no Brasil, se o enfrentamento entre os setores nacional-democráticos e os setores liberais tivesse se mantido somente no plano interno, o golpe de Estado de 1964 fracassaria claramente, como fracassaram todas as tentativas anteriores ao golpe. Dois fatores desestabilizariam a correlação de forças: a ação conspiratória do grande capital internacional investido no Brasil, que formou o IPES, e a ameaça direta de invasão de tropas norte-americanas, hoje plenamente reconhecida com a abertura dos papéis Lyndon Johnson (*Ibid.*, p. 137).

Dos Santos continua sua explanação listando alguns pontos levantados por FHC que fundamentam a atuação política deste nos dias atuais [2000]. São estes pontos que diferem Dos Santos e FHC na questão acima levantada. Segundo Dos Santos visou mostrar a possibilidade:

(...) de amenizar os efeitos desestruturadores das contradições criadas pela dependência da economia mundial, pela concentração da renda e poder e pela marginalização social, por intermédio de políticas sociais e certo grau de absorção de mão de obra nas fases de crescimento.

(...) de que a acumulação capitalista dependente não seja necessariamente mais contraditória que a dos países capitalistas centrais e nada obriga a que continue a se basear na superexploração do trabalho, como propõe Ruy Mauro Marini em seu *Dialética da dependência*;

(...) de conciliar o desenvolvimento capitalista dependente ou associado, como ele prefere, a regimes políticos liberais e democráticos;

(...) de que regimes *autoritários-burocráticos* instituídos na América Latina no período de 1960-80 não tenham sido formas de fascismo, Eles podiam – e de fato foram – ser substituídos sem violência por regimes democráticos viáveis e passíveis de consolidação histórica. De fato, segundo essa tese, os inimigos do desenvolvimento são o populismo e o corporativismo, seja do Estado ou das instituições de sociedade civil. Voltamos assim às teses dualistas, pré-teoria da dependência, que colocavam a

questão do subdesenvolvimento como conseqüência do atraso de nossas sociedades tradicionais e não do caráter de nosso desenvolvimento capitalista.

(...) Em conseqüência, a consolidação da democracia no continente não depende de um rompimento da dependência, de uma destruição do poder hegemônico do capital monopolista, nem de uma reforma agrária ou qualquer mudança de formas de propriedade (*Ibid.*, p. 143-3: grifos do autor).

Os seguidores de FHC falam sobre o fim da teoria da dependência. Contudo, Dos Santos, além de apontar diversos livros publicados sobre a teoria da dependência, levanta argumentos para indicar o porquê de ela não ter morrido.

1. Subsistência de um sistema econômico mundial caracterizado pela diferença entre países dominantes (centrais) e dependentes (periféricos).
2. A crise da dívida externa demonstrou nossa debilidade (anos 80) e nossa condição de exportadores de excedentes para os países centrais.

Sobre o segundo ponto, Dos Santos diz que a dívida externa representou uma enorme sangria de nossos recursos e provocou fenômenos econômicos novos na nossa economia durante a década de 1980. Tais fenômenos, segundo o autor, não foram analisados nos livros de FHC nem considerados em sua política econômica.

2.5 Considerações finais

Apresentou-se neste capítulo a visão de três autores selecionados dentro dos pertencentes à corrente da Teoria da Dependência. A primeira visão analisada, de Cardoso e Faletto (1979) dá ênfase à interpretação “não economicista”, ou seja, a uma interpretação sociológica, uma análise integrada que objetivou explicar a transição das sociedades tradicionais para as modernas. Estes autores criticam a análise dicotômica *moderno-tradicional*, argumentando que pode haver uma sociedade moderna, mas com caráter dependente. Da mesma forma que como se verá em Furtado, estão debatendo no mesmo campo que critica as idéias de Rostow. Para Cardoso e Faletto, deve-se observar

as características estruturais de cada país. A diferenciação que os autores fazem de subdesenvolvimento e dependência está relacionada principalmente à visão economicista, criticada por estes autores: a dependência é um fenômeno que está ligado às condições de funcionamento entre o sistema econômico e político, enquanto o subdesenvolvimento, na visão destes autores, passa pela questão que determina o grau de diferenciação entre sistemas produtivos.

Destacou-se de forma mais aprofundada no capítulo a avaliação destes autores sobre a forma de transição das sociedades modernas para as tradicionais pré 1929, pois se avaliou serem estas de grande originalidade dentre as outras obras selecionadas, que partiram fundamentalmente do período de substituição de importações. Nesta análise pré 1929, os autores destacaram duas formas de configuração político-social – domínio por um dos setores comercial-exportador e falta de um setor claramente dominante – e também o grau de diversificação do sistema produtivo (monoprodutor, exportador pouco diversificado e exportador bastante diversificado) de cada país analisado. Destacaram quatro momentos de transição em economias com produção controlada nacionalmente (Argentina, Brasil, Uruguai e Colômbia) bem como três momentos de transição em economias consideradas de enclave (México, Bolívia, Venezuela, Chile, Peru e América Central). Fazem tudo isso para concluir que os tipos de economia (análise economicista) apenas ditam o surgimento e ritmo do mercado interno e que, o mais importante portanto é a forma de dominação estabelecida entre as sociedades. As próximas duas transições avaliadas por Cardoso e Faletto são: (i) para industrialização, que são de três tipos – liberal, nacional populista e de Estado desenvolvimentista e; (ii) rumo à internacionalização do mercado, que denominaram de “o novo caráter da dependência”. Concluem então que, dentro deste novo caráter de dependência, e pelo fato de haverem limites estruturais para a América Latina (setor agrário e condicionantes externos) a única saída para tais países seria a abertura para o capital estrangeiro.

A segunda visão analisada é a de Ruy Mauro Marini, que parte do princípio de que a dependência deve ser estudada o âmbito da relação internacional entre as economias, e de que esta surge a partir da Revolução Industrial e o modo com o qual a América

Latina se insere neste contexto. Aponta também um caráter contraditório da dependência latino-americana: ao ser fornecedora de matéria prima para a metrópole, permite que esta acumule via mais valia relativa ao invés de absoluta (exploração). Mas, ao mesmo tempo, na América Latina, o desenvolvimento da produção é via mais valia absoluta. Marini diz também que as nações desfavorecidas pelas trocas desiguais compensam a perda de renda via maior exploração do trabalhador: (i) aumento da intensidade de trabalho; (ii) prolongação da jornada de trabalho; (iii) redução do consumo do operário. Para ele, a industrialização nesta região nasce para atender a uma demanda já existente, a das altas classes de consumo. Critica a visão dos cepalinos que, para este autor, era a de que a industrialização resolveria todos os problemas existentes nos países deste continente.

A última visão apresentada neste capítulo é a de Theotônio dos Santos, que realiza um balanço e avaliação das perspectivas para a Teoria da Dependência. É também contrário à visão rostowiana de desenvolvimento por etapas, e defende o socialismo como a melhor forma de desenvolvimento para os países da América Latina. Aponta a diferença entre subdesenvolvimento e dependência, dizendo que a Teoria da Dependência busca compreender as restrições de um desenvolvimento baseado na hegemonia de grandes grupos e forças imperialistas. O enfoque de análise de Dos Santos (e também de Marini) é marxista, enquanto os enfoques furtadianos e de Cardoso e Faletto enquadram-se dentro do campo estruturalista de análise. Dos Santos situa as multinacionais no centro da explicação atual do caráter dependente das economias. Lança mão de algumas críticas à CEPAL, dizendo que: (i) preservavam as estruturas de poder existentes quando assessoravam os governos; (ii) procuravam saídas que não afetassem a questão agrária, e que permitissem expropriar recursos do latifúndio com mecanismos de intervenção estatal, sem chegarem ao enfrentamento; (iii) adotavam postura conciliadora com o capital externo; (iv) confiavam cegamente na idéia de que a industrialização por si só acabaria com todos os problemas da região. Para Dos Santos, esta industrialização não trazia autonomia de decisão, pois era comandada pelo investimento externo, e a tecnologia era poupadora de mão de obra. A solução para os problemas da América Latina, na visão deste autor, passavam por dois pontos básicos:

deixar de ser dependente, o que somente poderia ocorrer mediante uma revolução e; criar tecnologia de ponta.

3.0 A INFLEXÃO E REVISÃO DO PENSAMENTO FURTADIANO

3.1 A inflexão furtadiana e um projeto para eliminação da estagnação

É na obra “Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina” (1966) que Celso Furtado apresenta um ponto de inflexão, no sentido de acreditar que a região encontra-se em um momento de estagnação, dizendo que “a fase de desenvolvimento fácil, ao impulso de exportações crescentes de produtos primários, vai-se exaurindo por toda parte” (FURTADO, 1966: p. 21). Na visão do autor, a solução que chamou de socialismo latino-americano, teria de partir de grandes movimentos de massas heterogêneas, baseados em duas idéias-força: afirmação nacionalista e desejo de superação do subdesenvolvimento.

Fala também sobre os obstáculos externos ao desenvolvimento, questionando basicamente qual o poder exercido pelos Estados Unidos no sistema mundial e qual o lugar da América Latina neste contexto. Fala inclusive em revolução latino-americana, ao questionar qual é o grau de compatibilidade desta política americana com a revolução latino-americana. Portanto, percebe-se claramente uma mudança de discurso de Celso Furtado em relação a seus escritos anteriores. Até então, o tom apresentado variava em torno de reformas do sistema vigente. O otimismo reinava e a idéia de grandes possibilidades de desenvolvimento para o Brasil e para a América Latina estava muito presente em seu pensamento. A ditadura parece ter-lhe obrigado a alterar a estrutura de seu discurso.

Quanto à questão da política norte-americana, toca principalmente na idéia de segurança, dizendo que os Estados Unidos tinha “um senso de segurança vis a vis ao mundo exterior, como nenhum outro povo havia experimentado desde a época dos romanos”. (*Ibid.*, p. 23). Sobre o lugar que a América Latina ocupava naquele contexto, explica que a denominada “revolução latino-americana”

Consiste na tomada de consciência [de que o desenvolvimento não poderá ser simples resultante das forças de mercado]. Somente a ação consciente e deliberada dos órgãos centrais de

decisão poderá levar adiante a esse desenvolvimento. [Além disso, consiste em] um esforço, ainda que disperso e descontínuo, visando a criar um sistema de instituições políticas capazes de superintender as mudanças sociais sem as quais o desenvolvimento não será viável (*Ibid.*, p: 40)

Então, mesmo que usasse o termo revolução, algo inédito dentro de sua obra, Furtado o fazia mediante a idéia de que aqueles que visassem o desenvolvimento já estavam neste próprio ato assumindo uma posição revolucionária. Não se tratava da defesa de um sistema socialista, ou ao menos da defesa de revoluções armadas, mas era sim um protesto contra a atitude que se instaurou mediante a ditadura. O sonho do desenvolvimento dentro de um regime democrático parecia se esvaír, se distanciar, e a forma encontrada por Furtado pareceu ser uma mudança de discurso, significando a mesma idéia que anteriormente defendia: um Estado forte, condutor do desenvolvimento e da modernização da nação, mediante a criação e implementação de um projeto nacional. A única grande diferença é que Furtado não mais acreditava que este Estado seria capaz de dar corpo a este desenvolvimento: “as classes dirigentes não compreendem a natureza de um tal problema e se obstinam na manutenção do *status quo*” (*Ibid.*, p. 40).

Ainda dentro da lógica de tentar mostrar qual é o espaço existente para a América Latina na organização mundial sob a égide norte-americana, Furtado chama atenção para o fato de que a região estava fadada a dois caminhos: o de integrar-se à esfera de influência americana ou de se deslocar de tal esfera. O primeiro seria o mais natural, na visão do autor. A partir disso, então, aparecem as empresas transnacionais, que segundo Furtado, tinham papel básico no desenvolvimento dos países subdesenvolvidos latino americanos, e tendiam a relegar o papel do Estado para segundo plano. E novamente demonstrava sua descrença nos dirigentes da nação, ao afirmar que “este *projeto* de desenvolvimento regional, tendente a tornar obsoleta a idéia de nacionalidade como principal força política na América Latina, apresenta-se muito atrativo para importantes setores das classes dirigentes locais” (*Ibid.*, p. 44).

Além dos fatores externos que impedem o desenvolvimento, Furtado, descrente de que o desenvolvimento é possível em um futuro próximo, diz que os principais problemas

internos que impediam o desenvolvimento eram a inflação exacerbada e a queda de renda real. É importante salientar que Furtado escrevia em 1966, ou seja, um ano apenas antes do início do “Milagre Econômico Brasileiro”. Portanto, a avaliação que o autor fez, de que estávamos próximos a um período de estagnação prolongada, foi atropelada pelos fatos subsequentes à sua análise.

Era evidente também a descrença de Furtado quanto à capacidade de o Brasil formular uma política de desenvolvimento, uma vez que não reunia as condições básicas para tal:

Concebida como uma estratégia para modificar uma estrutura econômica e social, a política de desenvolvimento somente pode existir em uma sociedade que haja tomado plena consciência de seus problemas, haja formulado um projeto com respeito ao próprio futuro em termos de desenvolvimento e haja criado um sistema de instituições capaz de operar no sentido da realização deste projeto. Evidentemente, o Brasil está longe de reunir as condições que tornam possível a formulação e execução de uma política de desenvolvimento concebida nesses termos. O crescimento do produto por habitante observado entre 1930 e 1960 constitui caso típico de desenvolvimento por indução indireta de fatores externos, através da substituição de importações. (*Ibid.*, p. 93)

Mas, mesmo assim, Furtado ditava caminhos para o desenvolvimento. Para Furtado, o planejamento e promoção do desenvolvimento que devem vir do Estado seguem dois planos: primeiramente, na criação de condições para o surgimento da ação individual, criativa, apta a praticar e criar o desenvolvimento. Percebe-se com isso, mais uma vez, que Furtado era incondicionalmente a favor da liberdade individual, argumentando ser algo inerente a este, e que de forma alguma deveria ser privada pelo Estado, ao contrário, deveria ser incentivada. O segundo plano de ação do Estado na promoção e planejamento do desenvolvimento deveria vir no sentido de funcionar como o carro chefe em novos investimentos, ou mesmo na alocação dos recursos existentes na economia. Portanto, o Estado, ao contrário de sua atitude perante o indivíduo, deveria atuar de maneira intervencionista, orientando o rumo e volume das aplicações dos recursos do país. Isto não significa de maneira alguma que este Estado seria um centralizador dos meios de produção ou de recursos. Como visto em “Desenvolvimento e Subdesenvolvimento”, os meios de produção, para Celso Furtado, deveriam ser

descentralizados.

Em “Um projeto do Brasil”, Furtado mantinha sua idéia de que a economia encontrava-se em estagnação, e o seu objetivo era o de identificar as causas de tal paralisia. Percebe-se novamente o descontentamento de Furtado com a situação que se apresentava. Este descontentamento não o fez imaginar que anos de crescimento estavam por vir. O ponto de partida do livro “Um projeto para o Brasil” representa de maneira objetiva o que Furtado pensava naquele momento:

A economia brasileira, após dois decênios de rápido crescimento, ao impulso da industrialização substitutiva de importações, quando parecia haver reunido condições para autogerar o seu desenvolvimento, foi afetada por uma paralisia que está transformando o atual decênio em uma das mais prolongadas crises de nossa história moderna (FURTADO, 1968: p. 13)

Apesar de comentar que um dos fatores que baseia sua avaliação é a queda do ritmo de crescimento industrial, Furtado faz questão de frisar que este é apenas um fator secundário que o leva a tal pessimismo. As causas fundamentais deste problema estão do sistema econômico brasileiro, e é este seu foco de análise. E está orientado para a ação, para a prática, quando diz que “somente uma ação global, exercida sobre um conjunto de frentes articuladas, é capaz de [...] assegurar uma reversão das tendências paralisantes assinaladas” (*Ibid.*, p. 14).

São cinco as idéias básicas que Furtado formula como problema estrutural do Brasil, em 1968. A primeira delas reflete uma deformação estrutural que se reflete no perfil da demanda. Esta deformação também tem responsabilidade por problemas na forma como a tecnologia penetra e se difunde na economia. De maneira geral, a preocupação de Furtado era a de que a economia brasileira não estava se beneficiando do “instrumento responsável pela rápida transformação do mundo atual” (*Ibid.*, p. 15), ou seja, da tecnologia moderna. E Furtado via que a tecnologia era aplicada em setores que possuíam concentração de renda. A ação sugerida, portanto, era no sentido de alterar o perfil da demanda global, para romper com o ciclo de concentração de renda.

A segunda idéia no sentido de ação econômica, política e planejamento, é ligada à primeira, no sentido de afirmar que a estrutura agrária causa efeitos sobre o perfil da demanda similares aos acima indicados. Comenta que este setor desperdiça mão de obra e usa de forma ineficiente os recursos e capital disponíveis pela economia. A sugestão de ação segue duas frentes: elevar o nível de vida da terça parte inferior da população, pois Furtado afirma que a miséria dessa camada da população em si faz com que isto represente um obstáculo à elevação da produtividade. A segunda sugestão é a de que se efetue um ataque ao latifúndio “nas frentes pioneiras e nas regiões já beneficiadas pelo moderno sistema de transportes” (*Ibid.*; p. 16)

A terceira idéia é ligada à grande empresa. Furtado argumenta que esta opera em caráter privado mas com funções de direito público, dado o poder que exercem nos setores em que atuam. Através do seu mecanismo de autofinanciamento, as grandes empresas estrangeiras apropriam-se de parcela da riqueza do país, e o problema coloca-se em um duplo sentido: desnacionalização do capital e desarticulação do sistema de decisões. Este argumento evidencia que Furtado possui problemas principalmente com este tipo de capital estrangeiro, ou seja, aquele que é utilizado por empresas estrangeiras que possuem foco apenas na apropriação da riqueza do país em que operam. Como comentado anteriormente, isso não permite que se enquadre Furtado na linha daqueles que defendem a proibição da entrada de capitais estrangeiros. Furtado acredita que este recurso pode ser fundamental, dependendo da forma como se efetiva sua aplicação.

A quarta frente apresentada por Furtado advém da necessidade de se integrar o setor industrial com as correntes de exportação do país. Basicamente, Furtado acreditava que esta medida em si seria condição necessária para uma taxa de crescimento prolongada da economia. A quinta e última frente apresentada pelo autor faz referência ao investimento no fator humano, mais especificamente no que tange a pesquisa científica e tecnológica.

Furtado mostra então sua insatisfação com as forças políticas da época. Diz que as forças que se opõem às mudanças sociais possuem um perfil bastante nítido no país em que realiza sua análise. Reforça a idéia de que, com este tipo de liderança, não se pode

levar adiante o projeto de transformação das estruturas econômicas que, por si mesmas, já representam operação de bastante complexidade. Parece vir daí o grande descontentamento de Furtado. A idéia de que há recursos, há ações práticas a serem tomadas com vistas ao desenvolvimento, mas que nenhum passo pode ser dado enquanto a estrutura política não for mudada. A exposição a seguir traça então o cenário dentro do qual se permitiria efetivamente a realização de um projeto de desenvolvimento. A via crucial, novamente e tão comentada por Furtado, é a do planejamento:

A conciliação de um efetivo planejamento, sem o qual as reformas de estrutura são inalcançáveis, com uma ampla autonomia de decisões no nível da empresa e com autêntico sentido de participação da população no esforço da reconstrução social, é o desafio maior com que se confronta a liderança política. (*Ibid.*; p. 18)

3.2 O desenvolvimento como mito

Em *O mito do desenvolvimento econômico* (1974), Furtado introduz os limites ao desenvolvimento dos países subdesenvolvidos²⁶, através do que denominou como bem diz o título da obra, de *O mito do desenvolvimento econômico*. Partiu da idéia de que seria inviável universalizar o desenvolvimento, ou seja, de que o sistema entraria em colapso caso todos os países atingissem o mesmo padrão de consumo dos países desenvolvidos (FURTADO, 1974: p. 17). Furtado é pessimista, diferentemente de outras passagens e escritos anteriores ao *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina*. Com efeito, indica admitir que os países subdesenvolvidos nunca atingirão o mesmo nível e padrão de consumo dos países desenvolvidos:

A hipótese de generalização, no conjunto do sistema capitalista, das formas de consumo que prevalecem atualmente nos países cêntricos, não tem cabimento dentro das possibilidades evolutivas aparentes desse sistema. E é essa a razão fundamental

²⁶ Esta análise pareceu decorrer do contato do autor com o relatório *The limits of Growth*, publicado em 1972. Ver Furtado, 1974: p. 15 para referência.

pela qual uma ruptura cataclísmica, num horizonte previsível, carece de fundamento. O interesse principal do modelo que leva a essa ruptura cataclísmica está em que ele proporciona uma demonstração cabal de que o estilo de vida criado pelo capitalismo industrial sempre será o privilégio de uma minoria. O custo, em termos de depredação do mundo físico, desse estilo de vida é de tal forma elevado que toda tentativa de generalizá-lo levaria inexoravelmente ao colapso de toda uma civilização, pondo em risco as possibilidades de sobrevivência da espécie humana. Temos assim a prova definitiva de que o desenvolvimento econômico – a idéia de que os povos pobres podem algum dia desfrutar das formas de vida dos atuais povos ricos – é simplesmente irrealizável (*Ibid.*, p. 75).

“É fato conhecido que a economia internacional ligada à especialização geográfica e às vantagens comparativas vem cedendo lugar a outra em que os mercados são substituídos por transações internas às grandes empresas. [Esta questão] é uma transformação estrutural do sistema global no sentido de estreitar as relações de dependência.” (FURTADO, 1985: p. 253). Isto tudo se dá via o controle da difusão das inovações tecnológicas. Continua nos dizendo que “do ponto de vista dos países subdesenvolvidos, este é um dos problemas que não podem ser abordados sem uma colocação de conjunto do fenômeno do desenvolvimento dependente.” (*Ibid.*, p. 255)

Furtado parece ter iniciado efetivamente sua preocupação com o estudo das transnacionais - que conforme indicado em seção anterior, constituem o início da terceira fase do capitalismo industrial -- em meados de 1960. Além disso, preocupa-se com o mercado financeiro e a rápida industrialização de segmentos da periferia do sistema capitalista no quadro de novo sistema de divisão internacional do trabalho (FURTADO, 1974: p. 10).

Diz-nos que a forma assumida pelo capitalismo – maior centralização das decisões no plano nacional – facilitou a concentração do poder econômico e a emergência das grandes empresas, que tenderiam, portanto, a controlar os mercados internacionais, através da cartelização (*Ibid.*, p. 22).

Para o autor, o movimento de capitais e o sistema bancário permitiram sua implantação e ampliação no sistema internacional. Elas se organizam na forma de coordenação

oligopolística e utilizam o mercado internacional como forma de aumentar sua escala. “Só ela [a grande empresa] está em condições de aplicar recursos aplicados simultaneamente em diversos países.” Utilizam-se de sistemas de superfaturamento e subfaturamento, devido à condição oligopolística, e mantém uma relação de poder com os Estados (*Ibid.*, p. 26-36).

Sua definição de grande empresa é a seguinte:

Preferimos designar de *grande empresa* o que correntemente se vem chamando de *corporação multinacional*. Toda grande empresa, na economia capitalista atual, excluídos os serviços públicos, é *internacional* no sentido de que atua simultaneamente em vários países, seja através de subsidiárias comerciais, seja por intermédio de subsidiárias produtoras ou de participação em empresas produtoras. A dimensão impõe a internacionalização, mesmo se a empresa tem seu capital controlado por um Estado Nacional. Por outro lado, uma empresa grande ou média que tenha reduzida atuação internacional, pelo fato de atuar internamente no quadro de oligopólios, necessita seguir o comportamento internacional do conjunto do oligopólio. Em síntese: a diferença entre *nacional* e *internacional* tende a ser secundária, importando fundamentalmente o peso relativo da empresa (*Ibid.*, p. 31).

Mais adiante ainda nesta mesma análise, Furtado nos diz que qualquer tentativa de divisão do espaço delimitado pela economia internacional de mercado encontrará resistência das grandes empresas. Para o autor, qualquer país que queira integrar o centro do sistema capitalista, terá que conviver com as grandes empresas, dirigidas de dentro ou fora de suas fronteiras. A grande empresa incorpora à economia dos países do centro os recursos e mão de obra barata da periferia, o que as permite aumento de capacidade competitiva graças a este tipo de exploração (*Ibid.*, p. 37-49).

É também em *O Mito do Desenvolvimento Econômico* que Furtado dá grande destaque ao papel das transnacionais no quadro de dependência e subdesenvolvimento. Como já mencionado anteriormente, a terceira fase do capitalismo industrial ocorre através da expansão das grandes empresas. O autor sugere que a única forma de o Estado exercer sua autonomia frente à esta propagação é no sentido de defesa dos recursos naturais não

renováveis. Claramente diz-nos que este trabalho não é tarefa fácil, pois exige enorme articulação entre países periféricos. Contudo, demonstra que as grandes empresas adaptam-se a quaisquer situações, pois necessitam destes mercados. Cita como exemplo o caso em que empresas europeias, japonesas e americanas aceitaram as restrições impostas pelo código de investimentos estrangeiros dos países do grupo andino. Importante a consideração de que esta aceitação dá-se apenas quando a restrição é colocada no campo da propriedade dos bens de produção. Caso os países periféricos optassem por cingir métodos produtivos e produtos finais a serem confeccionados por estas grandes empresas, dificilmente obteriam êxito em suas reivindicações. Em síntese: “a grande empresa está disposta a abandonar a propriedade de produção, mas não o controle da tecnologia” (*Ibid.*, p. 68)

Para Furtado, as grandes empresas não são as responsáveis pela criação da dependência, contudo pelo aprofundamento desta. O mimetismo de consumo dos padrões de consumo é o que verdadeiramente importa na criação da dependência, e a transição do subdesenvolvimento para o quadro de desenvolvimento está colada com a quebra da relação de dependência, o que implica a alteração estrutural nos padrões de consumo das sociedades periféricas.

A transição do subdesenvolvimento é dificilmente concebível, no quadro da dependência. [...] O fenômeno da dependência se manifesta inicialmente sob a forma de imposição externa dos padrões de consumo que somente podem ser mantidos mediante a geração de um excedente criado no comércio exterior. É a rápida diversificação desse consumo que transforma a dependência em algo dificilmente reversível. [...] As grandes empresas auxiliam no processo de enraizamento da dependência no âmbito local. Porém, isso não se constitui no resultado necessário na evolução da dependência. Basta que haja uma burguesia pública ou privada no controle do aparelho produtivo incentivando o mimetismo de consumo dos padrões dos países centrais, para que a dependência permaneça. A reprodução dos padrões de consumo do centro gera problemas de escala para as indústrias locais, o que facilita a entrada das grandes empresas internacionais, que olham o problema a partir da perspectiva da escala global, uma vez que atuam em diversos mercados (FURTADO, 1974: p. 87-91).

Para a superação deste quadro estrutural, Furtado põe o Estado em primeiro plano. Defende que enfraquecer a ação deste como centro de decisões independente não significa fortalecer a iniciativa privada, mas abrir mão à formação de um sistema econômico nacional, ou seja, um sistema cuja produção é articulada em função dos interesses da coletividade nacional (FURTADO, 2003: p. 53).

3.3 Considerações finais

Apresentou-se neste capítulo a inflexão furtadiana, no sentido de que o autor mudou o tom de seu discurso que, antes otimista, agora sugeria a idéia de que o país entrava em um momento de estagnação, e por este motivo o “socialismo latino-americano” teria de partir de grandes movimentos das massas heterogêneas, presentes na região. Esta seria a única forma de superação daquela situação. Portanto, de certa maneira, seu discurso estava mais pessimista e mais agressivo. Utilizou, por exemplo, o termo revolução, que sempre evitou, apesar deste termo significar nada mais do que reformas estruturantes. Furtado parecia também descrente de que o Estado brasileiro era capaz de formular uma política de desenvolvimento neste período, pois a sociedade não mais possuía a plena consciência de seus problemas e não mais possuía um projeto para a nação. Mesmo assim, Furtado apontava alguns caminhos para o desenvolvimento. Dizia que o Estado deveria agir em duas direções, uma no sentido de promoção da liberdade individual e a outra no sentido de funcionar com carro chefe nos investimentos.

Em “Um Projeto para o Brasil”, Furtado, ainda que em tom menos otimista em relação à reversão da estagnação, falha de análise esta que futuramente o “Milagre” desvendaria, Furtado apresenta cinco idéias básicas que acreditava consistirem nos principais problemas estruturais do período: (i) deformação estrutural que se refletia no perfil da demanda; (ii) a estrutura agrária também apresentava problema similar; (iii) a grande empresa operava em caráter privado, mas com funções de direito público; (iv) o setor exportador não era integrado ao setor industrial; e (v) forças políticas se opunham às mudanças sociais necessárias ao país.

Mostrou-se também neste capítulo que o tom pessimista não se alterou quando

denominou o desenvolvimento econômico como “Mito”. Defendeu a idéia de que o desenvolvimento não poderia ser propagado à totalidade das nações, como se pregava nos países desenvolvidos. Falou em desenvolvimento dependente, no sentido de que o progresso tecnológico era somente assimilado pelos subdesenvolvidos alguns anos depois de incorporado ao sistema econômico dos países desenvolvidos. Iniciou nesta obra sua preocupação com as grandes empresas, e que estas tenderiam a controlar os mercados internacionais, através da cartelização, e disputa de poder com os Estados. As grandes empresas seriam, na visão de Furtado, responsáveis pelo aprofundamento do quadro de dependência, e não pela sua criação.

CONCLUSÃO

Esta pesquisa objetivou evidenciar os elementos constitutivos da Teoria do Subdesenvolvimento e mostrar como ela foi revista frente ao debate com a Teoria da Dependência e aos acontecimentos políticos e econômicos de meados de 1960 em diante.

Mostrou-se que o período de maturação da teoria do subdesenvolvimento de Celso Furtado, que teve duração de aproximadamente dez anos, foi fundamental para a formação de sua visão acerca do desenvolvimento. Neste período – fins de 1950 e início de 1960 - o país caminhava no sentido da industrialização, com Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, e o Estado era fundamental na condução das políticas industrializantes. Estes elementos funcionaram como pano de fundo para a sua teorização. Foi em *Formação Econômica do Brasil* que Furtado pôde iniciar, tatear as terras inexploradas de uma teoria focada no desenvolvimento econômico. Era preciso entender primeiramente os entraves e tendências estruturais de uma economia como a brasileira para poder dar o próximo passo: o da construção efetiva de uma teoria do subdesenvolvimento.

Em *Formação Econômica do Brasil*, um dos elementos estruturais, característicos da economia brasileira, apontados por Furtado foi a idéia de que esta era dependente da demanda externa para se desenvolver. As economias açucareira, mineira e cafeeira, apesar de possuírem características muito distintas umas das outras, apresentavam este traço em comum: uma queda na demanda externa resultava em prostração da economia em questão, guardadas as devidas proporções em relação à magnitude de tais arrefecimentos e atrofiamentos. Três outras características estruturais da economia brasileira foram também identificadas por Furtado: o dualismo estrutural, a concentração de renda e a tendência ao desequilíbrio no Balanço de Pagamentos. Estas observações furtadianas, feitas com base na história econômica da nação, apresentam-se significativamente atuais.

Furtado, na época de elaboração de sua teoria, permanecia sempre com um tom otimista em relação às possibilidades de desenvolvimento dos países subdesenvolvidos.

Portanto, era natural que este autor apresentasse alguns elementos que poderiam tirar tais economias da condição em que foram colocadas após a Revolução Industrial. Furtado apresentou, naquele momento, a tecnologia, a indústria e o mercado interno como principais fatores necessários ao desenvolvimento. Vê-se que a tecnologia, presente desde o início de sua obra, foi considerada como condição *sine qua non* para o desenvolvimento. E esta condição permeia todos os momentos de suas avaliações.

Para a construção de sua teoria do subdesenvolvimento foi também importante a avaliação de idéias oriundas de correntes distintas da teoria econômica. As falhas apontadas em Ricardo, Smith, Marx, nos neoclássicos, em Keynes, em Schumpeter, nos modelos Harrod & Domar, nas teorias de comércio internacional e em Rostow, permitiram que Furtado aprofundasse a compreensão de que cada economia possui características específicas, e assim devem ser estudadas, sobre o papel da história no estudo do desenvolvimento, sobre a importância da tecnologia e do planejamento no longo prazo, dentre outros aspectos por ele considerados importantes.

A idéia e teoria do subdesenvolvimento em Furtado, portanto, parte do princípio de que o subdesenvolvimento é um problema de estrutura social, que ultrapassa os limites do campo econômico. E, para ele, este fenômeno não constitui uma etapa necessária do processo de formação das economias modernas. É um processo histórico e particular resultante da penetração de empresas capitalistas em estruturas arcaicas, advento oriundo da expansão da Revolução Industrial. A partir daí, dois tipos de estruturas são formadas: a simples - economia de subsistência juntamente com empresas estrangeiras focadas na exportação - e a complexa, que se diferencia do caso simples por possuir um outro setor, que pode ser por exemplo a indústria. Ambas estas estruturas, contudo, possuem características similares, que Furtado denominou como o esquema do subdesenvolvimento, no qual as economias possuem um setor avançado e um atrasado em sua cadeia econômica. A superação do subdesenvolvimento ocorre quando o setor avançado aumenta sua proporção no produto global sem que diminua a quantidade de mão de obra empregada neste setor.

Juntamente com a formalização do subdesenvolvimento, Furtado indicou alguns caminhos que deveriam ser seguidos rumo à superação desta condição, o que indica que o autor era otimista quanto ao projeto de Nação que estava em curso. Embora Furtado tenha identificado diversos caminhos, o que derivava de seu pragmatismo eclético, destacou entre eles três, como fundamentais para o desenvolvimento: a autonomia tecnológica, a acumulação de capital e a alteração na composição da estrutura da demanda. A autonomia tecnológica sempre pareceu ser a mais relevante na avaliação de Furtado, pois seria responsável pelo início de um processo de acumulação de capital mais consistente e mais sustentável. Para o autor, o desenvolvimento autônomo se daria através de progresso tecnológico, seguido da acumulação de capital, que geraria modificações estruturais na composição da demanda. O desenvolvimento dependente ocorre de forma diametralmente oposta ao desenvolvimento autônomo. Mas como de costume em seu pensamento, Furtado dava bastante importância para os fatores “não econômicos”. Concordou com isso Cepêda (2008), ao dizer que Furtado deu inédita importância ao conflito como força modernizadora. Para Furtado, um sistema político que crie condições para que assalariados e camponeses possam ter participação efetiva no processo de formação do poder é de extrema importância ao desenvolvimento.

Da mesma forma como Furtado esquematizou o subdesenvolvimento, também o fez com o desenvolvimento. É o que chamou de dialética de invenções-difusão de inovações técnicas. Nesse esquema ele incorpora todos os fatores econômicos e não econômicos apresentados anteriormente. As economias acumulam capital, ora incorporando invenções, ora difundindo novas invenções. Aí, portanto, constam dois dos fatores econômicos citados: tecnologia e acumulação de capital. Dois tipos de agentes são os responsáveis pela disputa da renda desta economia: os assalariados e os proprietários, o que caracteriza a inclusão do conflito na teorização do desenvolvimento. Por último, a composição da demanda é incorporada a este modelo, que divide os tipos de consumidores de acordo com seu nível de gastos e qualidade no consumo. São os consumos simples e diversificados. O desenvolvimento, para Furtado, se dá principalmente pelo “poder econômico” exercido pelos agentes, o assalariado e o proprietário. O poder do assalariado está na sua força de trabalho, principalmente quando esta é escassa, enquanto o poder do proprietário está no sentido de ter condições

de orientar o progresso tecnológico e reduzir a procura por mão de obra. O desenvolvimento acontece dentro de dois limites, ora quando os consumos dos dois “tipos” de consumidores se igualam, ora quando ocorre um declínio na taxa de lucro do proprietário. A rapidez deste desenvolvimento varia de acordo com a intensidade com que se difunde o progresso técnico ou se introduzem novas invenções.

E a via do desenvolvimento para Furtado deve ser através do Estado, como condutor do processo, e em um ambiente democrático de uma economia capitalista. O planejamento é um fator crucial na condução de qualquer política que almeje o desenvolvimento econômico e social. O objetivo do planejamento consiste, na visão de Furtado, em criar condições para que a economia mantenha um ritmo de crescimento estável pelo menos tão intenso quanto o que é capaz de alcançar espontaneamente quando se beneficia de condições muito favoráveis. Além disto, esse planejamento é crucial, pois funciona como o único instrumento capaz de coordenar modificações estruturais necessárias, tanto pelo lado da oferta quanto pelo lado da procura.

Em toda a obra de Furtado, permeia a idéia de que a dependência sempre foi um entrave para os países desenvolvidos, apesar deste ponto não ser seu foco de análise. Esta é a diferença entre sua abordagem e a da Teoria da Dependência, antes da revisão de seus escritos. Para Furtado, a dependência sempre foi vista como mais um elemento de análise dos países subdesenvolvidos. Mas, em suas avaliações, este conceito vai evoluindo ao longo do tempo. Diz, por exemplo, que a deterioração dos termos de intercâmbio é fruto da forma como os subdesenvolvidos se inseriram no sistema internacional; que a causa da dependência nestes países é o controle tecnológico pelos países centrais; que os subdesenvolvidos se transformam de acordo com as transformações dos países centrais; e que a acumulação de capital dos subdesenvolvidos vem no sentido de complementar o mercado internacional, mais do que formar um sistema nacional. Portanto, a dependência no conceito furtadiano está sempre conectada aos elementos de análise do subdesenvolvimento, como por exemplo na questão da tecnologia, acumulação de capital e estrutura da demanda.

Até esse momento Furtado estava construindo sua teoria do Subdesenvolvimento. Furtado, na primeira metade da década de 1960, acreditava que o Brasil havia conquistado certo nível de independência política e econômica e que não mais estaria ao sabor das oscilações internacionais. Mantinha sempre seu caráter reformador e parecia falar no sentido de combater idéias revolucionárias que, para ele, estavam mais propensas a ocorrer caso não se resolvesse o problema do setor agrário. A via de argumentação de Furtado foi então baseada no Nordeste. Dizia que o Estado seria o responsável por políticas para superação do subdesenvolvimento e mudanças na estrutura da região e fez uma proposta inovadora para a região, no sentido de acreditar que se deveria esquecer a discussão a respeito das secas, e sim partir para uma solução mais duradoura: a industrialização e elevação da produtividade da região.

É importante ressaltar que Furtado escrevia assistindo ao Brasil de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, que passava por modificações estruturais econômicas e sociais intensas, e que apresentava projetos de nação e perspectivas bastante favoráveis. A deposição de João Goulart trouxe consigo o Golpe de 1964 e, no campo da economia, um programa de reformas – PAEG - que visava eliminar, entre outros aspectos, a grande mazela deixada pelo legado JK: a inflação. Desta forma, foram implementadas no Brasil políticas econômicas ortodoxas, e o crescimento teria de esperar até 1968 para tomar forma. Argumenta-se, neste trabalho, que tanto a inflexão no crescimento econômico quanto a mudança no campo político influenciaram os escritos e o pensamento de Celso Furtado. Além disso, nesta mesma época, o pensamento de Celso Furtado e da Cepal sofreram críticas provenientes de autores que se enquadram dentro do pensamento denominado de A Teoria da Dependência. Antes de se passar para a avaliação da inflexão do pensamento Furtadiano, foi necessário se avaliar as críticas proferidas pela Teoria da Dependência a este autor.

Três foram os autores selecionados dentro dos pertencentes à corrente da Teoria da Dependência. A primeira visão analisada, de Cardoso e Faletto (1979), dá ênfase à interpretação “não economicista”, ou seja, a uma interpretação sociológica, uma análise integrada que objetivou explicar a transição das sociedades tradicionais para as modernas. Esses autores criticam a análise dicotômica *moderno-tradicional*, argumentando que pode haver uma sociedade moderna, mas com caráter dependente.

Para Cardoso e Faletto, é preciso que as características estruturais de cada país sejam observadas. A idéia de subdesenvolvimento dos autores é claramente percebida como influenciada pela concepção furtadiana. A diferenciação que os autores fazem de subdesenvolvimento e dependência está relacionada principalmente à visão economicista, criticada por estes autores: a dependência é um fenômeno que está ligado às condições de funcionamento entre o sistema econômico e político, enquanto o subdesenvolvimento, passa pela questão que determina o grau de diferenciação entre sistemas produtivos. Após a análise sociológica que Cardoso & Faletto fazem para alguns períodos de transição das sociedades latino-americanas, concluem que o período no qual estavam inseridos era de uma transição rumo à internacionalização dos mercados, que denominaram de “o novo caráter da dependência”. A conclusão a que chegam é a de que, dentro deste novo caráter de dependência, e pelo fato de existirem limites estruturais para a América Latina (setor agrário e condicionantes externos), a única saída para tais países seria a abertura para o capital estrangeiro.

A segunda visão analisada é a de Ruy Mauro Marini, que parte do princípio de que a dependência deve ser estudada no âmbito da relação internacional entre as economias, e de que esta surge a partir da Revolução Industrial e do modo pelo qual a América Latina se insere neste contexto. Percebe-se que, por mais que possuam linhas de pensamento distintas, Furtado e Marini parecem concordar com a afirmação anterior pois, como se viu, Furtado avalia o subdesenvolvimento como uma condição específica do movimento de expansão da Revolução Industrial, ou seja, resultado do tipo de inserção destes países no contexto de divisão internacional do trabalho. Dentre outras análises que realiza sobre esta forma de inserção dos países latino-americanos na divisão internacional do trabalho – o caráter contraditório da dependência, que permite a mais valia relativa e absoluta dentro da mesma região; e sobre o mecanismo de compensação das perdas de renda da América Latina, via maior exploração do trabalhador – critica a Cepal principalmente no que concerne à crença dos autores cepalinos que, na visão de Marini, girava em torno da idéia de que a industrialização resolveria todos os problemas da região. Apesar de Furtado textualmente discordar que a industrialização causaria a resolução de todos os males brasileiros e latino-americanos, há de se concordar que de certa forma seus escritos conduziam o leitor para tal conclusão. Posteriormente, viu-se

que este foi um dos pontos em que Furtado reviu sua teoria, ao ter deixado de enfatizar as políticas industrializantes e ao dar principalidade, por exemplo, às transnacionais, que traduzem um caráter distinto nesta inserção internacional latino-americana.

Theotônio dos Santos, o terceiro autor dependentista apresentado, realiza um balanço e avaliação das perspectivas da Teoria da Dependência. O autor é também contrário à visão rostowiana de desenvolvimento por etapas, e defende o socialismo como a melhor forma de desenvolvimento para os países da América Latina. Aponta a diferença entre subdesenvolvimento e dependência, dizendo que a Teoria da Dependência busca compreender as restrições de um desenvolvimento baseado na hegemonia de grandes grupos e forças imperialistas. O enfoque de análise de Dos Santos (e também de Marini) é marxista, enquanto os enfoques furtadianos e de Cardoso e Faletto enquadram-se dentro do campo estruturalista de análise. Para Dos Santos, as multinacionais estão no centro da explicação do caráter dependente das economias, o que de certa forma mostra a importância da revisão de Furtado, que ia neste sentido, quando dizia que as transnacionais eram responsáveis pelo aprofundamento do caráter dependente da região. Theotônio dos Santos foi o que apresentou críticas mais abertas à Cepal e a Celso Furtado, dizendo que: (i) preservavam as estruturas de poder existentes quando assessoravam os governos; (ii) procuravam saídas que não afetassem a questão agrária, e que permitissem expropriar recursos do latifúndio com mecanismos de intervenção estatal, sem chegarem ao enfrentamento; (iii) adotavam postura conciliadora com o capital externo; (iv) confiavam cegamente na ideia de que a industrialização por si só acabaria com todos os problemas da região. Para Dos Santos, a industrialização não trazia autonomia de decisão, pois era comandada pelo investimento externo, e a tecnologia era poupadora de mão de obra. Na sua visão, a solução para os problemas da América Latina passava por dois pontos básicos: deixar de ser dependente, o que somente poderia ocorrer mediante uma revolução e; criar tecnologia de ponta. Quanto ao segundo ponto, não é necessário dizer que Furtado, desde os seus primeiros escritos, já falava na importância da autonomia tecnológica para a superação do subdesenvolvimento.

Mas nos anos 1960/ 1970, o mundo havia mudado e, como não poderia deixar de ser, as economias latino-americanas também. No Brasil, assistia-se ao Milagre Econômico, que não foi previsto por Celso Furtado em seus escritos de 1966, em meio ao PAEG. Seus escritos estavam sendo revistos, pela combinação de mudança de regime político e alteração na tendência do crescimento econômico. O Projeto de país que assistia parecia estar entrando em uma rota não aprovada pelo autor. É em 1966 que o pensamento de Celso Furtado apresenta inflexão. O estudo argumenta que a revisão de sua obra é influenciada pelos fatores históricos e econômicos acima expostos e também pelo debate realizado com a Teoria da Dependência. Uma das grandes críticas da Teoria da Dependência à Cepal e, direta ou indiretamente a Celso Furtado, era em relação ao enfoque de abordagem da problemática que afligia o Brasil e a América Latina. Celso Furtado sempre levou em conta a forma de inserção dos países desta região na economia internacional, mas até então este era apenas um dos fatores responsáveis pelo subdesenvolvimento da América Latina. A Teoria da Dependência dizia que o enfoque central deveria ser relacionado ao caráter dependente destes países. E é na obra “Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina” que se percebe que Furtado deu mais peso a esta questão. Nesta obra, dedica um número significativo de páginas para explicar o poder exercido pelos Estados Unidos no sistema mundial e o lugar da América Latina neste contexto.

E é também nessa obra que Furtado mencionou, apesar de brevemente, o papel das transnacionais na relação entre o centro e periferia. Para o autor, estas instituições tinham papel básico no desenvolvimento dos países da América Latina e tendiam a relegar o papel do Estado para segundo plano. Ou seja, as transnacionais que refletem a relação entre centro e periferia, limitavam a autonomia da nação no contexto de inserção internacional. Esta é também uma evidência da influência do debate com a Teoria da Dependência na revisão dos escritos do autor. Até então, as transnacionais praticamente não apareciam em sua obra ou tinham estavam colocadas em um segundo plano. Portanto, em resumo, as principais influências da Teoria da Dependência na revisão da obra de Celso Furtado são sentidas em sua mudança de enfoque quanto à abordagem da problemática existente no Brasil e na América Latina. O autor passou a estudar mais a fundo o papel dos Estados Unidos no cenário internacional e o lugar da América Latina

neste contexto, e também aprofundou suas análises acerca das transnacionais, que são as responsáveis pelo agravamento do quadro de dependência.

Argumenta-se também que o contexto histórico, político e econômico influenciou na inflexão e revisão do pensamento de Celso Furtado. A obra “Subdesenvolvimento e Estagnação...” foi publicada dois anos após o Golpe de 1964, que instaurou a ditadura no Brasil. Na extensão das obras de Furtado, permeia a idéia de que não é possível desenvolvimento com ditadura, pois a criatividade humana e a liberdade individual eram condições importantes para um país que almejasse se desenvolver. O sonho de desenvolvimento, então, para Furtado, parecia se esvaír, se distanciar. Furtado não acreditava que o Estado que sempre vislumbrou – condutor e motor do desenvolvimento – estava presente neste contexto, pós Golpe de 1964. Dizia que as classes dirigentes apenas tratavam da manutenção do “*status quo*”, sem dar importância ao problema do desenvolvimento.

Esta visão de Celso Furtado está presente em “Um Projeto para o Brasil”, publicado em 1968, ano que pode ser considerado o primeiro do “Milagre Brasileiro”. O autor diz que a economia brasileira, após duas décadas de crescimento, e quando parecia possuir condições para gerar seu próprio desenvolvimento, estava afetada por uma paralisia que representava a mais longa crise da história. E mantinha a idéia de que a liderança nacional se opunha às mudanças sociais e estruturais necessárias ao desenvolvimento. Nele era claro seu descontentamento com o tipo de regime de governo existente no Brasil.

Em 1974, com “O Mito do Desenvolvimento Econômico”, Furtado defende a impossibilidade de se universalizar o desenvolvimento, ou seja, dizia que o padrão de consumo dos países centrais jamais seria obtido dentro dos moldes e possibilidades evolutivas do sistema internacional e sua organização como um todo. Isto demonstra que o autor mantinha a alteração de seu enfoque. Afirmar a impossibilidade de generalização do desenvolvimento para os países subdesenvolvidos significa dizer, indiretamente, que sem autonomia em relação aos países centrais, nada de muito promissor estaria ao alcance dos países subdesenvolvidos.

É ainda em “O Mito...” que Furtado cede grande espaço para o aprofundamento do estudo acerca das transnacionais. Ou seja, o movimento de sua obra efetivamente foi no sentido de avaliar a América Latina dentro de um contexto internacional, de dependência, o que evidencia a influência da Teoria da Dependência na revisão de sua obra. As grandes empresas seriam as responsáveis, na opinião de Celso Furtado, pelo agravamento do quadro de dependência, principalmente relacionado ao aprofundamento do mimetismo cultural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, M.P.: “Inflação, estagnação e ruptura: 1961-1964”; in: ABREU, Marcelo de Paiva (org.). **A ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989**. Rio de Janeiro: Campus, 1989

ALMEIDA FILHO, N. **O debate atual sobre a dependência**. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, Rio de Janeiro, v. 16, p. 32-50, 2005.

AZZONI, C.R. Desempenho das revistas e dos departamentos de economia brasileiros segundo publicações e citações recebidas no Brasil. **Economia Aplicada**, v.4, 2000.

BATISTA JR., P. N. “Prefácio”. In: HIRST, P. e THOMPSON, G. **Globalização em questão**. Petrópolis, Vozes, 1998

BIELSCHOSKY, Ricardo. (org.) **50 anos do Pensamento da CEPAL**. Rio de Janeiro. Record, 2000.

BLOMSTRÖM, M.; HETTNE, B. **La teoría del desarrollo en transición**, F.C.E., México, 1990

CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica**. 5ª ed. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1979.

CARVALHO, Fernando J. Cardim. O sistema financeiro internacional: um breve ensaio ao modo de Celso Furtado. In: SABOIA, J; CARVALHO, F.J.C. (org.). **Celso Furtado e o século XXI**. 1ª ed. Barueri, SP: Manole; Rio de Janeiro, RJ: Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007. p. 327-338.

CEPÊDA, Vera Alves. Celso Furtado e a interpretação do subdesenvolvimento. In: LIMA, M. C.; DAVID, M.D. (org.). **A atualidade do pensamento de Celso Furtado**. São Paulo : Francis, 2008, p. 43-63

DOS SANTOS, Theotônio. Celso Furtado e a busca de uma nova aliança política para o desenvolvimento. In: SABOIA, J; CARVALHO, F.J.C. (org.). **Celso Furtado e o século XXI**. 1ª ed. Barueri, SP: Manole; Rio de Janeiro, RJ: Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007. p. 109-138.

_____. **A teoria da dependência: balanço e perspectivas**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.

_____. Structures of Dependence. **The American Economic Review**, New York, PP 231-236, 1970

ERBER, Fabio S. Celso Furtado e as convenções do desenvolvimento. In: SABOIA, J; CARVALHO, F.J.C. (org.). **Celso Furtado e o século XXI**. 1ª ed. Barueri, SP: Manole; Rio de Janeiro, RJ: Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro,

2007. p. 41-62.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil. **Pesquisa & Debate:** Dossiê desenvolvimentismo e pensamento estruturalista. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política – PEPGEP do Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração, Contábeis e Atuária Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP), São Paulo, SP, volume 15, n. 2(26), pp. 225-256, 2004.

_____. "As origens e as vertentes formadoras do pensamento cepalino". Rio de Janeiro, **Revista Brasileira de Economia**, v. 54, n. 3, p. 333-358, especial, jul./set, 2000.

FRANK, André Gunder. **El desarrollo del subdesarrollo- Un ensayo autobiográfico**. Nueva Sociedad, Caracas, 1991

FURTADO, Celso. **Raízes do Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. **Em busca de novo modelo:** Reflexões sobre a crise contemporânea. 1ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. 101 p.

_____. Reflexões sobre a crise brasileira. **Revista de Economia Política**, v.20(4), out./2000, p. 3-7

_____. **O longo amanhecer**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

_____. **Brasil: A construção interrompida**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

_____. **Os ares do mundo**. SP, Paz e Terra, 1991.

_____. **A fantasia desfeita**. SP, Paz e Terra, 1989.

_____. **A fantasia organizada**. RJ, Paz e Terra, 1985.

_____. **Não à Recessão e ao desemprego**. São Paulo: Paz e terra, 1983

_____. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. 5a. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975. 343 p. (1ª edição datada de 1967).

_____. **O mito do desenvolvimento econômico**. 1ª ed. São Paulo: Círculo do Livro S.A., 1974. 122 p.

_____. **Análise do Modelo Brasileiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973

_____. **Um Projeto para o Brasil**. Rio de Janeiro: Saga, 1968

_____. **Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

_____. **Dialética do Desenvolvimento**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1964. 173p.

_____. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1963. 270 p. (1ª edição datada de 1961).

_____. **Formação Econômica do Brasil**. 30. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001. 248 p. (1ª edição datada de 1959).

_____. O desenvolvimento econômico – ensaio de interpretação histórico-analítica”. **Econômica brasileira** (jan-março 1955). Rio de Janeiro, v. 1, 1.

_____. **A economia brasileira** (1954). Rio de Janeiro: A Noite.

_____. “A programação do desenvolvimento econômico”. **Revista do Conselho Nacional de Economia** (Rio de Janeiro), v.2, n.19/20, nov./dez. 1953, p. 11-15

_____. Formação de capital e desenvolvimento econômico. **Revista Brasileira de Economia** (set. 1952). Rio de Janeiro, ano 6, 3, pp. 7-45.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. 51ª ed. São Paulo: Editora Global, 2006, 752 p. (1ª edição datada de 1933).

HARROD, R.F. **Towards a Dynamic Economics**. Londres, Macmillan, 1949

HETTNE, Bjorn. **Development Theory and the Three Worlds**. SAREL Report, R-2, Estocolmo, 1990

HOFF, C. e STIGLITZ, J. E. *Modern Economic Theory and Development*. In: Meier, G. M. e Stiglitz, J. E. (orgs.) **Frontiers of Development Economics**. Nova York, Banco Mundial/Oxford University Press, 2001

HOLANDA, Sergio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26ª ed. São Paulo: Cia. Das Letras, 1995, 220 p. (1ª edição datada de 1936).

HUNT, Diana. **Economic Theories of development**. Harvester Wheatsheaf. Nova York, 1989

KAY, Cristóbal. **Latin American Theories of Development and Underdevelopment**. Routledge, Londres, 1989

KRUGMAN, P. **Development Geography and Economic Theory**. Londres, MIT Press, 1955

LARRAIN, Jorge. **Theories of Development**. Polity-B. Blackwell, Cambridge, Mass. E Londres, 1989

LEHMAN, **Democracy and Development in Latin America**. Temple University, Philadelphia, 1990

MACEDO, Roberto Brás M. “Plano Trienal do Desenvolvimento Econômico e Social (1963-65)”. In: LAFER, Betty Mindlin (Org.). **Planejamento no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1970, p. 69-89

MALLORQUIN, Carlos. **Celso Furtado: um retrato intelectual**. São Paulo: Xamã ; Rio de Janeiro: Contraponto, 2005, 368 p. ; 23 cm.

MARIANI, José. **O longo Amanhecer – Cinebiografia de Celso Furtado**. Brasil, 2007.

MARINI, Ruy Mauro (1973). A Dialética da Dependência. In. TRANSPADINI, R. & STEDILE, J. P. (org.) **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. São Paulo. Expressão Popular, 2005.

_____. A Dialética da Dependência: In: SADER, E. (org.) **Dialética da Dependência: Uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini**. Petrópolis, RJ. Ed. Vozes, 2000.

MORAES, Reginaldo. **Celso Furtado – o subdesenvolvimento e as idéias da Cepal**. São Paulo: Editora Ática, 1995.

MURPHY, K.M. e Outros. *Industrialization and the Big Push*. **Journal of Political Economy**, vol. 97, n. 51, 1989

NURKSE, R. **Poblemas de formación de capital**, Cidade do México, Fondo de Cultura Econômica, 1955

OLIVEIRA, Franciso. Para Retomar a Construção Interrompida. In: SABOIA, J; CARVALHO, F.J.C. (org.). **Celso Furtado e o século XXI**. 1ª ed. Barueri, SP: Manole; Rio de Janeiro, RJ: Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007. p. XVII-XX.

PRADO JR. Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991, 394 p. (1ª edição datada de 1942) .

PREBISCH, Raul. “Problemas Teóricos e Práticos do crescimento econômico”. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.). **50 anos do Pensamento da CEPAL**. Rio de Janeiro. Record, 2000.

_____. **Capitalismo periférico, crisis y transformación**, Fondo de Cultura Econômica, México, 1981

_____. “O Desenvolvimento da América Latina e seus Principais Problemas”. In: **Revista Brasileira de Economia**, ano 3, nº 3. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, setembro de 1949. – pgs. 49-107

ROMER, P. *Increasing Returns and Long Run Growth*, **Journal of Political Economy**, out. 1986

ROSENSTEIN-RODAN, P. *Problems of Development in Eastern and South Eastern Europe*. In: Okun, B. e Richardson, R. W. (orgs.): **Studies in Economic Development**. Nova York, Holt, Rinehart and Winston, 1961

ROSTOW, W.W. **Etapas do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.

SABOIA, J; CARVALHO, F.J.C. (org.). **Celso Furtado e o século XXI**. 1ª ed. Barueri, SP: Manole; Rio de Janeiro, RJ: Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

SAY, J. B. *The Vent or Demand for Products*. In: Newman, P. e Outros (orgs.). **Source Readings on Economic Thought**. Nova York, W.W. Norton, 1954. (publicação original: 1803)

SOLOW, R.W. *Model of Growth*. In: Sen, A (org.) **Growth Economics**. Hammonsworth, Penguin, 1956

TAVARES, Maria da Conceição. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**. 9ª edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, 263 p.

VIEIRA, Rosa Maria. **Celso Furtado: Reforma, política e ideologia (1950-1964)**. São Paulo: Educ, 2007. 432 p. 21 cm.

VILLELA, André. “Dos *Anos Dourados* de JK à crise não resolvida (1956-1963)”. In: GIAMBIAGI, Fabio et alii (orgs.). **Economia Brasileira Contemporânea**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005